Prefeitura de Foz do Iguaçu
1

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU

Estado do Paraná

www.pmfi.pr.gov.br

Foz do Iguaçu, 21 de maio de 2026.

Ofício nº 5962/26 – GAB - GABINETE DO PREFEITO

Assunto: **RESPOSTA AO REQUERIMENTO Nº 266/2026**

Senhor Presidente,

Em atenção ao Requerimento nº 266/2026, de autoria da Nobre Vereadora Valentina, encaminhado pelo Ofício nº 582/2026-GP, de 16 de abril de 2026, dessa Casa de Leis, sobre o processo de aquisição dos materiais didáticos de Inglês e Robótica, do Programa Educa Juntos do Governo do Estado, remetemos a manifestação da Secretaria Municipal da Educação, por meio do Memorando nº 33838, de 12 de maio de 2026.

Atenciosamente,

Ao Senhor
PAULO APARECIDO DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal
FOZ DO IGUAÇU – PR

2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU

Estado do Paraná

www.pmfi.pr.gov.br

MEMORANDO INTERNO		
Emitente:	SMED - GAB - ASSESSORIA TÉCNICA JURÍDICA	**Data:** 12/05/2026
Destinatário:	SMAD / DIAD / DVCMR - DIVISÃO DE CONTROLE E MONITORAMENTO DOS REQUERIMENTOS LEGISLATIVOS.	**Número:** 33838/2026
Assunto:	R: REQUERIMENTO Nº 266/2026	

Cumprimentando-os cordialmente, vimos pelo presente apresentar esclarecimentos quanto aos quesitos formulados pelo **Requerimento Legislativo 266/2026**, de autoria da Vereadora Valentina, segundo os pontos principais a seguir elencados:

1. DO MODELO DE CONTRATAÇÃO E INSTRUMENTO JURÍDICO

A participação do Município de Foz do Iguaçu nos programas citados fundamenta-se no **Regime de Colaboração** com o Governo do Estado do Paraná, conforme a Lei Estadual nº 21.323/2022. A adesão ao programa *Educa Juntos* foi formalizada em **agosto de 2023**. Já os programas *Inglês Paraná Kids* e *Robótica Kids* foram viabilizados via Termos de Compromisso firmados em 30 de outubro de 2025.

2. DA FONTE DE FINANCIAMENTO E GESTÃO DE CONTRATOS

Esclarece-se que não houve processo licitatório no âmbito municipal para a aquisição das plataformas. Nos termos da legislação estadual, compete à Secretaria de Estado da Educação (SEED/PR) o subsídio direto de materiais, tecnologias e serviços. O Município atua como beneficiário e executor direto, garantindo a infraestrutura e o corpo docente, enquanto a gestão de contratos com as empresas fornecedoras permanece sob a alçada estadual.

3. DO PÚBLICO-ALVO E UNIDADES ESCOLARES

- **Inglês Paraná Kids:** Oferta obrigatória do 3º ao 5º ano em todas as instituições da rede municipal.
- **Robótica Paraná Kids:** Atendimento aos 4º e 5º anos em unidades com infraestrutura tecnológica mínima (ao menos 10 dispositivos com internet).

4. DA CAPACITAÇÃO E SUPORTE PEDAGÓGICO

A SEED/PR assume a responsabilidade pela **formação continuada** dos professores municipais, além de fornecer suporte técnico e pedagógico para assegurar a efetividade das práticas em sala de aula.

5. DA JUSTIFICATIVA E TRÂMITE NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A implementação das propostas *Inglês Paraná Kids* e *Robótica Kids* alinha-se à BNCC (Educação Digital) e ao Referencial Curricular do Paraná.

A SMED submeteu ao Conselho Municipal de Educação (CME/Foz) o **Ofício nº 15641/2025** em 05/12/2025, solicitando a apreciação em regime de urgência da Matriz Curricular para 2026, a qual já contempla os referidos componentes.

O processo tramitou pelo CME e, uma vez que o colegiado concluiu que não estavam presentes

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Prefeitura de Foz do Iguaçu
3

Prefeitura de Foz do Iguaçu
2

elementos que justificassem a tramitação em regime de urgência, o mesmo seguiu para o protocolo padrão de distribuição e estudos.

Atualmente, CME e SMED atuam de maneira conjunta, com a implantação de comissão intersetorial para análise e proposta do novo Referencial Curricular do Município, que resultará também em nova proposta de Matriz Curricular.

Como o trabalho de apreciação das câmaras internas do CME quanto ao assunto ficou sobrestado, até que vigore a nova proposta curricular, atualmente em desenvolvimento.

Importante destacar que o atual processo de reformulação e nova elaboração curricular não invalida o material já disponível, ao que o mesmo está sendo aplicado junto aos alunos público-alvo dos projetos de ensino, servindo como importante ferramenta pedagógica para o desenvolvimento das atividades de inglês e robótica nas unidades escolares.

Esta Secretaria Municipal da Educação reitera seu compromisso com a transparência e permanece à disposição para esclarecimentos adicionais que a Casa de Leis considerar pertinentes.

Em anexo os seguintes documentos:

1. Resolução Federal 07/2010 - inclui a língua estrangeira como componente curricular no ensino fundamental;
2. Lei Estadual 21.323/2022-PR - Cria o programa Educa Juntos;
3. Termo de Adesão Governo do Estado - Município de Foz do Iguaçu - Convenio Educa Juntos
4. Orientação SEED - Adesão ao desdobramentos Inglês Parana Kids e Robótica Kids
5. Termo de Compromisso - Ingles Paraná Kids
6. Termo de Compromisso - Robotica Parana Kids
7. Oficio 15641/2025 - Ofício ao CME para apreciação de Matriz Curricular

Atenciosamente,

JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA
Secretária Municipal da Educação

Fernando Ferreira Souza Lima

Gestor Executivo de Assuntos Jurídicos / DG / SMED

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Prefeitura de Foz do Iguaçu
4
Prefeitura de Foz do Iguaçu
3

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 7, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto na alínea "c" do § 1º do Artigo 9º da Lei nº 4.024/61, com a redação dada pela Lei nº 9.131/95, no Artigo 32 da Lei nº 9.394/96, na Lei nº 11.274/2006, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 11/2010, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 9 de dezembro de 2010, resolve:

Artigo 1º A presente Resolução fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos a serem observadas na organização curricular dos sistemas de ensino e de suas unidades escolares.

Artigo 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010) e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pelo Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas educacionais e a elaboração, implementação e avaliação das orientações curriculares nacionais, das propostas curriculares dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e dos projetos político-pedagógicos das escolas.

Parágrafo único. Estas Diretrizes Curriculares Nacionais aplicam-se a todas as modalidades do Ensino Fundamental previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como à Educação do Campo, à Educação Escolar Indígena e à Educação Escolar Quilombola.

FUNDAMENTOS

Artigo 3º O Ensino Fundamental se traduz como um direito público subjetivo de cada um e como dever do Estado e da família na sua oferta a todos.

Artigo 4º É dever do Estado garantir a oferta do Ensino Fundamental público, gratuito e de qualidade, sem requisito de seleção.

Parágrafo único. As escolas que ministram esse ensino deverão trabalhar considerando essa etapa da educação como aquela capaz de assegurar a cada um e a todos o acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura imprescindíveis para o seu desenvolvimento pessoal e para a vida em sociedade, assim como os benefícios de uma formação comum, independentemente da grande diversidade da população escolar e das demandas sociais.

Artigo 5º O direito à educação, entendido como um direito inalienável do ser humano, constitui o fundamento maior destas Diretrizes. A educação, ao proporcionar o desenvolvimento do potencial humano, permite o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo ela mesma também um direito social, e possibilita a formação cidadã e o usufruto dos bens sociais e culturais.

§ 1º O Ensino Fundamental deve comprometer-se com uma educação com qualidade social, igualmente entendida como direito humano.

§ 2º A educação de qualidade, como um direito fundamental, é, antes de tudo, relevante, pertinente e equitativa.

I - A relevância reporta-se à promoção de aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e de desenvolvimento pessoal.

II - A pertinência refere-se à possibilidade de atender às necessidades e às características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais e com diferentes capacidades e interesses.

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

III - A equidade alude à importância de tratar de forma diferenciada o que se apresenta como desigual no ponto de partida, com vistas a obter desenvolvimento e aprendizagens equiparáveis, assegurando a todos a igualdade de direito à educação.

§ 3º Na perspectiva de contribuir para a erradicação da pobreza e das desigualdades, a equidade requer que sejam oferecidos mais recursos e melhores condições às escolas menos providas e aos alunos que deles mais necessitem. Ao lado das políticas universais, dirigidas a todos sem requisito de seleção, é preciso também sustentar políticas reparadoras que assegurem maior apoio aos diferentes grupos sociais em desvantagem.

§ 4º A educação escolar, comprometida com a igualdade do acesso de todos ao conhecimento e especialmente empenhada em garantir esse acesso aos grupos da população em desvantagem na sociedade, será uma educação com qualidade social e contribuirá para dirimir as desigualdades historicamente produzidas, assegurando, assim, o ingresso, a permanência e o sucesso na escola, com a consequente redução da evasão, da retenção e das distorções de idade/ano/série (Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica).

PRINCÍPIOS

Artigo 6º Os sistemas de ensino e as escolas adotarão, como norteadores das políticas educativas e das ações pedagógicas, os seguintes princípios:

I - Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

II - Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; da redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

III - Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidades plurais e solidárias.

Artigo 7º De acordo com esses princípios, e em conformidade com o Artigo 22 e o Artigo 32 da Lei nº 9.394/96 (LDB), as propostas curriculares do Ensino Fundamental visarão desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, mediante os objetivos previstos para esta etapa da escolarização, a saber:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das artes, da tecnologia e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores como instrumentos para uma visão crítica do mundo;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 (NOVE) ANOS E CARGA HORÁRIA

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Artigo 8º O Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, abrange a população na faixa etária dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos de idade e se estende, também, a todos os que, na idade própria, não tiveram condições de frequentá-lo.

§ 1º É obrigatória a matrícula no Ensino Fundamental de crianças com 6 (seis) anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula, nos termos da Lei e das normas nacionais vigentes.

§ 2º As crianças que completarem 6 (seis) anos após essa data deverão ser matriculadas na Educação Infantil (Pré-Escola).

§ 3º A carga horária mínima anual do Ensino Fundamental regular será de 800 (oitocentas) horas relógio, distribuídas em, pelo menos, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.

CURRÍCULO

Artigo 9º O currículo do Ensino Fundamental é entendido, nesta Resolução, como constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes.

§ 1º O foco nas experiências escolares significa que as orientações e as propostas curriculares que provêm das diversas instâncias só terão concretude por meio das ações educativas que envolvem os alunos.

§ 2º As experiências escolares abrangem todos os aspectos do ambiente escolar, aqueles que compõem a parte explícita do currículo, bem como os que também contribuem, de forma implícita, para a aquisição de conhecimentos socialmente relevantes. Valores, atitudes, sensibilidade e orientações de conduta são veiculados não só pelos conhecimentos, mas por meio de rotinas, rituais, normas de convívio social, festividades, pela distribuição do tempo e organização do espaço educativo, pelos materiais utilizados na aprendizagem e pelo recreio, enfim, pelas vivências proporcionadas pela escola.

§ 3º Os conhecimentos escolares são aqueles que as diferentes instâncias que produzem orientações sobre o currículo, as escolas e os professores selecionam e transformam a fim de que possam ser ensinados e aprendidos, ao mesmo tempo em que servem de elementos para a formação ética, estética e política do aluno.

BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA: COMPLEMENTARIDADE

Artigo 10 O currículo do Ensino Fundamental tem uma base nacional comum, complementada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar por uma parte diversificada.

Artigo 11 A base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental constituem um todo integrado e não podem ser consideradas como dois blocos distintos.

§ 1º A articulação entre a base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental possibilita a sintonia dos interesses mais amplos de formação básica do cidadão com a realidade local, as necessidades dos alunos, as características regionais da sociedade, da cultura e da economia e perpassa todo o currículo.

§ 2º Voltados à divulgação de valores fundamentais ao interesse social e à preservação da ordem democrática, os conhecimentos que fazem parte da base nacional comum a que todos devem ter acesso, independentemente da região e do lugar em que vivem, asseguram a característica unitária das orientações curriculares nacionais, das

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

propostas curriculares dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e dos projetos político-pedagógicos das escolas.

§ 3º Os conteúdos curriculares que compõem a parte diversificada do currículo serão definidos pelos sistemas de ensino e pelas escolas, de modo a complementar e enriquecer o currículo, assegurando a contextualização dos conhecimentos escolares em face das diferentes realidades.

Artigo 12 Os conteúdos que compõem a base nacional comum e a parte diversificada têm origem nas disciplinas científicas, no desenvolvimento das linguagens, no mundo do trabalho, na cultura e na tecnologia, na produção artística, nas atividades desportivas e corporais, na área da saúde e ainda incorporam saberes como os que advêm das formas diversas de exercício da cidadania, dos movimentos sociais, da cultura escolar, da experiência docente, do cotidiano e dos alunos.

Artigo 13 Os conteúdos a que se refere o Artigo 12 são constituídos por componentes curriculares que, por sua vez, se articulam com as áreas de conhecimento, a saber: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. As áreas de conhecimento favorecem a comunicação entre diferentes conhecimentos sistematizados e entre estes e outros saberes, mas permitem que os referenciais próprios de cada componente curricular sejam preservados.

Artigo 14 O currículo da base nacional comum do Ensino Fundamental deve abranger, obrigatoriamente, conforme o Artigo 26 da Lei nº 9.394/96, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, bem como o ensino da Arte, a Educação Física e o Ensino Religioso.

Artigo 15 Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental serão assim organizados em relação às áreas de conhecimento:

I - Linguagens:
a)Língua Portuguesa;
b)Língua Materna, para populações indígenas;
c)Língua Estrangeira moderna;
d)Arte; e
e)Educação Física;
II - Matemática;
III - Ciências da Natureza;
IV - Ciências Humanas:
a)História;
b)Geografia;
V - Ensino Religioso.

§ 1º O Ensino Fundamental deve ser ministrado em língua portuguesa, assegurada também às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, conforme o Artigo 210, § 2º, da Constituição Federal.

§ 2º O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia (Artigo 26, § 4º, da Lei nº 9.394/96).

§ 3º A história e as culturas indígena e afro-brasileira, presentes, obrigatoriamente, nos conteúdos desenvolvidos no âmbito de todo o currículo escolar e, em especial, no ensino de Arte, Literatura e História do Brasil, assim como a História da África, deverão assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para a constituição da nação (conforme Artigo 26-A da Lei nº 9.394/96, alterado pela Lei nº 11.645/2008). Sua inclusão possibilita ampliar o leque de referências culturais de toda a população escolar e contribui para a mudança das suas concepções de mundo,

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0
Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

transformando os conhecimentos comuns veiculados pelo currículo e contribuindo para a construção de identidades mais plurais e solidárias.

§ 4º A Música constitui conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte, o qual compreende também as artes visuais, o teatro e a dança, conforme o § 6º do Artigo 26 da Lei nº 9.394/96.

§ 5º A Educação Física, componente obrigatório do currículo do Ensino Fundamental, integra a proposta político-pedagógica da escola e será facultativa ao aluno apenas nas circunstâncias previstas no § 3º do Artigo 26 da Lei nº 9.394/96.

§ 6º O Ensino Religioso, de matrícula facultativa ao aluno, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui componente curricular dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil e vedadas quaisquer formas de proselitismo, conforme o Artigo 33 da Lei nº 9.394/96.

Artigo 16 Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo.

§ 1º Outras leis específicas que complementam a Lei nº 9.394/96 determinam que sejam ainda incluídos temas relativos à condição e aos direitos dos idosos (Lei nº 10.741/2003) e à educação para o trânsito (Lei nº 9.503/97).

§ 2º A transversalidade constitui uma das maneiras de trabalhar os componentes curriculares, as áreas de conhecimento e os temas sociais em uma perspectiva integrada, conforme a Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010).

§ 3º Aos órgãos executivos dos sistemas de ensino compete a produção e a disseminação de materiais subsidiários ao trabalho docente, que contribuam para a eliminação de discriminações, racismo, sexismo, homofobia e outros preconceitos e que conduzam à adoção de comportamentos responsáveis e solidários em relação aos outros e ao meio ambiente.

Artigo 17 Na parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental será incluído, obrigatoriamente, a partir do 6º ano, o ensino de, pelo menos, uma Língua Estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar.

Parágrafo único. Entre as línguas estrangeiras modernas, a língua espanhola poderá ser a opção, nos termos da Lei nº 11.161/ 2005.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Artigo 18 O currículo do Ensino Fundamental com 9 (nove) anos de duração exige a estruturação de um projeto educativo coerente, articulado e integrado, de acordo com os modos de ser e de se desenvolver das crianças e adolescentes nos diferentes contextos sociais.

Artigo 19 Ciclos, séries e outras formas de organização a que se refere a Lei nº 9.394/96 serão compreendidos como tempos e espaços interdependentes e articulados entre si, ao longo dos 9 (nove) anos de duração do Ensino Fundamental.

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA COMO GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Artigo 20 As escolas deverão formular o projeto político-pedagógico e elaborar o regimento escolar de acordo com a proposta do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, por meio de processos participativos relacionados à gestão democrática.

§ 1º O projeto político-pedagógico da escola traduz a proposta educativa construída pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia, com base nas características dos alunos, nos profissionais e recursos disponíveis, tendo como referência as orientações curriculares nacionais e dos respectivos sistemas de ensino.

§ 2º Será assegurada ampla participação dos profissionais da escola, da família, dos alunos e da comunidade local na definição das orientações imprimidas aos processos educativos e nas formas de implementá-las, tendo como apoio um processo contínuo de avaliação das ações, a fim de garantir a distribuição social do conhecimento e contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária.

§ 3º O regimento escolar deve assegurar as condições institucionais adequadas para a execução do projeto político-pedagógico e a oferta de uma educação inclusiva e com qualidade social, igualmente garantida a ampla participação da comunidade escolar na sua elaboração.

§ 4º O projeto político-pedagógico e o regimento escolar, em conformidade com a legislação e as normas vigentes, conferirão espaço e tempo para que os profissionais da escola e, em especial, os professores, possam participar de reuniões de trabalho coletivo, planejar e executar as ações educativas de modo articulado, avaliar os trabalhos dos alunos, tomar parte em ações de formação continuada e estabelecer contatos com a comunidade.

§ 5º Na implementação de seu projeto político-pedagógico, as escolas se articularão com as instituições formadoras com vistas a assegurar a formação continuada de seus profissionais.

Artigo 21 No projeto político-pedagógico do Ensino Fundamental e no regimento escolar, o aluno, centro do planejamento curricular, será considerado como sujeito que atribui sentidos à natureza e à sociedade nas práticas sociais que vivencia, produzindo cultura e construindo sua identidade pessoal e social.

Parágrafo único. Como sujeito de direitos, o aluno tomará parte ativa na discussão e na implementação das normas que regem as formas de relacionamento na escola, fornecerá indicações relevantes a respeito do que deve ser trabalhado no currículo e será incentivado a participar das organizações estudantis.

Artigo 22 O trabalho educativo no Ensino Fundamental deve empenhar-se na promoção de uma cultura escolar acolhedora e respeitosa, que reconheça e valorize as experiências dos alunos atendendo as suas diferenças e necessidades específicas, de modo a contribuir para efetivar a inclusão escolar e o direito de todos à educação.

Artigo 23 Na implementação do projeto político-pedagógico, o cuidar e o educar, indissociáveis funções da escola, resultarão em ações integradas que buscam articular-se, pedagogicamente, no interior da própria instituição, e também externamente, com os serviços de apoio aos sistemas educacionais e com as políticas de outras áreas, para assegurar a aprendizagem, o bem-estar e o desenvolvimento do aluno em todas as suas dimensões.

RELEVÂNCIA DOS CONTEÚDOS, INTEGRAÇÃO E ABORDAGENS

Artigo 24 A necessária integração dos conhecimentos escolares no currículo favorece a sua contextualização e aproxima o processo educativo das experiências dos alunos.

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

§ 1º A oportunidade de conhecer e analisar experiências assentadas em diversas concepções de currículo integrado e interdisciplinar oferecerá aos docentes subsídios para desenvolver propostas pedagógicas que avancem na direção de um trabalho colaborativo, capaz de superar a fragmentação dos componentes curriculares.

§ 2º Constituem exemplos de possibilidades de integração do currículo, entre outros, as propostas curriculares ordenadas em torno de grandes eixos articuladores, projetos interdisciplinares com base em temas geradores formulados a partir de questões da comunidade e articulados aos componentes curriculares e às áreas de conhecimento, currículos em rede, propostas ordenadas em torno de conceitos-chave ou conceitos nucleares que permitam trabalhar as questões cognitivas e as questões culturais numa perspectiva transversal, e projetos de trabalho com diversas acepções.

§ 3º Os projetos propostos pela escola, comunidade, redes e sistemas de ensino serão articulados ao desenvolvimento dos componentes curriculares e às áreas de conhecimento, observadas as disposições contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/2010, Artigo 17) e nos termos do Parecer que dá base à presente Resolução.

Artigo 25 Os professores levarão em conta a diversidade sociocultural da população escolar, as desigualdades de acesso ao consumo de bens culturais e a multiplicidade de interesses e necessidades apresentadas pelos alunos no desenvolvimento de metodologias e estratégias variadas que melhor respondam às diferenças de aprendizagem entre os estudantes e às suas demandas.

Artigo 26 Os sistemas de ensino e as escolas assegurarão adequadas condições de trabalho aos seus profissionais e o provimento de outros insumos, de acordo com os padrões mínimos de qualidade referidos no inciso IX do Artigo 4º da Lei nº 9.394/96 e em normas específicas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, com vistas à criação de um ambiente propício à aprendizagem, com base:

I - no trabalho compartilhado e no compromisso individual e coletivo dos professores e demais profissionais da escola com a aprendizagem dos alunos;

II - no atendimento às necessidades específicas de aprendizagem de cada um mediante abordagens apropriadas;

III - na utilização dos recursos disponíveis na escola e nos espaços sociais e culturais do entorno;

IV - na contextualização dos conteúdos, assegurando que a aprendizagem seja relevante e socialmente significativa;

V - no cultivo do diálogo e de relações de parceria com as famílias.

Parágrafo único. Como protagonistas das ações pedagógicas, caberá aos docentes equilibrar a ênfase no reconhecimento e valorização da experiência do aluno e da cultura local que contribui para construir identidades afirmativas, e a necessidade de lhes fornecer instrumentos mais complexos de análise da realidade que possibilitem o acesso a níveis universais de explicação dos fenômenos, propiciando-lhes os meios para transitar entre a sua e outras realidades e culturas e participar de diferentes esferas da vida social, econômica e política.

Artigo 27 Os sistemas de ensino, as escolas e os professores, com o apoio das famílias e da comunidade, envidarão esforços para assegurar o progresso contínuo dos alunos no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, lançando mão de todos os recursos disponíveis e criando renovadas oportunidades para evitar que a trajetória escolar discente seja retardada ou indevidamente interrompida.

§ 1º Devem, portanto, adotar as providências necessárias para que a operacionalização do princípio da continuidade não seja traduzida como "promoção

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

automática" de alunos de um ano, série ou ciclo para o seguinte, e para que o combate à repetência não se transforme em descompromisso com o ensino e a aprendizagem.

§ 2º A organização do trabalho pedagógico incluirá a mobilidade e a flexibilização dos tempos e espaços escolares, a diversidade nos agrupamentos de alunos, as diversas linguagens artísticas, a diversidade de materiais, os variados suportes literários, as atividades que mobilizem o raciocínio, as atitudes investigativas, as abordagens complementares e as atividades de reforço, a articulação entre a escola e a comunidade, e o acesso aos espaços de expressão cultural.

Artigo 28 A utilização qualificada das tecnologias e conteúdos das mídias como recurso aliado ao desenvolvimento do currículo contribui para o importante papel que tem a escola como ambiente de inclusão digital e de utilização crítica das tecnologias da informação e comunicação, requerendo o aporte dos sistemas de ensino no que se refere à:

I - provisão de recursos midiáticos atualizados e em número suficiente para o atendimento aos alunos;

II - adequada formação do professor e demais profissionais da escola.

ARTICULAÇÕES E CONTINUIDADE DA TRAJETÓRIA ESCOLAR

Artigo 29 A necessidade de assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens torna imperativa a articulação de todas as etapas da educação, especialmente do Ensino Fundamental com a Educação Infantil, dos anos iniciais e dos anos finais no interior do Ensino Fundamental, bem como do Ensino Fundamental com o Ensino Médio, garantindo a qualidade da Educação Básica.

§ 1º O reconhecimento do que os alunos já aprenderam antes da sua entrada no Ensino Fundamental e a recuperação do caráter lúdico do ensino contribuirão para melhor qualificar a ação pedagógica junto às crianças, sobretudo nos anos iniciais dessa etapa da escolarização.

§ 2º Na passagem dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental, especial atenção será dada:

I - pelos sistemas de ensino, ao planejamento da oferta educativa dos alunos transferidos das redes municipais para as estaduais;

II - pelas escolas, à coordenação das demandas específicas feitas pelos diferentes professores aos alunos, a fim de que os estudantes possam melhor organizar as suas atividades diante das solicitações muito diversas que recebem.

Artigo 30 Os três anos iniciais do Ensino Fundamental devem assegurar:

I - a alfabetização e o letramento;

II - o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, a Literatura, a Música e demais artes, a Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, da Ciência, da História e da Geografia;

III - a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no Ensino Fundamental como um todo e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro.

§ 1º Mesmo quando o sistema de ensino ou a escola, no uso de sua autonomia, fizerem opção pelo regime seriado, será necessário considerar os três anos iniciais do Ensino Fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo sequencial não passível de interrupção, voltado para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos.

§ 2º Considerando as características de desenvolvimento dos alunos, cabe aos professores adotar formas de trabalho que proporcionem maior mobilidade das crianças nas salas de aula e as levem a explorar mais intensamente as diversas linguagens

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

artísticas, a começar pela literatura, a utilizar materiais que ofereçam oportunidades de raciocinar, manuseando-os e explorando as suas características e propriedades.

Artigo 31 Do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, os componentes curriculares Educação Física e Arte poderão estar a cargo do professor de referência da turma, aquele com o qual os alunos permanecem a maior parte do período escolar, ou de professores licenciados nos respectivos componentes.

§ 1º Nas escolas que optarem por incluir Língua Estrangeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o professor deverá ter licenciatura específica no componente curricular.

§ 2º Nos casos em que esses componentes curriculares sejam desenvolvidos por professores com licenciatura específica (conforme Parecer CNE/CEB nº 2/2008), deve ser assegurada a integração com os demais componentes trabalhados pelo professor de referência da turma.

AVALIAÇÃO: PARTE INTEGRANTE DO CURRÍCULO

Artigo 32 A avaliação dos alunos, a ser realizada pelos professores e pela escola como parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, é redimensionadora da ação pedagógica e deve:

I - assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica, com vistas a:

a)identificar potencialidades e dificuldades de aprendizagem e detectar problemas de ensino;

b)subsidiar decisões sobre a utilização de estratégias e abordagens de acordo com as necessidades dos alunos, criar condições de intervir de modo imediato e a mais longo prazo para sanar dificuldades e redirecionar o trabalho docente;

c)manter a família informada sobre o desempenho dos alunos;

d)reconhecer o direito do aluno e da família de discutir os resultados de avaliação, inclusive em instâncias superiores à escola, revendo procedimentos sempre que as reivindicações forem procedentes.

II - utilizar vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros, tendo em conta a sua adequação à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando;

III - fazer prevalecer os aspectos qualitativos da aprendizagem do aluno sobre os quantitativos, bem como os resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, tal com determina a alínea "a" do inciso V do Artigo 24 da Lei nº 9.394/96;

IV - assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo;

V - prover, obrigatoriamente, períodos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, como determina a Lei nº 9.394/96;

VI - assegurar tempos e espaços de reposição dos conteúdos curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente, evitando, sempre que possível, a retenção por faltas;

VII - possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com defasagem idade-série.

Artigo 33 Os procedimentos de avaliação adotados pelos professores e pela escola serão articulados às avaliações realizadas em nível nacional e às congêneres nos diferentes Estados e Municípios, criadas com o objetivo de subsidiar os sistemas de ensino e as escolas nos esforços de melhoria da qualidade da educação e da aprendizagem dos alunos.

§ 1º A análise do rendimento dos alunos com base nos indicadores produzidos por essas avaliações deve auxiliar os sistemas de ensino e a comunidade

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0
Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

escolar a redimensionarem as práticas educativas com vistas ao alcance de melhores resultados.

§ 2º A avaliação externa do rendimento dos alunos refere-se apenas a uma parcela restrita do que é trabalhado nas escolas, de sorte que as referências para o currículo devem continuar sendo as contidas nas propostas político-pedagógicas das escolas, articuladas às orientações e propostas curriculares dos sistemas, sem reduzir os seus propósitos ao que é avaliado pelos testes de larga escala.

Artigo 34 Os sistemas, as redes de ensino e os projetos político-pedagógicos das escolas devem expressar com clareza o que é esperado dos alunos em relação à sua aprendizagem.

Artigo 35 Os resultados de aprendizagem dos alunos devem ser aliados à avaliação das escolas e de seus professores, tendo em conta os parâmetros de referência dos insumos básicos necessários à educação de qualidade para todos nesta etapa da educação e respectivo custo aluno-qualidade inicial (CAQi), consideradas inclusive as suas modalidades e as formas diferenciadas de atendimento como a Educação do Campo, a Educação Escolar Indígena, a Educação Escolar Quilombola e as escolas de tempo integral.

Parágrafo único. A melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos e da qualidade da educação obriga:

I - os sistemas de ensino a incrementarem os dispositivos da carreira e de condições de exercício e valorização do magistério e dos demais profissionais da educação e a oferecerem os recursos e apoios que demandam as escolas e seus profissionais para melhorar a sua atuação;

II - as escolas a uma apreciação mais ampla das oportunidades educativas por elas oferecidas aos educandos, reforçando a sua responsabilidade de propiciar renovadas oportunidades e incentivos aos que delas mais necessitem.

A EDUCAÇÃO EM ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

Artigo 36 Considera-se como de período integral a jornada escolar que se organiza em 7 (sete) horas diárias, no mínimo, perfazendo uma carga horária anual de, pelo menos, 1.400 (mil e quatrocentas) horas.

Parágrafo único. As escolas e, solidariamente, os sistemas de ensino, conjugarão esforços objetivando o progressivo aumento da carga horária mínima diária e, consequentemente, da carga horária anual, com vistas à maior qualificação do processo de ensino-aprendizagem, tendo como horizonte o atendimento escolar em período integral.

Artigo 37 A proposta educacional da escola de tempo integral promoverá a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar e cuidar entre os profissionais da escola e de outras áreas, as famílias e outros atores sociais, sob a coordenação da escola e de seus professores, visando alcançar a melhoria da qualidade da aprendizagem e da convivência social e diminuir as diferenças de acesso ao conhecimento e aos bens culturais, em especial entre as populações socialmente mais vulneráveis.

§ 1º O currículo da escola de tempo integral, concebido como um projeto educativo integrado, implica a ampliação da jornada escolar diária mediante o desenvolvimento de atividades como o acompanhamento pedagógico, o reforço e o aprofundamento da aprendizagem, a experimentação e a pesquisa científica, a cultura e as artes, o esporte e o lazer, as tecnologias da comunicação e informação, a afirmação da cultura dos direitos humanos, a preservação do meio ambiente, a promoção da saúde, entre outras, articuladas aos componentes curriculares e às áreas de conhecimento, a vivências e práticas socioculturais.

§ 2º As atividades serão desenvolvidas dentro do espaço escolar conforme a disponibilidade da escola, ou fora dele, em espaços distintos da cidade ou do território

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

em que está situada a unidade escolar, mediante a utilização de equipamentos sociais e culturais aí existentes e o estabelecimento de parcerias com órgãos ou entidades locais, sempre de acordo com o respectivo projeto políticopedagógico.

§ 3º Ao restituir a condição de ambiente de aprendizagem à comunidade e à cidade, a escola estará contribuindo para a construção de redes sociais e de cidades educadoras.

§ 4º Os órgãos executivos e normativos da União e dos sistemas estaduais e municipais de educação assegurarão que o atendimento dos alunos na escola de tempo integral possua infraestrutura adequada e pessoal qualificado, além do que, esse atendimento terá caráter obrigatório e será passível de avaliação em cada escola.

EDUCAÇÃO DO CAMPO, EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Artigo 38 A Educação do Campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura e se estende, também, aos espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas, conforme as Diretrizes para a Educação Básica do Campo (Parecer CNE/CEB nº 36/2001 e Resolução CNE/CEB nº 1/2002; Parecer CNE/CEB nº 3/2008 e Resolução CNE/CEB nº 2/2008).

Artigo 39 A Educação Escolar Indígena e a Educação Escolar Quilombola são, respectivamente, oferecidas em unidades educacionais inscritas em suas terras e culturas e, para essas populações, estão assegurados direitos específicos na Constituição Federal que lhes permitem valorizar e preservar as suas culturas e reafirmar o seu pertencimento étnico.

§ 1º As escolas indígenas, atendendo a normas e ordenamentos jurídicos próprios e a Diretrizes Curriculares Nacionais específicas, terão ensino intercultural e bilíngue, com vistas à afirmação e à manutenção da diversidade étnica e linguística, assegurarão a participação da comunidade no seu modelo de edificação, organização e gestão, e deverão contar com materiais didáticos produzidos de acordo com o contexto cultural de cada povo (Parecer CNE/CEB nº 14/99 e Resolução CNE/CEB nº 3/99).

§ 2º O detalhamento da Educação Escolar Quilombola deverá ser definido pelo Conselho Nacional de Educação por meio de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas.

Artigo 40 O atendimento escolar às populações do campo, povos indígenas e quilombolas requer respeito às suas peculiares condições de vida e a utilização de pedagogias condizentes com as suas formas próprias de produzir conhecimentos, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010).

§ 1º As escolas das populações do campo, dos povos indígenas e dos quilombolas, ao contar com a participação ativa das comunidades locais nas decisões referentes ao currículo, estarão ampliando as oportunidades de:

I - reconhecimento de seus modos próprios de vida, suas culturas, tradições e memórias coletivas, como fundamentais para a constituição da identidade das crianças, adolescentes e adultos;

II - valorização dos saberes e do papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo, seu ambiente natural e cultural, assim como as práticas ambientalmente sustentáveis que utilizam;

III - reafirmação do pertencimento étnico, no caso das comunidades quilombolas e dos povos indígenas, e do cultivo da língua materna na escola para estes últimos, como elementos importantes de construção da identidade;

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

IV - flexibilização, se necessário, do calendário escolar, das rotinas e atividades, tendo em conta as diferenças relativas às atividades econômicas e culturais, mantido o total de horas anuais obrigatórias no currículo;

V - superação das desigualdades sociais e escolares que afetam essas populações, tendo por garantia o direito à educação;

§ 2º Os projetos político-pedagógicos das escolas do campo, indígenas e quilombolas devem contemplar a diversidade nos seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, éticos e estéticos, de gênero, geração e etnia.

§ 3º As escolas que atendem a essas populações deverão ser devidamente providas pelos sistemas de ensino de materiais didáticos e educacionais que subsidiem o trabalho com a diversidade, bem como de recursos que assegurem aos alunos o acesso a outros bens culturais e lhes permitam estreitar o contato com outros modos de vida e outras formas de conhecimento.

§ 4º A participação das populações locais pode também subsidiar as redes escolares e os sistemas de ensino quanto à produção e à oferta de materiais escolares e no que diz respeito a transporte e a equipamentos que atendam as características ambientais e socioculturais das comunidades e as necessidades locais e regionais.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Artigo 41 O projeto político-pedagógico da escola e o regimento escolar, amparados na legislação vigente, deverão contemplar a melhoria das condições de acesso e de permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas classes comuns do ensino regular, intensificando o processo de inclusão nas escolas públicas e privadas e buscando a universalização do atendimento.

Parágrafo único. Os recursos de acessibilidade são aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência e mobilidade reduzida, por meio da utilização de materiais didáticos, dos espaços, mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e outros serviços.

Artigo 42 O atendimento educacional especializado aos alunos da Educação Especial será promovido e expandido com o apoio dos órgãos competentes. Ele não substitui a escolarização, mas contribui para ampliar o acesso ao currículo, ao proporcionar independência aos educandos para a realização de tarefas e favorecer a sua autonomia (conforme Decreto nº 6.571/2008, Parecer CNE/CEB nº 13/2009 e Resolução CNE/CEB nº 4/2009).

Parágrafo único. O atendimento educacional especializado poderá ser oferecido no contraturno, em salas de recursos multifuncionais na própria escola, em outra escola ou em centros especializados e será implementado por professores e profissionais com formação especializada, de acordo com plano de atendimento aos alunos que identifique suas necessidades educacionais específicas, defina os recursos necessários e as atividades a serem desenvolvidas.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Artigo 43 Os sistemas de ensino assegurarão, gratuitamente, aos jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na idade própria, oportunidades educacionais adequadas às suas características, interesses, condições de vida e de trabalho mediante cursos e exames, conforme estabelece o Artigo 37, § 1º, da Lei nº 9.394/96.

Artigo 44 A Educação de Jovens e Adultos, voltada para a garantia de formação integral, da alfabetização às diferentes etapas da escolarização ao longo da vida, inclusive àqueles em situação de privação de liberdade, é pautada pela inclusão e pela qualidade social e requer:

I - um processo de gestão e financiamento que lhe assegure isonomia em relação ao Ensino Fundamental regular;

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0
Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

II - um modelo pedagógico próprio que permita a apropriação e a contextualização das Diretrizes Curriculares Nacionais;

III - a implantação de um sistema de monitoramento e avaliação;

IV - uma política de formação permanente de seus professores;

V - maior alocação de recursos para que seja ministrada por docentes licenciados.

Artigo 45 A idade mínima para o ingresso nos cursos de Educação de Jovens e Adultos e para a realização de exames de conclusão de EJA será de 15 (quinze) anos completos (Parecer CNE/CEB nº 6/2010 e Resolução CNE/CEB nº 3/2010).

Parágrafo único. Considerada a prioridade de atendimento à escolarização obrigatória, para que haja oferta capaz de contemplar o pleno atendimento dos adolescentes, jovens e adultos na faixa dos 15 (quinze) anos ou mais, com defasagem idade/série, tanto na sequência do ensino regular, quanto em Educação de Jovens e Adultos, assim como nos cursos destinados à formação profissional, torna-se necessário:

I - fazer a chamada ampliada dos estudantes em todas as modalidades do Ensino Fundamental;

II - apoiar as redes e os sistemas de ensino a estabelecerem política própria para o atendimento desses estudantes, que considere as suas potencialidades, necessidades, expectativas em relação à vida, às culturas juvenis e ao mundo do trabalho, inclusive com programas de aceleração da aprendizagem, quando necessário;

III - incentivar a oferta de Educação de Jovens e Adultos nos períodos diurno e noturno, com avaliação em processo.

Artigo 46 A oferta de cursos de Educação de Jovens e Adultos, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, será presencial e a sua duração ficará a critério de cada sistema de ensino, nos termos do Parecer CNE/CEB nº 29/2006, tal como remete o Parecer CNE/CEB nº 6/2010 e a Resolução CNE/CEB nº 3/2010. Nos anos finais, ou seja, do 6º ano ao 9º ano, os cursos poderão ser presenciais ou a distância, devidamente credenciados, e terão 1.600 (mil e seiscentas) horas de duração.

Parágrafo único. Tendo em conta as situações, os perfis e as faixas etárias dos adolescentes, jovens e adultos, o projeto político-pedagógico da escola e o regimento escolar viabilizarão um modelo pedagógico próprio para essa modalidade de ensino que permita a apropriação e a contextualização das Diretrizes Curriculares Nacionais, assegurando:

I - a identificação e o reconhecimento das formas de aprender dos adolescentes, jovens e adultos e a valorização de seus conhecimentos e experiências;

II - a distribuição dos componentes curriculares de modo a proporcionar um patamar igualitário de formação, bem como a sua disposição adequada nos tempos e espaços educativos, em face das necessidades específicas dos estudantes.

Artigo 47 A inserção de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, incluindo, além da avaliação do rendimento dos alunos, a aferição de indicadores institucionais das redes públicas e privadas, concorrerá para a universalização e a melhoria da qualidade do processo educativo.

A IMPLEMENTAÇÃO DESTAS DIRETRIZES: COMPROMISSO SOLIDÁRIO DOS SISTEMAS E REDES DE ENSINO

Artigo 48 Tendo em vista a implementação destas Diretrizes, cabe aos sistemas e às redes de ensino prover:

I - os recursos necessários à ampliação dos tempos e espaços dedicados ao trabalho educativo nas escolas e a distribuição de materiais didáticos e escolares adequados;

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

II - a formação continuada dos professores e demais profissionais da escola em estreita articulação com as instituições responsáveis pela formação inicial, dispensando especiais esforços quanto à formação dos docentes das modalidades específicas do Ensino Fundamental e àqueles que trabalham nas escolas do campo, indígenas e quilombolas;

III - a coordenação do processo de implementação do currículo, evitando a fragmentação dos projetos educativos no interior de uma mesma realidade educacional;

IV - o acompanhamento e a avaliação dos programas e ações educativas nas respectivas redes e escolas e o suprimento das necessidades detectadas.

Artigo 49 O Ministério da Educação, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, deverá encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública nacional, proposta de expectativas de aprendizagem dos conhecimentos escolares que devem ser atingidas pelos alunos em diferentes estágios do Ensino Fundamental (Artigo 9º, § 3º, desta Resolução).

Parágrafo único. Cabe, ainda, ao Ministério da Educação elaborar orientações e oferecer outros subsídios para a implementação destas Diretrizes.

Artigo 50 A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução CNE/CEB nº 2, de 7 de abril de 1998.

FRANCISCO APARECIDO CORDÃO

ANEXO:

(•) PARECER CNE/CEB Nº 11/2010 - CEB - Aprovado em 7.7.2010
ASSUNTO: *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 nove anos*
INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica **UF:** DF
RELATOR: Cesar Callegari
PROCESSO Nº 23001.000168/2009-57

I – RELATÓRIO
1. Histórico

Pedra angular da Educação Básica, o Ensino Fundamental tem constituído foco central da luta pelo direito à educação. Em consequência, no Brasil, nos últimos anos, sua organização e seu funcionamento têm sido objeto de mudanças que se refletem nas expectativas de melhoria de sua qualidade e de ampliação de sua abrangência, consubstanciadas em novas leis, normas, sistemas de financiamento, sistemas de avaliação e monitoramento, programas de formação e aperfeiçoamento de professores e, o mais importante, em preocupações cada vez mais acentuadas quanto à necessidade de um currículo e de novos projetos político-pedagógicos que sejam capazes de dar conta dos grandes desafios educacionais da contemporaneidade.

Entre as mudanças recentes mais significativas, atenção especial passou a ser dada à ampliação do Ensino Fundamental para 9 (nove) anos de duração, mediante a matrícula obrigatória de crianças com 6 (seis) anos de idade, objeto da Lei nº 11.274/2006. Sobre isso, o Conselho Nacional de Educação (CNE), pelos esforços da Câmara de Educação Básica (CEB), vem produzindo um conjunto de normas orientadoras

• **Homologado em 1º.4.2010, o D.O.U de 5.4.2010.**

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0
Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

para as escolas, seus professores, alunos e suas famílias, bem como para os órgãos executivos e normativos das redes e sistemas de ensino. Em todas essas orientações, o CNE tem insistido que a implantação do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos de duração implica na elaboração de um novo currículo e de um novo projeto político-pedagógico.

Além das urgências provocadas por essas mudanças, as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (Parecer CNE/CEB nº 4/98 e Resolução CNE/CEB nº 2/98), vigentes desde 1998, já vinham exigindo uma acurada revisão com vistas à sua atualização.

No primeiro semestre de 2009, o Sr Ministro da Educação, Fernando Haddad, solicitou ao CNE que o Colegiado desse prioridade a esse esforço revisor e atualizador, incumbindo a Secretaria de Educação Básica do MEC de preparar um documento inicial de referência sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, destinado a subsidiar os estudos e debates que se seguiriam.

Desde então, uma intensa jornada de trabalho foi organizada e implementada. Ao receber o documento ministerial, a Câmara de Educação Básica do CNE constituiu uma comissão formada pelas conselheiras Clélia Brandão Alvarenga Craveiro, Regina Vinhaes Gracindo e por este Relator (Portaria CNE/CEB nº 5, de 8 de dezembro de 2009). E, consoante o padrão de trabalho que vem sendo adotado por este Colegiado no trato de todos os temas relevantes sob a sua responsabilidade normativa, foi organizada uma série de audiências públicas e reuniões técnicas de modo a proporcionar a necessária participação de todos os segmentos e instituições educacionais das diferentes regiões do Brasil. Propostas foram intensamente debatidas, críticas foram acolhidas e idéias incorporadas. Nos últimos meses, o CNE realizou três audiências públicas nacionais (Salvador: 12/3/2010, Brasília: 5/4/2010, e São Paulo: 16/4/2010), com a participação ativa da Secretaria de Educação Básica do MEC (SEB/MEC), Secretaria de Educação Especial do MEC (SEESP/MEC), do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCEE), da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), da Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE), do Fórum de Diretores de Centros, Faculdades e Departamentos de Educação das Universidades Públicas Brasileiras (FORUMDIR), da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, da Comissão de Educação do Senado Federal, de coordenadores estaduais do Ensino Fundamental, entre outros, além de professores, pesquisadores, dirigentes municipais e estaduais de ensino, bem como de representantes de escolas privadas. Para a discussão dessas Diretrizes, foram também realizadas duas reuniões com coordenadores de Ensino Fundamental das Secretarias Estaduais de Educação, em Brasília e Florianópolis, e inúmeras reuniões de trabalho com técnicos e dirigentes do MEC, contando com as contribuições diretas da Secretária de Educação Básica do MEC, Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, do Diretor de Concepções e Orientações Curriculares para a Educação Básica, Carlos Artexes Simões, da Coordenadora de Ensino Fundamental, Edna Martins Borges, bem como de outros integrantes de suas equipes.

Os subsídios referentes ao currículo do Ensino Fundamental enviados pelo MEC a este Colegiado contaram com a colaboração das professoras Lucíola Licínio Santos, da Universidade Federal de Minas Gerais, e Elba Siqueira de Sá Barretto, da Universidade de São Paulo e da Fundação Carlos Chagas. Esta última também assessorou a Câmara de Educação Básica do CNE e, especialmente, este Relator, na redação das diferentes minutas de Parecer e Projeto de Resolução destas Diretrizes.

Um documento produzido dessa forma, portanto, não é obra de um autor, mas obra coletiva. Do mesmo modo, o currículo, o projeto projeto político- pedagógico, os programas e projetos educacionais, matéria prima do trabalho criativo dos professores e

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

das escolas, devem ter por base a abordagem democrática e participativa na sua concepção e implementação.

Diretrizes Curriculares definidas em norma nacional pelo Conselho Nacional de Educação são orientações que devem ser necessariamente observadas na elaboração dos currículos e dos projetos político-pedagógicos das escolas. Essa elaboração é, contudo, de responsabilidade das escolas, seus professores, dirigentes e funcionários, com a indispensável participação das famílias e dos estudantes. É, também, responsabilidade dos gestores e órgãos normativos das redes e dos sistemas de ensino, consideradas a autonomia e a responsabilidade conferidas pela legislação brasileira a cada instância. O que se espera é que esse documento contribua efetivamente para o êxito desse trabalho e, assim, para a melhoria da qualidade do Ensino Fundamental brasileiro, um direito de todos.

Por fim, cumpre esclarecer que o presente Parecer e seu Projeto de Resolução não completam o trabalho concebido pela Câmara de Educação Básica do CNE para a elaboração das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Etapa complementar e importante será iniciada nos próximos meses a partir de nova contribuição proveniente do Ministério da Educação. De comum acordo quando da redação dos termos dessas Diretrizes, o MEC se compromete a enviar a este Colegiado propostas de expectativas de aprendizagem dos conhecimentos escolares que devem ser atingidas pelos alunos em diferentes estágios do Ensino Fundamental. Portanto, em complementação, um novo Parecer e um novo Projeto de Resolução com essas expectativas de aprendizagem serão objeto de elaboração do CNE nos próximos meses.

2. Fundamentos

O direito à educação como fundamento maior destas Diretrizes

O Ensino Fundamental, de frequência compulsória, é uma conquista resultante da luta pelo direito à educação travada nos países do ocidente ao longo dos dois últimos séculos por diferentes grupos sociais, entre os quais avultam os setores populares. Esse direito está fortemente associado ao exercício da cidadania, uma vez que a educação como processo de desenvolvimento do potencial humano garante o exercício dos direitos civis, políticos e sociais. De acordo com Cury (2002), seja por razões políticas, seja por razões ligadas ao indivíduo, a educação foi tida historicamente como um canal de acesso aos bens sociais e à luta política e, como tal, também um caminho de emancipação do indivíduo. Pelo leque de campos atingidos pela educação, ela tem sido considerada, segundo o ponto de vista dos diferentes grupos sociais, ora como síntese dos direitos civis, políticos e sociais, ora como fazendo parte de cada um desses direitos.

Resumidamente, pode-se dizer que os direitos civis dizem respeito aos direitos do indivíduo garantidos pela legislação de cada país, como por exemplo, o direito à privacidade, à liberdade de opinião e de crenças e o direito à defesa diante de qualquer acusação. A luta pelos direitos civis baseou-se, historicamente, na luta pela igualdade, perante a Lei, de todas as camadas da população, independente de origem social, credo religioso, cor, etnia, gênero e orientação sexual. Assim, a educação é um direito civil por ser garantida pela legislação brasileira como direito do indivíduo, independente de sua situação econômica, social e cultural.O direito político, indo muito além do direito de votar e ser votado, está relacionado com a inserção plena do conjunto de indivíduos nos processos decisórios que ocorrem nas diferentes esferas da vida pública. Implica, ainda, o reconhecimento de que os cidadãos, mais do que portadores de direitos, são criadores de novos direitos e de novos espaços para expressá-los. A educação é, portanto, também um direito político porque a real participação na vida pública exige que os indivíduos, dentre outras coisas, estejam informados, saibam analisar posições divergentes, saibam elaborar críticas e se posicionar, tenham condições de fazer valer suas reivindicações por meio do diálogo e de assumir responsabilidades e obrigações, habilidades que cabe também à escola desenvolver. Outrossim, importância é dada também à educação por razões políticas associadas à necessidade de preservar o regime democrático.

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Já os direitos sociais se referem aos direitos que dependem da ação do Estado para serem concretizados e estão associados, fundamentalmente, à melhoria das condições de vida do conjunto da população, relacionando-se com a questão da igualdade social. São exemplos de direito social, o próprio direito à educação, à moradia, à saúde, ao trabalho etc.

Nas últimas décadas, tem se firmado, ainda, como resultado de movimentos sociais, o direito à diferença, como também tem sido chamado o direito de grupos específicos verem atendidas suas demandas, não apenas de natureza social, mas também individual. Ele tem como fundamento a idéia de que devem ser consideradas e respeitadas as diferenças que fazem parte do tecido social e assegurado lugar à sua expressão. O direito à diferença, assegurado no espaço público, significa não apenas a tolerância ao outro, *aquele que é diferente de nós*, mas implica a revisão do conjunto dos padrões sociais de relações da sociedade, exigindo uma mudança que afeta a todos, o que significa que a questão da identidade e da diferença tem caráter político. O direito à diferença se manifesta por meio da afirmação dos direitos das crianças, das mulheres, dos jovens, dos homossexuais, dos negros, dos indígenas, das pessoas com deficiência, entre outros, que para de fato se efetivarem, necessitam ser socialmente reconhecidos.

Trata-se, portanto, de compreender como as identidades e as diferenças são construídas e que mecanismos e instituições estão implicados na construção das identidades, determinando a valorização de uns e o desprestígio de outros. É nesse contexto que emerge a defesa de uma educação multicultural.

Os direitos civis, políticos e sociais focalizam, pois, direta ou indiretamente, o tratamento igualitário, e estão em consonância com a temática da igualdade social. Já o direito à diferença busca garantir que, em nome da igualdade, não se desconsiderem as diferenças culturais, de cor/raça/etnia, gênero, idade, orientação sexual, entre outras. Em decorrência, espera-se que a escola esteja atenta a essas diferenças, a fim de que em torno delas não se construam mecanismos de exclusão que impossibilitem a concretização do direito à educação, que é um direito de todos.

Todos esses direitos estão englobados nos direitos humanos, cuja característica é de serem universais e sem distinção de espécie alguma, uma vez que decorrem da dignidade intrínseca a todo o ser humano. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, a educação tem por objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa humana e o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, aos quais, posteriormente, se agrega a necessidade de capacitar a todos para participarem efetivamente de uma sociedade livre. Na Convenção sobre os Direitos da Criança, celebrada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em 1989, acrescenta-se, ainda, a finalidade de incutir no educando o respeito ao meio ambiente natural, à sua identidade cultural e aos valores nacionais e de outras civilizações.

A Constituição Federal de 1988, ao reconhecer esses direitos, traduz a adesão da Nação a princípios e valores amplamente compartilhados no concerto internacional. O inciso I do Artigo nº 208 da Carta Magna, Seção da Educação, declara que o dever do Estado se efetiva com a garantia do "Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria". Por sua vez, o § 1º desse mesmo artigo afirma que "o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo".

Por ser direito público subjetivo, o Ensino Fundamental exige que o Estado determine a sua obrigatoriedade, que só pode ser garantida por meio da gratuidade de ensino, o que irá permitir o usufruto desse direito por parte daqueles que se virem privados dele.

Se essa etapa de ensino, sendo um direito fundamental, é direito do cidadão, uma vez que constitui uma garantia mínima de formação para a vida pessoal, social e política. É dever do Estado, dos sistemas de ensino e das escolas assegurarem que todos a ela tenham acesso e que a cursem integralmente, chegando até à conclusão do

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0
Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

processo de escolarização que lhe corresponde. Além disso, todos têm o direito de obter o domínio dos conhecimentos escolares previstos para essa etapa e de adquirir os valores, atitudes e habilidades derivados desses conteúdos e das interações que ocorrem no processo educativo.

A oferta de uma educação com qualidade social

O Ensino Fundamental foi, durante a maior parte do século XX, o único grau de ensino a que teve acesso a grande maioria da população. Em 1989, já na virada da última década, portanto, a proporção de suas matrículas ainda representava mais de ¾ do total de alunos atendidos pelos sistemas escolares brasileiros em todas as etapas de ensino. Em 2009, o perfil seletivo da nossa escola havia se atenuado um pouco, com a expansão do acesso às diferentes etapas da escolaridade. Contudo, entre os 52,6 milhões de alunos da Educação Básica, cerca de 66,4% estavam no Ensino Fundamental, o que correspondia a 35 milhões de estudantes, incluídos entre eles os da Educação Especial e os da Educação de Jovens e Adultos (conforme a Sinopse Estatística da Educação Básica, MEC/INEP 2009).

Se praticamente conseguimos universalizar o acesso à escola para crianças e jovens na faixa etária de 7 (sete) a 14 (quatorze) anos, e estamos próximos de assegurá-la a todas as crianças de 6 (seis) anos, não conseguimos sequer que todos os alunos incluídos nessa faixa de idade cheguem a concluir o Ensino Fundamental. Isso é um indicativo de quão insuficiente tem sido o processo de inclusão escolar para o conjunto da população, a despeito dos avanços obtidos no que se refere ao acesso à escola, e de quão inadequada permanece sendo a nossa estrutura educacional.

Mas, de que qualidade está-se falando?

O conceito de qualidade da educação é uma construção histórica que assume diferentes significados em tempos e espaços diversos e tem a ver com os lugares de onde falam os sujeitos, os grupos sociais a que pertencem, os interesses e os valores envolvidos, os projetos de sociedade em jogo.

Conforme argumenta Campos (2008), para os movimentos sociais que reivindicavam a qualidade da educação entre os anos 70 e 80, ela estava muito presa às condições básicas de funcionamento das escolas, porque seus participantes, pouco escolarizados, tinham dificuldade de perceber as nuanças dos projetos educativos que as instituições de ensino desenvolviam. Na década de 90, sob o argumento de que o Brasil investia muito na educação, porém gastava mal, prevaleceram preocupações com a eficácia e a eficiência das escolas e a atenção voltou-se, predominantemente, para os resultados por elas obtidos quanto ao rendimento dos alunos. A qualidade priorizada somente nesses termos pode, contudo, deixar em segundo plano a superação das desigualdades educacionais.

Outro conceito de qualidade passa, entretanto, a ser gestado por movimentos de renovação pedagógica, movimentos sociais, de profissionais e por grupos políticos: o da qualidade social da educação. Ela está associada às mobilizações pelo direito à educação, à exigência de participação e de democratização e comprometida com a superação das desigualdades e injustiças.

Em documento de 2007, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ao entender que a qualidade da educação é também uma questão de direitos humanos, defende conceito semelhante. Para além da eficácia e da eficiência, advoga que a educação de qualidade, como um direito fundamental, deve ser antes de tudo relevante, pertinente e equitativa. A relevância reporta-se à promoção de aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e de desenvolvimento pessoal. A pertinência refere-se à possibilidade de atender às necessidades e às características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais e com diferentes capacidades e interesses. E a equidade, à necessidade de tratar de forma diferenciada o que se apresenta como desigual no ponto de partida, com vistas a obter aprendizagens e desenvolvimento equiparáveis, assegurando a todos a igualdade de direito à educação.

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Na perspectiva de contribuir para a erradicação das desigualdades e da pobreza, a busca da equidade requer que se ofereçam mais recursos e melhores condições às escolas menos providas e aos alunos que deles mais necessitem. Ao lado das políticas universais, dirigidas a todos sem requisito de seleção, é preciso também sustentar políticas reparadoras que assegurem maior apoio aos diferentes grupos sociais em desvantagem.

Para muitos, a educação é considerada a mola propulsora das transformações do país.

No entanto, o que se constata é que problemas econômicos e sociais repercutem na escola e dificultam o alcance de seus objetivos. A garantia do Ensino Fundamental de qualidade para todos está intimamente relacionada ao caráter inclusivo da escola e à redução da pobreza, ao mesmo tempo em que tem um papel importante nesse processo. As políticas educacionais só surtirão efeito se articuladas a outras políticas públicas no campo da saúde, habitação, emprego, dentre outros, porque essas políticas dependem umas das outras, pelo estreito relacionamento que mantêm entre si. Assim, se para ingressar e transitar no mundo do trabalho a educação se torna cada vez mais necessária, ela depende, por sua vez, das disponibilidades de emprego, tanto para que os pais consigam criar seus filhos com dignidade, como, também, para que os estudantes vislumbrem na educação escolar o aumento das possibilidades de inserção nesse mundo. Se os cuidados com a saúde dependem da educação, a educação também requer que os alunos tenham a assistência para os problemas de seu bemestar físico, os quais se refletem nas suas condições de aprendizagem.

A educação escolar, comprometida com a igualdade de acesso ao conhecimento a todos e especialmente empenhada em garantir esse acesso aos grupos da população em desvantagem na sociedade, será uma educação com qualidade social e contribuirá para dirimir as desigualdades historicamente produzidas, assegurando, assim, o ingresso, a permanência e o sucesso de todos na escola, com a consequente redução da evasão, da retenção e das distorções de idade/ano/série (Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB n° 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica).

Princípios norteadores

Os sistemas de ensino e as escolas adotarão como norteadores das políticas educativas e das ações pedagógicas os seguintes princípios:

Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito e discriminação.

Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; de busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; de exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; de redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

Estéticos: de cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; de enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; de valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente as da cultura brasileira; de construção de identidades plurais e solidárias.

Os objetivos que a Educação Básica busca alcançar, quais sejam, propiciar o desenvolvimento do educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para que ele possa progredir no trabalho e em estudos posteriores, segundo o artigo 22 da Lei nº 9.394/96 (LDB), bem como os objetivos específicos dessa etapa da escolarização (artigo 32 da LDB), devem convergir para os princípios mais amplos que norteiam a Nação brasileira.

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0
Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Assim sendo, eles devem estar em conformidade com o que define a Constituição Federal, no seu artigo 3º, a saber: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, que garanta o desenvolvimento nacional; que busque "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais"; e que promova "o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

3. Trajetória do Ensino Fundamental obrigatório no país

No Brasil, foi a Constituição de 1934 a primeira a determinar a obrigatoriedade do ensino primário ou fundamental, com a duração de 4 (quatro) anos. A Carta Constitucional promulgada em 1967 amplia para 8 (oito) anos essa obrigatoriedade e, em decorrência, a Lei nº 5.692/71 modifica a estrutura do ensino, unificando o curso primário e o ginásio em um único curso, o chamado 1º grau, com duração de 8 (oito) anos. O ensino de 2º grau – atual Ensino Médio – torna-se profissionalizante.

De acordo com a tradição federativa brasileira, os Estados, a partir de princípios e orientações gerais da esfera federal, se encarregaram de elaborar as propostas curriculares para as escolas de 1º grau pertencentes ao seu sistema de ensino, quais sejam, as estaduais, as municipais e as privadas, localizadas no seu território.

Anos antes da promulgação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), algumas redes escolares passaram a adotar medidas de expansão do Ensino Fundamental para 9 (nove) anos, mediante a incorporação das crianças de 6 (seis) anos de idade, por vezes procedentes das numerosas classes de alfabetização que existiam em vários Estados e Municípios. Na sua redação original, a LDB se mostra bastante flexível quanto à duração do Ensino Fundamental, estabelecendo como mínima a sua duração de 8 (oito) anos e sinalizando, assim, para a ampliação dessa etapa da Educação Básica.

O Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) estabelece como Meta 1 a universalização do Ensino Fundamental no prazo de 5 (cinco) anos, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola, e a sua ampliação para 9 (nove) anos, com início aos 6 (seis) anos de idade, à medida que for sendo universalizado o atendimento de 7 (sete) a 14 (quatorze) anos. A Meta 2, definida com base no diagnóstico de que 87% das crianças de 6 (seis) anos já estavam matriculadas em Pré-Escolas, classes de alfabetização ou mesmo no Ensino Fundamental, determina a sua ampliação para 9 (nove) anos, com início aos 6 (seis) anos de idade, à medida que for sendo universalizado o atendimento de 7 (sete) a 14 (quatorze) anos. A idéia central das propostas contidas no Plano é que a inclusão definitiva das crianças nessa etapa educacional pode oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, elas prossigam nos estudos alcançando maior nível de escolaridade.

Em 2005, a Lei nº 11.114 altera a LDB, tornando obrigatória a matrícula das crianças de 6 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental, entretanto, dá margem para que se antecipe a escolaridade de 8 (oito) anos para esses alunos, o que reduziria a idade de conclusão do Ensino Fundamental em 1 (um) ano.

Finalmente, a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, altera a redação da LDB, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade, e concedendo aos sistemas de ensino o prazo até 2009 para que procedam às devidas adequações de modo que a partir de 2010 esse Ensino Fundamental de 9 (nove) anos seja assegurado a todos.

Assim determinando, a Lei reflete a tendência de expansão da escolaridade obrigatória na maior parte dos países desenvolvidos do ocidente e da própria América Latina, mediante a incorporação das crianças menores de 7 (sete) anos ao Ensino Fundamental. Em vários países do continente, em que a faixa de escolarização compulsória se inicia aos 6 (seis) anos de idade, verifica-se, ainda, que a obrigatoriedade também se estende às crianças do último ano da Pré-Escola.

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

O acesso ao Ensino Fundamental aos 6 (seis) anos permite que todas as crianças brasileiras possam usufruir do direito à educação, beneficiando-se de um ambiente educativo mais voltado à alfabetização e ao letramento, à aquisição de conhecimentos de outras áreas e ao desenvolvimento de diversas formas de expressão, ambiente a que já estavam expostas as crianças dos segmentos de rendas média e alta e que pode aumentar a probabilidade de seu sucesso no processo de escolarização.

O Conselho Nacional de Educação (CNE), cumprindo as suas funções normativas, tem elaborado Diretrizes e orientações que devem ser observadas pelos sistemas de ensino para a reorganização do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Os sistemas de ensino e as escolas não poderão apenas adaptar seu currículo à nova realidade, pois não se trata de incorporar, no primeiro ano de escolaridade, o currículo da Pré-Escola, nem de trabalhar com as crianças de 6 (seis) anos os conteúdos que eram desenvolvidos com as crianças de 7 (sete) anos. Trata-se, portanto, de criar um novo currículo e de um novo projeto político-pedagógico para o Ensino Fundamental que abranja os 9 anos de escolarização, incluindo as crianças de 6 anos.

Matrícula no Ensino Fundamental de 9 (nove) anos e carga horária

O Ensino Fundamental com duração de 9 (nove) anos abrange a população na faixa etária dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos de idade e se estende, também, a todos os que, na idade própria, não tiveram condições de frequentá-lo.

É obrigatória a matrícula no Ensino Fundamental de crianças com 6 (seis) anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula, nos termos da Lei e das normas nacionais vigentes. As crianças que completarem 6 (seis) anos após essa data deverão ser matriculadas na Educação Infantil (Pré-Escola).

A carga horária mínima anual do Ensino Fundamental regular será de 800 (oitocentas) *horas relógio*, distribuídas em, pelo menos, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.

4. A população escolar

Como toda a população na faixa do ensino obrigatório deve frequentar o Ensino Fundamental, nele também estão representadas a grande diversidade sociocultural da população brasileira e as grandes disparidades socioeconômicas que contribuem para determinar oportunidades muito diferenciadas de acesso dos alunos aos bens culturais.

Numerosos estudos têm mostrado que as maiores desigualdades em relação às possibilidades de progressão escolar e de realização de aprendizagens significativas na escola, embora estejam fortemente associadas a fatores sociais e econômicos, mostram-se também profundamente entrelaçadas com as características culturais da população. As maiores desigualdades educacionais são encontradas entre ricos e pobres, mas elas também são grandes entre brancos, negros e outros grupos raciais e estão, por sua vez, particularmente relacionadas à oferta educativa mais precária que restringe as oportunidades de aprendizagem das populações mestiças e negras, ribeirinhas, indígenas, dos moradores das áreas rurais, das crianças e jovens que vivem nas periferias urbanas, daqueles em situações de risco, das pessoas com deficiência, e dos adolescentes, jovens e adultos que não puderam estudar quando crianças.

Essa diversidade econômica, social e cultural exige da escola o conhecimento da realidade em que vivem os alunos, pois a compreensão do seu universo cultural é imprescindível para que a ação pedagógica seja pertinente. Inserida em contextos diferentes, a proposta político-pedagógica das escolas deve estar articulada à realidade do seu alunado para que a comunidade escolar venha a conhecer melhor e valorizar a cultura local. Trata-se de uma condição importante para que os alunos possam se reconhecer como parte dessa cultura e construir identidades afirmativas o que, também, pode levá-los a atuar sobre a sua realidade e transformá-la com base na maior compreensão que adquirem sobre ela. Ao mesmo tempo, a escola deverá propiciar aos alunos condições para transitarem em outras culturas, para que transcendam seu universo

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0
Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

local e se tornem aptos a participar de diferentes esferas da vida social, econômica e política.

As múltiplas infâncias e adolescências

Os alunos do Ensino Fundamental regular são crianças e adolescentes de faixas etárias cujo desenvolvimento está marcado por interesses próprios, relacionado aos seus aspectos físico, emocional, social e cognitivo, em constante interação. Como sujeitos históricos que são, as características de desenvolvimento dos alunos estão muito relacionadas com seus modos próprios de vida e suas múltiplas experiências culturais e sociais, de sorte que mais adequado seria falar de infâncias e adolescências no plural.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a criança desenvolve a capacidade de representação, indispensável para a aprendizagem da leitura, dos conceitos matemáticos básicos e para a compreensão da realidade que a cerca, conhecimentos que se postulam para esse período da escolarização. O desenvolvimento da linguagem permite a ela reconstruir pela memória as suas ações e descrevê-las, bem como planejá-las, habilidades também necessárias às aprendizagens previstas para esse estágio. A aquisição da leitura e da escrita na escola, fortemente relacionada aos usos sociais da escrita nos ambientes familiares de onde veem as crianças, pode demandar tempos e esforços diferenciados entre os alunos da mesma faixa etária. A criança nessa fase tem maior interação nos espaços públicos, entre os quais se destaca a escola. Esse é, pois, um período em que se deve intensificar a aprendizagem das normas da conduta social, com ênfase no desenvolvimento de habilidades que facilitem os processos de ensino e de aprendizagem.

Mas é também durante a etapa da escolarização obrigatória que os alunos entram na puberdade e se tornam adolescentes. Eles passam por grandes transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais. Os adolescentes, nesse período da vida, modificam as relações sociais e os laços afetivos, intensificando suas relações com os pares de idade e as aprendizagens referentes à sexualidade e às relações de gênero, acelerando o processo de ruptura com a infância na tentativa de construir valores próprios. Ampliam-se as suas possibilidades intelectuais, o que resulta na capacidade de realização de raciocínios mais abstratos. Os alunos se tornam crescentemente capazes de ver as coisas a partir do ponto de vista dos outros, superando, dessa maneira, o egocentrismo próprio da infância. Essa capacidade de *descentração* é importante na construção da autonomia e na aquisição de valores morais e éticos.

Os professores, atentos a esse processo de desenvolvimento, buscarão formas de trabalho pedagógico e de diálogo com os alunos, compatíveis com suas idades, lembrando sempre que esse processo não é uniforme e nem contínuo.

Entre os adolescentes de muitas escolas, é frequente observar forte adesão aos padrões de comportamento dos jovens da mesma idade, o que é evidenciado pela forma de se vestir e também pela linguagem utilizada por eles. Isso requer dos educadores maior disposição para entender e dialogar com as formas próprias de expressão das culturas juvenis, cujos traços são mais visíveis, sobretudo, nas áreas urbanas mais densamente povoadas.

A exposição das crianças e adolescentes de praticamente todas as classes sociais no Brasil à mídia e, em particular, à televisão durante várias horas diárias tem, por sua vez, contribuído para o desenvolvimento de formas de expressão entre os alunos que são menos precisas e mais atreladas ao universo das imagens, o que torna mais difícil o trabalho com a linguagem escrita, de caráter mais argumentativo, no qual se baseia a cultura da escola. O tempo antes dedicado à leitura perde o lugar para as novelas, os programas de auditório, os jogos irradiados pela TV, a internet, sendo que a linguagem mais universal que a maioria deles compartilha é a da música, ainda que, geralmente, a partir de poucos gêneros musicais.

Novos desafios se colocam, pois, para a escola, que também cumpre um papel importante de inclusão digital dos alunos. Ela precisa valer-se desses recursos e, na medida de suas possibilidades, submetê-los aos seus propósitos educativos. Há que se

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0
Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

considerar que a multiplicação dos meios de comunicação e informação nas sociedades de mercado em que vivemos contribui fortemente para disseminar entre as crianças, jovens e população em geral o excessivo apelo ao consumo e uma visão de mundo fragmentada, que induz à banalização dos acontecimentos e à indiferença quanto aos problemas humanos e sociais. É importante que a escola contribua para transformar os alunos em consumidores críticos dos produtos oferecidos por esses meios, ao mesmo tempo em que se vale dos recursos midiáticos como instrumentos relevantes no processo de aprendizagem, o que também pode favorecer o diálogo e a comunicação entre professores e alunos.

Para tanto, é preciso que se ofereça aos professores formação adequada para o uso das tecnologias da informação e comunicação e que seja assegurada a provisão de recursos midiáticos atualizados e em número suficiente para os alunos.

Novos desafios se colocam também para a função docente diante do aumento das informações nas sociedades contemporâneas e da mudança da sua natureza. Mesmo quando experiente, o professor muitas vezes terá que se colocar na situação de aprendiz e buscar junto com os alunos as respostas para as questões suscitadas. Seu papel de orientador da pesquisa e da aprendizagem sobreleva, assim, o de mero transmissor de conteúdos.

A ampliação dos objetivos da escola em face do seu alunado

Crianças e adolescentes brasileiros também estão sujeitos à violência doméstica, ao abuso e à exploração sexual, a formas de trabalho não condizentes com a idade, à falta de cuidados essenciais com a saúde, aspectos em relação aos quais a escola, como instituição responsável pelos alunos durante o seu período de formação – e muitas vezes o único canal institucional com quem a família mantém contato – precisa estar atenta. Essas questões repercutem na aprendizagem e no desenvolvimento do aluno e, não raro, colocam o professor diante de situações para as quais as práticas que ele conhece não surtem resultados. O trabalho coletivo na escola poderá respaldá-lo de algum modo. No entanto, ao se tratar de questões que extrapolam o âmbito das atividades escolares, cabe à escola manter-se articulada com o

Conselho Tutelar, com os serviços de apoio aos sistemas educacionais e com instituições de outras áreas capazes de ministrar os cuidados e os serviços de proteção social a que esses alunos têm direito.

Deve-se considerar, ainda, que o crescimento da violência e da indisciplina, sobretudo nas escolas das grandes cidades, tem dificultado sobremaneira a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores, provocando entre estes uma atitude de desânimo diante do magistério, revelada pelo alto índice de absenteísmo dos docentes e pelas reiteradas licenças para tratamento de saúde.

Eles são reflexos não só da violência das sociedades contemporâneas, mas também da violência simbólica da cultura da escola que impõe normas, valores e conhecimentos tidos como universais e que não estabelece diálogo com a cultura dos alunos, frequentemente conduzindo um número considerável deles ao fracasso escolar. Não só o fracasso no rendimento escolar, mas também a possibilidade de fracassar que paira na escola, criam um *efeito de halo* que leva os alunos a se insurgirem contra as regras escolares.

O questionamento da escola que está por traz desses comportamentos deriva também da rápida obsolescência dos conhecimentos provocada pela multiplicação dos meios de comunicação e do fato de, ao ter-se popularizado, o certificado que ela oferece já não é mais garantia de ascensão e mobilidade social como já foi nos períodos em que a escola pública era altamente seletiva. Daí decorre que o professor, para assegurar a disciplina em sala de aula, condição necessária para o trabalho pedagógico, precisa agora legitimar a sua autoridade pedagógica junto aos alunos, o que requer um esforço deliberado para manter o diálogo e a comunicação com eles.

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Diante desse contexto, se torna imperativo um trabalho entre as instituições, as famílias e toda a sociedade no sentido de valorizar a escola e o professor. Além disso, é necessária forte articulação da unidade escolar com a família e os alunos no estabelecimento das normas de convívio social na escola, construídas com a participação ativa da comunidade e dos alunos e registradas em um regimento escolar pautado na legislação educacional e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

5. O currículo

Cabe primordialmente à instituição escolar a socialização do conhecimento e a recriação da cultura. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010), uma das maneiras de se conceber o currículo é entendê-lo como constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes. O foco nas experiências escolares significa que as orientações e propostas curriculares que provêm das diversas instâncias só terão concretude por meio das ações educativas que envolvem os alunos.

Os conhecimentos escolares podem ser compreendidos como o conjunto de conhecimentos que a escola seleciona e transforma, no sentido de torná-los passíveis de serem ensinados, ao mesmo tempo em que servem de elementos para a formação ética, estética e política do aluno. As instâncias que mantêm, organizam, orientam e oferecem recursos à escola, como o próprio Ministério da Educação, as Secretarias de Educação, os Conselhos de Educação, assim como os autores de materiais e livros didáticos, transformam o conhecimento acadêmico, segmentando-o de acordo com os anos de escolaridade, ordenando em unidades e tópicos e buscam ainda ilustrá-lo e formulá-lo em questões para muitas das quais já se têm respostas. Esse processo em que o conhecimento de diferentes áreas sofre mudanças, transformando-se em conhecimento escolar, tem sido chamado de *transposição didática.*

Também se diz que os conhecimentos produzidos nos diversos componentes curriculares, para adentrarem a escola são recontextualizados de acordo com a lógica que preside as instituições escolares. Uma vez que as escolas são instituições destinadas à formação das crianças, jovens e adultos, os conhecimentos escolares dos diferentes componentes, além do processo de didatização que sofrem, passam a trazer embutido um sentido moral e político. Assim, a história da escola está indissoluvelmente ligada ao exercício da cidadania; a ciência que a escola ensina está impregnada de valores que buscam promover determinadas condutas, atitudes e determinados interesses, como por exemplo, a valorização e preservação do meio ambiente, os cuidados com a saúde, entre outros. Esse mesmo processo ocorre com os demais componentes curriculares e áreas de conhecimento, porque devem se submeter às abordagens próprias aos estágios de desenvolvimento dos alunos, ao período de duração dos cursos, aos horários e condições em que se desenvolve o trabalho escolar e, sobretudo, aos propósitos mais gerais de formação dos educandos. O acesso ao conhecimento escolar tem, portanto, dupla função: desenvolver habilidades intelectuais e criar atitudes e comportamentos necessários para a vida em sociedade.

O aluno precisa aprender não apenas os conteúdos escolares, mas também saber se movimentar na instituição pelo conhecimento que adquire de seus valores, rituais e normas, ou seja, pela familiaridade com a cultura da escola. Ele costuma *ir bem* na escola quando compreende não somente o que fica explícito, como o que está implícito no cotidiano escolar, ou seja, tudo aquilo que não é dito mas que é valorizado ou desvalorizado pela escola em termos de comportamento, atitudes e valores que fazem parte de seu currículo oculto.

É preciso, pois, que a escola expresse com clareza o que espera dos alunos, buscando coerência entre o que proclama e o que realiza, ou seja, o que realmente ensina

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

em termos de conhecimento. Os alunos provenientes de grupos sociais cuja cultura é muito diferente daquela da escola, encontram na diferença entre o que é cobrado e o que é ensinado por ela um obstáculo para o seu aproveitamento. Eles precisam fazer um esforço muito maior do que os outros para entender a linguagem da escola, seus códigos ocultos, uma vez que a instituição pressupõe que certos conhecimentos que ela não ensina são do domínio de todos, quando na verdade não são.

A escola constitui a principal e, muitas vezes, a única forma de acesso ao conhecimento sistematizado para a grande maioria da população. Esse dado aumenta a responsabilidade do Ensino Fundamental na sua função de assegurar a todos a aprendizagem dos conteúdos curriculares capazes de fornecer os instrumentos básicos para a plena inserção na vida social, econômica e cultural do país. Michael Young (2007) denomina "poderoso" o conhecimento que, entre as crianças, adolescentes, jovens e adultos não pode ser adquirido apenas em casa e na comunidade, ou ainda nos locais de trabalho. Nas sociedades contemporâneas esse conhecimento é o que permite estabelecer relações mais abrangentes entre os fenômenos, e é principalmente na escola que ele tem condições de ser adquirido.

Para isso, a escola, no desempenho das suas funções de educar e cuidar, deve acolher os alunos dos diferentes grupos sociais, buscando construir e utilizar métodos, estratégias e recursos de ensino que melhor atendam às suas características cognitivas e culturais. Acolher significa, pois, propiciar aos alunos meios para conhecerem a *gramática da escola*, oferecendo àqueles com maiores dificuldades e menores oportunidades, mais incentivos e renovadas oportunidades de se familiarizarem com o modo de entender a realidade que é valorizado pela cultura escolar.

Acolher significa, também, garantir as aprendizagens propostas no currículo para que o aluno desenvolva interesses e sensibilidades que lhe permitam usufruir dos bens culturais disponíveis na comunidade, na sua cidade ou na sociedade em geral, e que lhe possibilitem, ainda, sentir-se como produtor valorizado desses bens. Ao lado disso, a escola é, por excelência, o lugar em que é possível ensinar e cultivar as regras do espaço público que conduzem ao convívio democrático com as diferenças, orientado pelo respeito mútuo e pelo diálogo. É nesse espaço que os alunos têm condições de exercitar a crítica e de aprender a assumir responsabilidades em relação ao que é de todos.

A base nacional comum e a parte diversificada: complementaridade

O currículo do Ensino Fundamental tem uma base nacional comum, complementada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar por uma parte diversificada. A base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental constituem um todo integrado e não podem ser consideradas como dois blocos distintos.

A articulação entre a base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental possibilita a sintonia dos interesses mais amplos de formação básica do cidadão com a realidade local, as necessidades dos alunos, as características regionais da sociedade, da cultura e da economia e perpassa todo o currículo.

Voltados à divulgação de valores fundamentais ao interesse social e à preservação da ordem democrática, os conhecimentos que fazem parte da base nacional comum a que todos devem ter acesso, independentemente da região e do lugar em que vivem, asseguram a característica unitária das orientações curriculares nacionais, das propostas curriculares dos Estados, Distrito Federal e Municípios e dos projetos político-pedagógicos das escolas.

Os conteúdos curriculares que compõem a parte diversificada do currículo serão definidos pelos sistemas de ensino e pelas escolas, de modo a complementar e enriquecer o currículo, assegurando a contextualização dos conhecimentos escolares diante das diferentes realidades. É assim que, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais e dos conteúdos obrigatórios fixados em âmbito nacional, conforme determina a

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Constituição Federal em seu artigo 210, multiplicam-se as propostas e orientações curriculares de Estados e Municípios e, no seu bojo, os projetos político-pedagógicos das escolas, revelando a autonomia dos entes federados e das escolas nas suas respectivas jurisdições e traduzindo a pluralidade de possibilidades na implementação dos currículos escolares diante das exigências do regime federativo.

Os conteúdos que compõem a base nacional comum e a parte diversificada têm origem nas disciplinas científicas, no desenvolvimento das linguagens, no mundo do trabalho e na tecnologia, na produção artística, nas atividades desportivas e corporais, na área da saúde, nos movimentos sociais, e ainda incorporam saberes como os que advêm das formas diversas de exercício da cidadania, da experiência docente, do cotidiano e dos alunos.

Os conteúdos sistematizados que fazem parte do currículo são denominados componentes curriculares, os quais, por sua vez, se articulam às áreas de conhecimento, a saber: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. As áreas de conhecimento favorecem a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares, mas permitem que os referenciais próprios de cada componente curricular sejam preservados.

O currículo da base nacional comum do Ensino Fundamental deve abranger obrigatoriamente, conforme o artigo 26 da LDB, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, bem como o ensino da Arte, a Educação Física e o Ensino Religioso.

Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental serão assim organizados em relação às áreas de conhecimento:

I – Linguagens:
a) Língua Portuguesa
b) Língua materna, para populações indígenas
c) Língua Estrangeira moderna
d) Arte
e) Educação Física
II – Matemática
III – Ciências da Natureza
IV – Ciências Humanas:
a) História
b) Geografia
V - Ensino Religioso

O Ensino Fundamental deve ser ministrado em língua portuguesa, mas às comunidades indígenas é assegurada também "a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem" (Constituição Federal, Artigo 210, §2º, e Artigo 32, §3º da LDB).

O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia (Artigo 26, §4º da LDB). Ainda conforme o artigo 26 A, alterado pela Lei nº 11.645/2008 (que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"), a História e a Cultura Afro-Brasileira, bem como a dos povos indígenas, presentes obrigatoriamente nos conteúdos desenvolvidos no âmbito de todo o currículo escolar, em especial na Arte, Literatura e História do Brasil, assim como a História da África, contribuirão para assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para a constituição da nação. Sua inclusão possibilita ampliar o leque de referências culturais de toda a população escolar e contribui para a mudança das suas concepções de mundo, transformando os conhecimentos comuns veiculados pelo currículo e contribuindo para a construção de identidades mais plurais e solidárias.

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

A Música constitui conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte, o qual compreende, também, as artes visuais, o teatro e a dança.

A Educação Física, componente obrigatório do currículo do Ensino Fundamental, integra a proposta político-pedagógica da escola e será facultativa ao aluno apenas nas circunstâncias previstas na LDB.

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa ao aluno, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui componente curricular dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil e vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Na parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental, será incluído, obrigatoriamente, a partir do 6º ano, o ensino de, pelo menos, uma Língua Estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar que poderá optar, entre elas, pela Língua Espanhola, nos termos da Lei nº 11.161/2005. É necessário esclarecer que língua indígena ou outras formas usuais de expressão verbal de certas comunidades não podem ocupar o lugar do ensino de Língua Estrangeira moderna.

Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular a seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos, que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, diversidade cultural, devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo.

Outras leis específicas, que complementam a LDB, determinam ainda que sejam incluídos temas relativos à educação para o trânsito (Lei nº 9.503/97) e à condição e direitos dos idosos, conforme a Lei nº 10.741/2003.

A transversalidade constitui uma das maneiras de trabalhar os componentes curriculares, as áreas de conhecimento e os temas contemporâneos em uma perspectiva integrada, tal como indicam as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Essa abordagem deve ser apoiada por meios adequados. Aos órgãos executivos dos sistemas de ensino compete a produção e disseminação de materiais subsidiários ao trabalho docente, com o objetivo de contribuir para a eliminação de discriminações, racismos e preconceitos, e conduzir à adoção de comportamentos responsáveis e solidários em relação aos outros e ao meio ambiente.

Na perspectiva de construção de uma sociedade mais democrática e solidária, novas demandas provenientes de movimentos sociais e de compromissos internacionais firmados pelo país, passam, portanto, a ser contempladas entre os elementos que integram o currículo, como as referentes à promoção dos direitos humanos. Muitas delas tendem a ser incluídas nas propostas curriculares pela adoção da perspectiva multicultural. Entende-se, que os conhecimentos comuns do currículo criam a possibilidade de dar voz a diferentes grupos como os negros, indígenas, mulheres, crianças e adolescentes, homossexuais, pessoas com deficiência.

Mais ainda: o conhecimento de valores, crenças, modos de vida de grupos sobre os quais os currículos se calaram durante uma centena de anos sob o manto da igualdade formal, propicia desenvolver *empatia e respeito pelo outro*, pelo que é diferente de nós, pelos alunos na sua diversidade étnica, regional, social, individual e grupal, e leva a conhecer as razões dos conflitos que se escondem por trás dos preconceitos e discriminações que alimentam as desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e diversidade sexual, das pessoas com deficiência e outras, assim como os processos de dominação que têm, historicamente, reservado a poucos o direto de aprender, que é de todos.

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

A perspectiva multicultural no currículo leva, ainda, ao reconhecimento da riqueza as produções culturais e à valorização das realizações de indivíduos e grupos sociais e possibilita a construção de uma *autoimagem* positiva a muitos alunos que vêm se defrontando constantemente com as condições de fracasso escolar, agravadas pela discriminação manifesta ou escamoteada no interior da escola. Além de evidenciar as relações de interdependência e de poder na sociedade e entre as sociedades e culturas, a perspectiva multicultural tem o potencial de conduzir a uma profunda transformação do currículo comum.

Quando os conhecimentos escolares se nutrem de temas da vida social, também é preciso que as escolas se aproximem mais dos movimentos que os alimentam, das suas demandas e encaminhamentos. Ao lado disso, a interação na escola entre os conhecimentos de referência disciplinar e aqueles provenientes das culturas populares pode possibilitar o questionamento de valores subjacentes em cada um deles e a necessidade de revê-los, ao mesmo tempo em que permite deixar clara a lógica que preside cada uma dessas formas de conhecimento e que os torna diferentes uns dos outros, mas não menos importantes.

A reinvenção do conhecimento e a apropriação da cultura pelos alunos

Ao procurar aliviar o peso do individualismo que alimenta as sociedades contemporâneas, movidas predominantemente pelas forças do mercado, a possibilidade de uma cultura comum no ensino obrigatório tem de traduzir a tensão permanente entre a universalização e a individualização dos conhecimentos (Dussel, 2009).

A leitura e a escrita, a História, as Ciências, a Arte, propiciam aos alunos o encontro com um mundo que é diferente, mais amplo e diverso que o seu. Ao não se restringir à transmissão de conhecimentos apresentados como verdades acabadas e levar os alunos a perceberem que essas formas de entender e de expressar a realidade possibilitam outras interpretações, a escola também oferece lugar para que os próprios educandos reinventem o conhecimento e criem e recriem cultura.

O currículo não se esgota, contudo, nos componentes curriculares e nas áreas de conhecimento. Valores, atitudes, sensibilidades e orientações de conduta são veiculados não só pelos conhecimentos, mas por meio de rotinas, rituais, normas de convívio social, festividades, visitas e excursões, pela distribuição do tempo e organização do espaço, pelos materiais utilizados na aprendizagem, pelo recreio, enfim, pelas vivências proporcionadas pela escola.

Ao se debruçar sobre uma área de conhecimento ou um tema de estudo, o aluno aprende, também, diferentes maneiras de raciocinar; é sensibilizado por algum aspecto do tema tratado, constrói valores, torna-se interessado ou se desinteressa pelo ensino. Assim, a aprendizagem de um componente curricular ou de um problema a ser investigado, bem como as vivências dos alunos no ambiente escolar, contribuem para formar e conformar as subjetividades dos alunos, porque criam disposições para entender a realidade a partir de certas referências, desenvolvem gostos e preferências, levam os alunos a se identificarem com determinadas perspectivas e com as pessoas que as adotam, ou a se afastarem de outras. Desse modo, a escola pode contribuir para que eles construam identidades plurais, menos fechadas em círculos restritos de referência e para a formação de sujeitos mais compreensivos e solidários.

Do ponto de vista da abordagem, reafirma-se a importância do lúdico na vida escolar, não se restringindo sua presença apenas à Arte e à Educação Física. Hoje se sabe que no processo de aprendizagem a área cognitiva está inseparavelmente ligada à afetiva e à emocional. Pode-se dizer que tanto o prazer como a fantasia e o desejo estão imbricados em tudo o que fazemos. Os estudos sobre a vida diária, sobre o homem comum e suas práticas, desenvolvidos em vários campos do conhecimento e, mais recentemente, pelos estudos culturais, introduziram no campo do currículo a preocupação de estabelecer conexões entre a realidade cotidiana dos alunos e os conteúdos curriculares. Há, sem

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0
Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

dúvida, em muitas escolas, uma preocupação com o prazer que as atividades escolares possam proporcionar aos alunos. Não obstante, frequentemente parece que se tem confundido o prazer que decorre de uma descoberta, de uma experiência estética, da comunhão de idéias, da solução de um problema, com o prazer hedonista que tudo reduz à satisfação do prazer pessoal, alimentado pela sociedade de consumo.

A escola tem tido dificuldades para tornar os conteúdos escolares interessantes pelo seu significado intrínseco. É necessário que o currículo seja planejado e desenvolvido de modo que os alunos possam sentir prazer na leitura de um livro, na identificação do jogo de sombra e luz de uma pintura, na beleza da paisagem, na preparação de um trabalho sobre a descoberta da luz elétrica, na pesquisa sobre os vestígios dos homens primitivos na América e de sentirem o estranhamento ante as expressões de injustiça social e de agressão ao meio ambiente.

As escolas devem propiciar ao aluno condições de desenvolver a capacidade de aprender, como quer a Lei nº 9.394/96, em seu artigo 32, mas com prazer e gosto, tornando suas atividades desafiadoras, atraentes e divertidas. Isso vale tanto para a base nacional comum como para a parte diversificada. Esta última, por estar voltada para aspectos e interesses regionais e locais, pode incluir a abordagem de temas que proporcionem aos estudantes maior compreensão e interesse pela realidade em que vivem.

6. O projeto político-pedagógico

O currículo do Ensino Fundamental com 9 (nove) anos de duração exige a estruturação de um projeto educativo coerente, articulado e integrado, de acordo com os modos de ser e de se desenvolver das crianças e dos adolescentes nos diferentes contextos sociais. O projeto educativo pode ser entendido como uma das formas de expressão dos propósitos educacionais que pode ser compartilhada por diferentes escolas e redes.

Ciclos, séries e outras formas de organização a que se refere a Lei nº 9.394/96 serão compreendidos como tempos e espaços interdependentes e articulados entre si, ao longo dos 9 (nove) anos.

Ao empenhar-se em garantir aos alunos uma educação de qualidade, todas as atividades da escola e a sua gestão deverão estar articuladas com esse propósito. O processo de enturmação dos alunos, a distribuição de turmas por professor, as decisões sobre o currículo, a escolha dos livros didáticos, a ocupação do espaço, a definição dos horários e outras tarefas administrativas e/ou pedagógicas precisam priorizar o atendimento aos interesses e necessidades dos alunos.

A gestão democrática e participativa como garantia do direito à educação

O projeto político-pedagógico da escola e o seu regimento escolar devem ser elaborados por meio de processos participativos próprios da gestão democrática.

O projeto político-pedagógico traduz o projeto educativo construído pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia com base nas características dos alunos, nos profissionais e recursos disponíveis, tendo como referência as orientações curriculares nacionais e dos respectivos sistemas de ensino.

Deve ser assegurada ampla participação dos profissionais da escola, da família, dos alunos e da comunidade local na definição das orientações imprimidas aos processos educativos e nas formas de implementá-las. Estas devem ser apoiadas por um processo contínuo de avaliação das ações de modo a assegurar a distribuição social do conhecimento e contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária.

O regimento escolar deve assegurar as condições institucionais adequadas para a execução do projeto político-pedagógico e a oferta de uma educação inclusiva e com qualidade social, igualmente garantida a ampla participação da comunidade escolar na sua elaboração.

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

É a participação da comunidade que pode dar voz e vez às crianças, aos adolescentes e às suas famílias, e também aos que frequentam a Educação de Jovens e Adultos (EJA), criando oportunidades institucionais para que todos os segmentos envolvidos no processo educativo, particularmente aqueles pertencentes aos segmentos majoritários da população que encontram grande dificuldade de se fazerem ouvir e de fazerem valer os seus direitos, possam manifestar os seus anseios e expectativas e possam ser levados em conta, tendo como referência a oferta de um ensino de qualidade para todos.

O fato de o projeto político-pedagógico de muitas escolas figurar apenas como um texto formal que cumpre uma exigência burocrática, não significa que a escola não tenha um projeto próprio. Significa que ele é, na verdade, um projeto pedagógico fragmentado, em que cada professor se encerra no seu trabalho solitário para desenvolver o currículo à sua maneira.

As experiências das escolas que conseguem *reverter o jogo* e obter melhorias significativas na qualidade do ensino seguem por caminhos bem variados, mas todas têm em comum um fato: é por meio de um projeto educativo democrático e compartilhado, em que os professores, a direção, os funcionários e a comunidade unem seus esforços e chegam mais perto da escola que desejam. Isso não quer dizer que deve recair sobre as escolas e seus educadores toda a responsabilidade pela mudança da qualidade do ensino. Ao contrário, o esforço compartilhado necessita de forte apoio dos órgãos gestores, dos sistemas de ensino e da comunidade; mas ele é realmente insubstituível quando projeta o desejo de mudar a escola para melhor.

O regimento escolar e o projeto político-pedagógico, em conformidade com a legislação e as normas vigentes, devem conferir espaço e tempo para que os profissionais da escola e, em especial, os professores, possam participar de reuniões de trabalho coletivo, planejar e executar as ações educativas de modo articulado, avaliar os trabalhos dos alunos, tomar parte em ações de formação continuada e estabelecer contatos com a comunidade.

No projeto político-pedagógico e no regimento escolar, o aluno, centro do planejamento curricular, deve ser considerado como sujeito que atribui sentidos à natureza e à sociedade nas práticas sociais que vivencia, produzindo cultura, recriando conhecimentos e construindo sua identidade pessoal e social. Como sujeito de direitos, ele deve tomar parte ativa na discussão e implementação das normas que regem as formas de relacionamento na escola, fornecendo indicações relevantes a respeito do que deve ser trabalhado no currículo ao tempo em que precisa ser incentivado a participar das organizações estudantis. Dentro das condições próprias da idade, mesmo as crianças menores poderão manifestar-se, por exemplo, sobre o que gostam e não gostam na escola e também a respeito da escola com que sonham.

Na implementação do projeto político-pedagógico, o cuidar e o educar, indissociáveis funções da escola, resultarão em ações integradas que buscam articular-se pedagogicamente no interior da própria instituição e, também, externamente, com serviços de apoio aos sistemas educacionais e com as políticas de outras áreas, para assegurar a aprendizagem, o bem-estar e o desenvolvimento do aluno em todas as suas dimensões.

As escolas necessitam se articular também com as instituições formadoras, com vistas a assegurar a atualização de seus profissionais tendo em conta as suas demandas específicas.

Relevância dos conteúdos, integração e abordagens do currículo

Quanto ao planejamento curricular, há que se pensar na importância da seleção dos conteúdos e na sua forma de organização. No primeiro caso, é preciso considerar a relevância dos conteúdos selecionados para a vida dos alunos e para a continuidade de sua trajetória escolar, bem como a pertinência do que é abordado em face da diversidade dos estudantes, buscando a contextualização dos conteúdos e o seu

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0
Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

tratamento flexível. Além do que, será preciso oferecer maior atenção, incentivo e apoio aos que deles demonstrarem mais necessidade, com vistas a assegurar a igualdade de acesso ao conhecimento.

Em relação à organização dos conteúdos, há necessidade de superar o caráter fragmentário das áreas, buscando uma integração no currículo que possibilite tornar os conhecimentos abordados mais significativos para os educandos e favorecer a participação ativa de alunos com habilidades, experiências de vida e interesses muito diferentes.

Os estudiosos do tema têm insistido na crítica aos currículos em que as disciplinas apresentam fronteiras fortemente demarcadas, sem conexões e diálogos entre elas. Criticam, também, os currículos que se caracterizam pela distância que mantêm com a vida cotidiana, pelo caráter abstrato do conhecimento trabalhado e pelas formas de avaliação que servem apenas para selecionar e classificar os alunos, estigmatizando os que não se enquadram nas suas expectativas. A literatura sobre currículo avança ao propor que o conhecimento seja contextualizado, permitindo que os alunos estabeleçam relações com suas experiências. Evitase, assim, a transmissão mecânica de um conhecimento que termina por obscurecer o seu caráter provisório e que não leva ao envolvimento ativo do estudante no processo de aprendizagem (Moreira e Candau, 2008).

Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento, relacionados a um projeto educativo de longo prazo, como deve ser o da Educação Básica, concorrem de maneira decisiva para assegurar uma sistematização de conhecimentos imprescindível no Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, garantindo-lhe continuidade e consistência. Mas eles certamente devem ser trabalhados por diversas abordagens integradoras. Continuidade e consistência não querem dizer uniformidade e padronização de sequências e conteúdos.

Têm sido numerosas e variadas as experiências das escolas brasileiras quanto ao esforço de integração do currículo. Há propostas curriculares ordenadas em torno de grandes eixos articuladores; experiências de redes que trabalham projetos de interdisciplinaridade com base em temas geradores formulados a partir de problemas detectados na comunidade; as que procuram enredar esses temas às áreas de conhecimento; os chamados currículos em rede; as que propõem a integração do currículo por meio de conceitos-chave ou ainda de conceitos-nucleares que permitem trabalhar as questões cognitivas e as questões culturais numa perspectiva transversal.

Atualmente, estão muito disseminadas nas escolas concepções diversas de projetos de trabalho, que se espera, devem enriquecer o currículo tornando os conhecimentos escolares mais vivos e desafiadores para os alunos. Entretanto, é importante que os vários projetos em andamento em muitas escolas estejam articulados ao tratamento dos conteúdos curriculares e às áreas de conhecimento, evitando a fragmentação e a dispersão provocadas por iniciativas com propósitos diferentes e que não se comunicam entre si. É nesse sentido que deve ser operacionalizada a orientação contida nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, quando preconizam o tratamento dos conteúdos curriculares por meio de projetos e que orientam que, para eles, sejam destinados pelo menos 20% da carga horária de trabalho anual.

O fundamental no esforço de integração parece ser justamente a necessária disposição, por parte dos professores, de trabalhar juntos, de compartilhar com os colegas os acertos e as indagações que decorrem de posturas e práticas ainda minoritárias no país.

Os esforços de integração têm buscado maior conexão com os problemas que os alunos e sua comunidade enfrentam, ou ainda com as demandas sociais e institucionais mais amplas que a escola deve responder. Nesse processo, é preciso que os conteúdos curriculares não sejam banalizados. Algumas escolas, por vezes, têm caído em extremos: a valorização apenas dos conteúdos escolares de referência disciplinar ou certa rejeição a esses conteúdos, sob o pretexto de que é preciso evitar o "conteudismo". A literatura educacional tem mostrado que, em nome de um ensino que melhor responda às exigências de competitividade das sociedades contemporâneas, é frequente que a escola

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

termine alijando os alunos pertencentes às camadas populares do contato e do aprendizado de conhecimentos essenciais à sua formação, porque desconhece o universo material e simbólico das crianças, adolescentes, jovens e adultos e não faz a ponte de que necessitam os alunos para dominar os conhecimentos veiculados.

Por sua vez, alguns currículos muito centrados nas culturas dos alunos, ao proporem às camadas populares uma educação escolar calcada sobretudo na espontaneidade e na criatividade, terminam por reservar apenas para as elites uma educação que trabalha com abstrações e estimula a capacidade de raciocínio lógico. Assim sendo, vale repetir que os segmentos populares, ao lutarem pelo direito à escola e à educação, aspiram apossar-se dos conhecimentos que, transcendendo as suas próprias experiências, lhes forneçam instrumentos mais complexos de análise da realidade e permitam atingir níveis mais universais de explicação dos fenômenos. São esses conhecimentos que os mecanismos internos de exclusão na escola têm reservado somente às minorias, mas que é preciso assegurar a toda a população.

Ainda quanto à abordagem do currículo, os professores levarão em conta a diversidade sociocultural da população escolar, as desigualdades de acesso ao consumo de bens culturais e a multiplicidade de interesses e necessidades apresentados pelos estudantes no desenvolvimento de metodologias e estratégias variadas que melhor respondam às diferenças de aprendizagem entre os alunos e às suas demandas.

A criação de um ambiente propício à aprendizagem na escola terá como base o trabalho compartilhado e o compromisso dos professores e dos demais profissionais com a aprendizagem dos alunos; o atendimento às necessidades específicas de aprendizagem de cada um mediante formas de abordagem apropriadas; a utilização dos recursos disponíveis na escola e nos espaços sociais e culturais do entorno; a contextualização dos conteúdos, assegurando que a aprendizagem seja relevante e socialmente significativa; e o cultivo do diálogo e de relações de parceria com as famílias.

Para tanto, é fundamental contar com o apoio solidário dos sistemas de ensino e das próprias escolas no provimento de adequadas condições de trabalho e de outros recursos, de acordo com os padrões mínimos de qualidade referidos no inciso IX, do Artigo 4º da LDB, e objeto de manifestação deste colegiado no Parecer CNE/CEB nº 8/2010.

Os sistemas de ensino, as escolas e os professores, com o apoio das famílias e da comunidade, devem envidar esforços para assegurar o progresso contínuo dos alunos no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, lançando mão de todos os recursos disponíveis e criando renovadas oportunidades para evitar que a trajetória escolar discente seja retardada ou indevidamente interrompida. Devem, portanto, adotar as providências necessárias para que a operacionalização do princípio da continuidade não seja traduzida como "promoção automática" de alunos de um ano, série ou ciclo para o seguinte, e para que o combate à repetência não se transforme em descompromisso com o ensino e a aprendizagem.

A organização do trabalho pedagógico deve levar em conta a mobilidade e a flexibilização dos tempos e espaços escolares, a diversidade nos agrupamentos de alunos, as diversas linguagens artísticas, a diversidade de materiais, os variados suportes literários, as atividades que mobilizem o raciocínio, as atitudes investigativas, a articulação entre a escola e a comunidade e o acesso aos espaços de expressão cultural.

As articulações do Ensino Fundamental e a continuidade da trajetória escolar dos alunos

Um desafio com que se depara o Ensino Fundamental diz respeito à sua articulação com as demais etapas da educação, especialmente com a Educação Infantil e com o Ensino Médio. A falta de articulação entre as diferentes etapas da Educação Básica tem criado barreiras que dificultam o percurso escolar dos alunos. Para a sua superação é preciso que o Ensino Fundamental passe a incorporar tanto algumas práticas que integram historicamente a Educação Infantil, assim como traga para o seu interior

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0
Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

preocupações compartilhadas por grande parte dos professores do Ensino Médio, como a necessidade de sistematizar conhecimentos, de proporcionar oportunidades para a formação de conceitos e a preocupação com o desenvolvimento do raciocínio abstrato, dentre outras.

Não menos necessária é uma integração maior entre os anos iniciais e os anos finais do Ensino Fundamental. Há que superar os problemas localizados na passagem das séries iniciais e a das séries finais dessa etapa, decorrentes de duas diferentes tradições de ensino. Os alunos, ao mudarem do professor generalista dos anos iniciais para os professores especialistas dos diferentes componentes curriculares, costumam se ressentir diante das muitas exigências que têm de atender, feitas pelo grande número de docentes dos anos finais. Essa transição acentua a necessidade de um planejamento curricular integrado e sequencial e abre a possibilidade de adoção de formas inovadoras a partir do 6º ano, a exemplo do que já o fazem algumas escolas e redes de ensino.

A passagem dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental apresenta ainda mais uma dificuldade: o intenso processo de descentralização ocorrido na última década acentuou a cisão dessa etapa da escolaridade, levando à concentração da oferta dos anos iniciais, majoritariamente nas redes municipais, e dos anos finais, nas redes mantidas pelos Estados. O fato requer especial atenção de Estados e Municípios ao planejarem conjuntamente o atendimento à demanda, a fim de evitar obstáculos ao acesso dos alunos que devem mudar de uma rede para outra para completar o Ensino Fundamental.

As articulações no interior do Ensino Fundamental, e deste com as etapas que o antecedem e o sucedem na Educação Básica, são, pois, elementos fundamentais para o bom desempenho dos estudantes e a continuidade dos seus estudos.

Um dos sérios entraves ao percurso escolar dos alunos tem sido a cultura da repetência que impregna as práticas escolares. Há muitos anos, diferentes estudos têm mostrado que a repetência não é o melhor caminho para assegurar que os alunos aprendam. Ao contrário, a repetência, além de desconsiderar o que o aluno já aprendeu, geralmente não lhe oferece oportunidade de superar as dificuldades que apresentava e termina por desinteressá-lo dos estudos ainda mais, aumentando a probabilidade de que repita novamente aquela série e contribuindo para baixar a sua autoestima. Mas aqui é preciso enfatizar, mais uma vez, que o combate à repetência não pode significar descompromisso com o ensino e a aprendizagem.

A enturmação dos alunos por idade e não por nível de conhecimento passou a ser uma alternativa ao que costumava ser feito quando as escolas dividiam as turmas de alunos em fracas, médias e fortes, as quais terminavam prejudicando especialmente os considerados mais fracos e aumentando a defasagem entre eles e os demais. Pesquisas mostraram a impossibilidade de formar turmas homogêneas, em vista das diferenças existentes entre os alunos. Evidenciaram, também, que muito do que se aprende na escola é aprendido nas interações dos próprios alunos e advogam, há algumas décadas, que a heterogeneidade das turmas pode se converter em uma vantagem, tanto do ponto de vista cognitivo, quanto do afetivo e do cultural, pois favorece a ajuda entre os educandos, estimula-os mutuamente e enriquecendo o seu convívio.

A entrada de crianças de 6 (seis) anos no Ensino Fundamental

A entrada de crianças de 6 (seis) anos no Ensino Fundamental implica assegurar-lhes garantia de aprendizagem e desenvolvimento pleno, atentando para a grande diversidade social, cultural e individual dos alunos, o que demanda espaços e tempos diversos de aprendizagem. Na perspectiva da continuidade do processo educativo proporcionada pelo alargamento da Educação Básica, o Ensino Fundamental terá muito a ganhar se absorver da Educação Infantil a necessidade de recuperar o caráter lúdico da aprendizagem, particularmente entre as crianças de 6 (seis) a 10 (dez) anos que frequentam as suas classes, tornando as aulas menos repetitivas, mais prazerosas e desafiadoras e levando à participação ativa dos alunos. A escola deve adotar formas de

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

trabalho que proporcionem maior mobilidade às crianças na sala de aula, explorar com elas mais intensamente as diversas linguagens artísticas, a começar pela literatura, utilizar mais materiais que proporcionem aos alunos oportunidade de racionar manuseando-os, explorando as suas características e propriedades, ao mesmo tempo em que passa a sistematizar mais os conhecimentos escolares.

Além disso, é preciso garantir que a passagem da Pré-Escola para o Ensino Fundamental não leve a ignorar os conhecimentos que a criança já adquiriu. Igualmente, o processo de alfabetização e letramento, com o qual ela passa a estar mais sistematicamente envolvida, não pode sofrer interrupção ao final do primeiro ano dessa nova etapa da escolaridade.

Assim como há crianças que depois de alguns meses estão alfabetizadas, outras requerem de dois a três anos para consolidar suas aprendizagens básicas, o que tem a ver, muito frequentemente, com seu convívio em ambientes em que os usos sociais da leitura e escrita são intensos ou escassos, assim como com o próprio envolvimento da criança com esses usos sociais na família e em outros locais fora da escola. Entretanto, mesmo entre as crianças das famílias de classe média, em que a utilização da leitura e da escrita é mais corrente, verifica-se, também, grande variação no tempo de aprendizagem dessas habilidades pelos alunos.

Para as crianças que entram pela primeira vez na escola aos 6 (seis) anos, o período requerido para esse aprendizado pode ser mais prolongado, mas o esperado é que, com a ampliação da obrigatoriedade escolar para a faixa etária dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, todas as crianças se beneficiem. Entretanto, os anos iniciais do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos não se reduzem apenas à alfabetização e ao letramento. Desde os 6 (seis) anos de idade, os conteúdos dos demais componentes curriculares devem também ser trabalhados. São eles que, ao descortinarem às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo.

Há que lembrar, porém, que os anos iniciais do Ensino Fundamental têm se constituído, historicamente, em um dos maiores obstáculos interpostos aos alunos para prosseguirem aprendendo. Há não muito tempo atrás, por décadas e décadas, cerca de metade dos alunos repetiam a primeira série, sendo barrados logo no início da escolarização por não estarem completamente alfabetizados. Além disso, a maioria dos alunos matriculados no ensino obrigatório não conseguia chegar ao seu final por causa da repetência. Os poucos que o concluíam levavam, em média, perto de 12 (doze) anos, ou seja, o tempo previsto para cursar o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Mesmo nos dias atuais, em que baixaram consideravelmente os índices de repetência escolar no país, esses índices ainda figuram entre os maiores do mundo. E a repetência, como se sabe, não gera qualidade! As maiores vítimas da repetência têm sido as crianças e adolescentes pobres, mestiços e negros, e, mais recentemente, tem-se observado, ainda, que são os alunos do sexo masculino, pobres e negros, os que mais ficam em recuperação e apresentam atraso escolar.

Esse dado remete às implicações do currículo com as desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero. A despeito do grande esforço feito pelas famílias de baixa renda para manter os filhos na escola, depois de muito repetirem, um grande número deles se evade.

A proposta de organização dos três primeiros anos do Ensino Fundamental em um único ciclo exige mudanças no currículo para melhor trabalhar com a diversidade dos alunos e permitir que eles progridam na aprendizagem. Ela também questiona a concepção linear de aprendizagem que tem levado à fragmentação do currículo e ao estabelecimento de sequências rígidas de conhecimentos, as quais, durante muito tempo, foram evocadas para justificar a reprovação nas diferentes séries. A promoção dos alunos deve vincular-se às suas aprendizagens; não se trata, portanto, de promoção automática. Para garantir a aprendizagem, as escolas deverão construir estratégias pedagógicas para

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

recuperar os alunos que apresentarem dificuldades no seu processo de construção do conhecimento.

Entre as iniciativas de redes que adotaram ciclos, muitas propostas terminaram por incorporar algumas das formulações mais avançadas do ideário contemporâneo da educação, com vistas a garantir o sucesso dos alunos na aprendizagem, combater a exclusão e assegurar que todos tenham, efetivamente, direito a uma educação de qualidade. Movimentos de renovação pedagógica têm-se esforçado por trabalhar com concepções que buscam a integração das abordagens do currículo e uma relação mais dialógica entre as vivências dos alunos e o conhecimento sistematizado.

Os ciclos assim concebidos concorrem, juntamente com outros dispositivos da escola calcados na sua gestão democrática, para superar a concepção de docência solitária do professor que se relaciona exclusivamente com a sua turma, substituindo-a pela *docência solidária*, que considera o conjunto de professores de um ciclo responsável pelos alunos daquele ciclo, embora não eliminem o professor de referência que mantém um contato mais prolongado com a classe. Aposta-se, assim, que o esforço conjunto dos professores, apoiado por outras instâncias dos sistemas escolares, contribua para criar uma escola menos seletiva e capaz de proporcionar a cada um e a todos o atendimento mais adequado a que têm direito.

Para evitar que as crianças de 6 (seis) anos se tornem reféns prematuros da cultura da repetência e que não seja indevidamente interrompida a continuidade dos processos educativos levando à baixa autoestima do aluno e, sobretudo, para assegurar a todas as crianças uma educação de qualidade, recomenda-se enfaticamente que os sistemas de ensino adotem nas suas redes de escolas a organização em ciclo dos três primeiros anos do Ensino Fundamental, abrangendo crianças de 6 (seis), 7 (sete) e 8 (oito) anos de idade e instituindo um bloco destinado à alfabetização.

Mesmo quando o sistema de ensino ou a escola, no uso de sua autonomia, fizerem opção pelo regime seriado, é necessário considerar os três anos iniciais do Ensino Fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo sequencial não passível de interrupção, voltado para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos.

Os três anos iniciais do Ensino Fundamental devem assegurar:

a) a alfabetização e o letramento;

b) o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, a Literatura, a Música e demais artes, a Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, de Ciências, de História e de Geografia;

c) a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no Ensino Fundamental como um todo, e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro.

Ainda que já dito em termos mais gerais, vale enfatizar que no início do Ensino Fundamental, atendendo às especificidades do desenvolvimento infantil, a avaliação deverá basear-se, sobretudo, em procedimentos de observação e registro das atividades dos alunos e portfólios de seus trabalhos, seguidos de acompanhamento contínuo e de revisão das abordagens adotadas, sempre que necessário.

A avaliação

Quanto aos processos avaliativos, parte integrante do currículo, há que partir do que determina a LDB em seus artigos 12, 13 e 24, cujos comandos genéricos prescrevem o zelo pela aprendizagem dos alunos, a necessidade de prover os meios e as estratégias para a recuperação daqueles com menor rendimento e consideram a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como os resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

A avaliação do aluno, a ser realizada pelo professor e pela escola, é redimensionadora da ação pedagógica e deve assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica.

A avaliação formativa**,** que ocorre durante todo o processo educacional, busca diagnosticar as potencialidades do aluno e detectar problemas de aprendizagem e de ensino. A intervenção imediata no sentido de sanar dificuldades que alguns estudantes evidenciem é uma garantia para o seu progresso nos estudos. Quanto mais se atrasa essa intervenção, mais complexo se torna o problema de aprendizagem e, consequentemente, mais difícil se torna saná-lo.

A avaliação contínua pode assumir várias formas, tais como a observação e o registro das atividades dos alunos, sobretudo nos anos iniciais do Ensino Fundamental, trabalhos individuais, organizados ou não em portfólios, trabalhos coletivos, exercícios em classe e provas, dentre outros. Essa avaliação constitui um instrumento indispensável do professor na busca do sucesso escolar de seus alunos e pode indicar, ainda, a necessidade de atendimento complementar para enfrentar dificuldades específicas, a ser oferecido no mesmo período de aula ou no contraturno, o que requer flexibilidade dos tempos e espaços para aprender na escola e também flexibilidade na atribuição de funções entre o corpo docente.

Os projetos político-pedagógicos das escolas e os regimentos escolares deverão, pois, obrigatoriamente, disciplinar os tempos e espaços de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, tal como determina a LDB, e prever a possibilidade de aceleração de estudos para os alunos com atraso escolar. Há ainda que assegurar tempos e espaços de reposição dos conteúdos curriculares ao longo do ano letivo aos alunos com frequência insuficiente, evitando, sempre que possível, a retenção por faltas.

Considerando que a avaliação implica sempre um julgamento de valor sobre o aproveitamento do aluno, cabe, contudo alertar que ela envolve frequentemente juízos prévios e não explicitados pelo professor acerca do que o aluno é capaz de aprender. Esses préjulgamentos, muitas vezes baseados em características que não são de ordem cognitiva e sim social, conduzem o professor a não estimular devidamente certos alunos que, de antemão, ele acredita que não irão corresponder às expectativas de aprendizagem. O resultado é que, por falta de incentivo e atenção docente, tais alunos terminam por confirmar as previsões negativas sobre o seu desempenho.

Mas a avaliação não é apenas uma forma de julgamento sobre o processo de aprendizagem do aluno, pois também sinaliza problemas com os métodos, as estratégias e abordagens utilizados pelo professor. Diante de um grande número de problemas na aprendizagem de determinado assunto, o professor deve ser levado a pensar que houve falhas no processo de ensino que precisam ser reparadas.

A avaliação proporciona ainda oportunidade aos alunos de melhor se situarem em vista de seus progressos e dificuldades, e aos pais, de serem informados sobre o desenvolvimento escolar de seus filhos, representando também uma prestação de contas que a escola faz à comunidade que atende. Esse espaço de diálogo com os próprios alunos **–** e com as suas famílias, no caso do Ensino Fundamental regular **–** sobre o processo de aprendizagem e o rendimento escolar que tem consequência importante na trajetória de estudos de cada um, precisa ser cultivado pelos educadores e é muito importante na criação de um ambiente propício à aprendizagem. Além disso, a *transparência* dos processos avaliativos assegura a possibilidade de discussão dos referidos resultados por parte de pais e alunos, inclusive junto a instâncias superiores à escola, no sentido de preservar os direitos destes, tal como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os procedimentos de avaliação adotados pelos professores e pela escola serão articulados às avaliações realizadas em nível nacional e às congêneres nos diferentes Estados e Municípios, criadas com o objetivo de subsidiar os sistemas de ensino e as escolas nos esforços de melhoria da qualidade da educação e da aprendizagem dos alunos. A análise do rendimento dos alunos com base nos indicadores produzidos por essas

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0
Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

avaliações deve auxiliar os sistemas de ensino e a comunidade escolar a redimensionarem as práticas educativas com vistas ao alcance de melhores resultados.

Entretanto, a ênfase excessiva nos resultados das avaliações externas – que oferecem indicações de uma parcela restrita do que é trabalhado na escola – pode produzir a inversão das referências para o trabalho pedagógico, o qual tende a abandonar as propostas curriculares e orientar-se apenas pelo que é avaliado por esses sistemas. Desse modo, a avaliação deixa de ser parte do desenvolvimento do currículo, passando a ocupar um lugar indevido no processo educacional. Isso ocasiona outras consequências, como a redução do ensino à aprendizagem daquilo que é exigido nos testes. A excessiva preocupação com os resultados desses testes sem maior atenção aos processos pelos quais as aprendizagens ocorrem, também termina obscurecendo aspectos altamente valorizados nas propostas da educação escolar que não são mensuráveis, como, por exemplo, a autonomia, a solidariedade, o compromisso político e a cidadania, além do próprio ensino de História e de Geografia e o desenvolvimento das diversas áreas de expressão. É importante ainda considerar que os resultados da educação demoram, às vezes, longos períodos de tempo para se manifestar ou se manifestam em outros campos da vida humana. Assim sendo, as referências para o currículo devem continuar sendo as contidas nas propostas político-pedagógicas das escolas, articuladas às orientações e propostas curriculares dos sistemas, sem reduzir os seus propósitos ao que é avaliado pelos testes de larga escala.

Os resultados de aprendizagem dos alunos devem ser aliados, por sua vez, à avaliação das escolas e de seus professores, tendo em conta os insumos básicos necessários à educação de qualidade para todos nesta etapa da educação, consideradas, inclusive, as suas modalidades e as formas diferenciadas de atendimento como a Educação do Campo, a Educação Escolar Indígena, a Educação Escolar Quilombola e as escolas de tempo integral.

A melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos e da qualidade da educação obriga os sistemas de ensino a incrementarem os dispositivos da carreira e de condições de exercício e valorização do magistério e dos demais profissionais da educação, e a oferecerem os recursos e apoios que demandam as escolas e seus profissionais para melhorar a sua atuação. Obriga, também, as escolas a uma apreciação mais ampla das oportunidades educativas por elas oferecidas aos alunos, reforçando a sua responsabilidade de propiciar renovadas oportunidades e incentivos aos que deles necessitem.

7. Educação em tempo integral

A escola brasileira é uma das que possui menor número de horas diárias de efetivo trabalho escolar. Não obstante, há reiteradas manifestações da legislação apontando para o seu aumento na perspectiva de uma educação integral (Constituição Federal, artigos 205, 206 e 227; Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 9.089/90; Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, Artigo 34; Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/2001; e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, Lei nº 11.494/2007). Além do mais, já existem variadas experiências de escola em período integral em diferentes redes e sistemas de ensino no país. Diante desse quadro, considera-se que a proposta educativa da escola de tempo integral poderá contribuir significativamente para a melhoria da qualidade da educação e do rendimento escolar, ao passo em que se exorta os sistemas de ensino a ampliarem a sua oferta. Esse tipo de escola, quando voltada prioritariamente para o atendimento das populações com alto índice de vulnerabilidade social que, não por acaso, encontram-se concentradas em instituições com baixo rendimento dos alunos, situadas em capitais e regiões metropolitanas densamente povoadas, poderá dirimir as desigualdades de acesso à educação, ao conhecimento e à cultura e melhorar o convívio social.

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

O currículo da escola de tempo integral, concebido como um projeto educativo integrado, deve prever uma jornada escolar de, no mínimo, 7 (sete) horas diárias. A ampliação da jornada poderá ser feita mediante o desenvolvimento de atividades como as de acompanhamento e apoio pedagógico, reforço e aprofundamento da aprendizagem, experimentação e pesquisa científica, cultura e artes, esporte e lazer, tecnologias da comunicação e informação, afirmação da cultura dos direitos humanos, preservação do meio ambiente, promoção da saúde, entre outras, articuladas aos componentes curriculares e áreas de conhecimento, bem como as vivências e práticas socioculturais.

As atividades serão desenvolvidas dentro do espaço escolar, conforme a disponibilidade da escola, ou fora dele, em espaços distintos da cidade ou do território em que está situada a unidade escolar, mediante a utilização de equipamentos sociais e culturais aí existentes e o estabelecimento de parcerias com órgãos ou entidades locais, sempre de acordo com o projeto político-pedagógico de cada escola.

Ao restituir a condição de ambiente de aprendizagem à comunidade e à cidade, a escola estará contribuindo para a construção de redes sociais na perspectiva das cidades educadoras.

Os órgãos executivos e normativos dos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios assegurarão que o atendimento dos alunos na escola de tempo integral das redes públicas possua infraestrutura adequada e pessoal qualificado. E para que a oferta de educação nesse tipo de escola não se resuma a uma simples justaposição de tempos e espaços disponibilizados em outros equipamentos de uso social, como quadras esportivas e espaços para práticas culturais, é imprescindível que atividades programadas no projeto político-pedagógico da escola de tempo integral sejam de presença obrigatória e, em face delas, o desempenho dos alunos seja passível de avaliação.

8. Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola

A Educação do Campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura e se estende também aos espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas, conforme as Diretrizes para a Educação Básica do Campo (Parecer CNE/CEB nº 36/2001 e Resolução CNE/CEB nº 1/2002, e Parecer CNE/CEB nº 3/2008 e Resolução CNE/CEB nº 2/2008).

A Educação Escolar Indígena e a Educação Escolar Quilombola são, respectivamente, oferecidas em unidades educacionais inscritas em suas terras e culturas e para essas populações estão assegurados direitos específicos na Constituição Federal que lhes permitem valorizar e preservar suas culturas e reafirmar o seu pertencimento étnico.

As escolas indígenas, atendendo a normas e ordenamentos jurídicos próprios e a Diretrizes Nacionais específicas, terão ensino intercultural e bilíngue, com vistas à afirmação e manutenção da diversidade étnica e linguística; assegurarão a participação da comunidade no seu modelo de edificação, organização e gestão; e deverão contar com materiais didáticos produzidos de acordo com o contexto cultural de cada povo (Resolução CNE/ CEB nº 3/99).

O detalhamento da Educação Escolar Quilombola deverá ser definido pelo CNE por meio de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas.

O atendimento escolar às populações do campo, povos indígenas e quilombolas requer respeito às suas peculiares condições de vida e pedagogias condizentes com as suas formas próprias de produzir conhecimentos, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/ CEB nº 4/2010).

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

As escolas das populações do campo, dos povos indígenas e dos quilombolas, ao contar com a participação ativa das comunidades locais nas decisões referentes ao currículo, estarão ampliando as oportunidades de:

I – reconhecimento de seus modos próprios de vida, suas culturas, tradições e memórias coletivas, como fundamentais para a constituição da identidade das crianças, adolescentes e adultos;

II – valorização dos saberes e do papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo, seu ambiente natural e cultural, assim como as práticas ambientalmente sustentáveis que utilizam;

III – reafirmação do pertencimento étnico, no caso das comunidades quilombolas e dos povos indígenas, e do cultivo da língua materna na escola para estes últimos, como elementos importantes de construção da identidade;

IV – flexibilização, se necessário, do calendário escolar, das rotinas e atividades, tendo em conta as diferenças relativas às atividades econômicas e culturais, mantido o total de horas anuais obrigatórias no currículo;

V – superação das desigualdades sociais e escolares que afetam essas populações, tendo por garantia o direito à educação;

Os projetos político-pedagógicos das escolas do campo, indígenas e quilombolas devem contemplar a diversidade nos seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, estéticos, de gênero, geração e etnia.

As escolas que atendem essas populações deverão ser devidamente providas pelos sistemas de ensino de materiais didáticos e educacionais que subsidiem o trabalho com a diversidade, bem como de recursos que assegurem aos alunos o acesso a outros bens culturais e lhes permitam estreitar o contato com outros modos de vida e outras formas de conhecimento.

A participação das populações locais é importante também para subsidiar as redes escolares e os sistemas de ensino quanto à produção e oferta de materiais escolares e no que diz respeito ao transporte e a equipamentos que atendam as características ambientais e socioculturais das comunidades e as necessidades locais e regionais.

9. Educação Especial

Intensificando o processo de inclusão e buscando a universalização do atendimento, as escolas públicas e privadas deverão, também, contemplar a melhoria das condições de acesso e de permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas classes comuns do ensino regular. Os recursos de acessibilidade, como o nome já indica, asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência e mobilidade reduzida, por meio da utilização de materiais didáticos, dos espaços, mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e outros serviços.

Além disso, com o objetivo de ampliar o acesso ao currículo, proporcionando independência aos educandos para a realização de tarefas e favorecendo a sua autonomia, foi criado, pelo Decreto nº 6.571/2008, o atendimento educacional especializado aos alunos da Educação Especial, posteriormente regulamentado pelo Parecer CNE/CEB nº 13/2009 e pela Resolução CNE/CEB nº 4/2009. Esse atendimento, a ser expandido gradativamente com o apoio dos órgãos competentes, não substitui a escolarização regular, sendo complementar à ela. Ele será oferecido no contraturno, em salas de recursos multifuncionais na própria escola, em outra escola ou em centros especializados e será implementado por professores e profissionais com formação especializada, de acordo com plano de atendimento aos alunos que identifique suas necessidades educacionais específicas, defina os recursos necessários e as atividades a serem desenvolvidas.

10. Educação de Jovens e Adultos

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), voltada para a garantia de formação integral, abrange da alfabetização às diferentes etapas da escolarização ao longo da vida, inclusive àqueles em situação de privação de liberdade, sendo pautada pela inclusão e pela qualidade social. Ela requer um processo de gestão e financiamento que lhe assegure isonomia em relação ao Ensino Fundamental regular, um modelo pedagógico próprio que permita a apropriação e contextualização das Diretrizes Curriculares Nacionais, a implantação de um sistema de monitoramento e avaliação, uma política de formação permanente de seus professores, formas apropriadas para a destinação à EJA de profissionais experientes e qualificados nos processos de escolha e atribuição de aulas nas redes públicas e maior alocação de recursos para que seja ministrada por docentes licenciados.

Conforme a Resolução CNE/CEB nº 3/2010, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a idade mínima para ingresso nos cursos de EJA e para a realização de exames de conclusão de EJA será de 15 (quinze) anos completos.

Considerada a prioridade de atendimento à escolarização obrigatória, para que haja oferta capaz de contemplar o pleno atendimento dos adolescentes, jovens e adultos na faixa dos 15 (quinze) anos ou mais, com defasagem idade/série, tanto no ensino regular, quanto em EJA, assim como nos cursos destinados à formação profissional, torna-se necessário:

a) fazer a chamada ampliada dos estudantes em todas as modalidades do Ensino Fundamental;

b) apoiar as redes e os sistemas de ensino no estabelecimento de política própria para o atendimento desses estudantes que considere as suas potencialidades, necessidades, expectativas em relação à vida, às culturas juvenis e ao mundo do trabalho, inclusive com programas de aceleração da aprendizagem, quando necessário;

c) incentivar a oferta de EJA nos períodos diurno e noturno, com avaliação em processo.

Os cursos de EJA, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, serão presenciais e a sua duração ficará a critério de cada sistema de ensino, nos termos do Parecer CNE/CEB nº 29/2006, ao qual remete a Resolução CNE/CEB nº 3./2010. Nos anos finais, ou seja, do 6º ao 9º ano, os cursos, poderão ser presenciais ou a distância, quando devidamente credenciados, e terão 1600 (mil e seiscentas) horas de duração.

Tendo em conta as situações, os perfis e as faixas etárias dos adolescentes, jovens e adultos, o projeto político-pedagógico e o regimento escolar viabilizarão um modelo pedagógico próprio para essa modalidade de ensino assegurando a identificação e o reconhecimento das formas de aprender dos adolescentes, jovens e adultos e a valorização de seus conhecimentos e experiências; a distribuição dos componentes curriculares de modo a proporcionar um patamar igualitário de formação, bem como a sua disposição adequada nos tempos e espaços educativos em face das necessidades específicas dos estudantes.

Estima-se que a inserção de EJA no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, incluindo, além da avaliação do rendimento dos alunos, a aferição de indicadores institucionais das redes públicas e privadas, concorrerá para a universalização e a melhoria da qualidade do processo educativo.

11. O compromisso solidário das redes e sistemas de ensino com a implementação destas Diretrizes

Com base nos elementos contidos no presente Parecer, propõe-se o Projeto de Resolução anexo, contendo Diretrizes destinadas a contribuir para:

a) ampliar os debates sobre as concepções curriculares para o Ensino Fundamental levar a questionamentos e mudanças no interior de cada escola, visando assegurar o direito de todos a uma educação de qualidade;

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

b) subsidiar a análise e elaboração das propostas curriculares dos sistemas e redes de ensino, dos projetos político-pedagógicos das escolas e dos regimentos escolares, tendo em vista a implementação do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos;

c) fortalecer a constituição de ambientes educativos na escola propícios à aprendizagem, reafirmando a instituição escolar como espaço do conhecimento, do convívio e da sensibilidade, dimensões imprescindíveis ao exercício da cidadania;

d) consolidar a instituição escolar como espaço democrático que reconhece e respeita a diversidade;

e) fortalecer o regime de colaboração entre as instâncias na oferta do ensino de qualidade para todos.

E tendo em vista as responsabilidades compartilhadas pelos entes federados na manutenção e desenvolvimento do ensino, tais Diretrizes devem indicar que aos sistemas e redes de ensino cabe prover:

a) os recursos necessários à ampliação dos tempos e espaços dedicados ao trabalho educativo nas escolas e a distribuição de materiais didáticos e escolares adequados;

b) a formação continuada dos professores e demais profissionais da escola, em estreita articulação com as instituições responsáveis pela formação inicial, dispensando especiais esforços quanto à formação dos docentes das modalidades específicas do Ensino Fundamental e àqueles que trabalham nas escolas do campo, indígenas e quilombolas;

c) a coordenação do processo de implementação do currículo, evitando a fragmentação dos projetos educativos no interior de uma mesma realidade educacional;

d) o acompanhamento e a avaliação dos programas e ações educativas nas respectivas redes e escolas e o suprimento das necessidades detectadas.

O Ministério da Educação, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, precedida de consulta pública nacional, deverá encaminhar para o Conselho Nacional de Educação propostas de expectativas de aprendizagem dos conhecimentos escolares que devem ser atingidas pelos alunos em diferentes estágios do Ensino Fundamental e, ainda, elaborar orientações e oferecer outros subsídios para a implementação destas Diretrizes.

II – VOTO DO RELATOR

À vista do exposto, propõe-se à Câmara de Educação Básica a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, na forma deste Parecer e do Projeto de Resolução em anexo, do qual é parte integrante.

Brasília, (DF), 7 de julho de 2010.

Conselheiro Cesar Callegari– Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Básica aprova, por unanimidade, o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 2010.

Conselheiro Francisco Aparecido Cordão – Presidente

Conselheiro Adeum Hilário Sauer – Vice-Presidente

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, M. M. Qualidade da educação: conceitos, representações, práticas. Trabalho apresentado na mesa redonda Qualidade da Educação: conceitos, e

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0
Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

representações, integrante do ciclo *A qualidade da Educação Básica,* promovido pelo Instituto de Estudos Avançados/USP, em 26 de abril de 2007.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direto à diferença. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 116, p.245-262, jul. 2002.

DUARTE, C. S. Direito público e subjetivo e políticas educacionais. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 2, abr./jun. 2004.

DUSSEL, I. A transmissão cultural sob assédio: metamorfoses da cultura comum na escola. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.39, n.137, 351-365, maio/ago. 2009.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. *Indagações sobre currículo.* Currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica, 2008.

ONU. *Declaração Universal dos Diretos Humanos*. Nova York: Nações Unidas, 1948.

NESCO/OREALC. *Educação de qualidade para todos*: um assunto de diretos humanos. Brasília: UNESCO/ OREALC, 2007.

UNICEF. Convención sobre los derechos del niño. Nova York: UNICEF, 1989

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? In: *Educação & Sociedade*. Vol. 28 n. 101. Campinas set./dez/2007

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Prefeitura de Foz do Iguaçu 46
Prefeitura de Foz do Iguaçu 45

Leis.org Municipais www.leis.org

NORMA EM VIGOR

LEI 21323 - 20 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a criação do Programa Educa Juntos âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências.

Imprimir

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Cria o Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná, com relevância de programa social, em regime de colaboração com os municípios, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Educação - SEED. (Redação dada pela Lei nº 21.388/2023)

Art. 2º Os municípios que participarem do Programa terão acesso ao compartilhamento de estratégias educacionais para execução dos objetivos do Programa.

§ 1º Poderão ocorrer transferências de recursos financeiros e tecnológicos do Estado para os municípios, observada a regulamentação do Poder Executivo.

§ 2º As transferências de recursos referenciadas no § 1º deste artigo poderão se estender para que o Estado subsidie ações, materiais, serviços ou tecnologias aos municípios participantes do Programa.

Art. 3º São objetivos do Programa:

I - promover:

a) educação de qualidade para os estudantes da rede pública de ensino por meio de ações conjuntas com os municípios;

b) medidas que assegurem integração das etapas da Educação Básica para evitar a ruptura no processo educacional do estudante, garantindo-lhe a autonomia e o desenvolvimento integral;

c) ações de reconhecimento, incluindo premiações para as redes municipais de ensino

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Prefeitura de Foz do Iguaçu 47
Prefeitura de Foz do Iguaçu 46

com os maiores resultados e maiores incrementos na aprendizagem dos seus estudantes;

II - fortalecer o regime de colaboração entre Estado e municípios para superar a fragmentação das políticas públicas educacionais, com vistas ao pleno desenvolvimento da oferta de educação de qualidade;

III - priorizar a melhoria da aprendizagem dos estudantes matriculados na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública de ensino, propondo práticas pedagógicas que assegurem aos estudantes um percurso contínuo ao longo de todas as etapas da Educação Básica;

IV - ofertar formação continuada aos profissionais de educação das redes municipais de ensino, como processo permanente e constante de aperfeiçoamento da prática pedagógica, de forma a assegurar ensino de qualidade aos estudantes da rede pública;

V - disponibilizar material de apoio pedagógico impresso e o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEP, e/ou outros similares para as redes municipais de ensino;

VI - compartilhar práticas inovadoras e estratégias relacionadas à gestão da educação com as redes municipais de ensino;

VII - articular níveis, etapas e modalidades de ensino, para implementação conjunta de políticas, programas e ações;

VIII - incorporar tecnologias da informação e do conhecimento nas práticas pedagógicas escolares;

IX - custear e disponibilizar, aos municípios, tecnologias para as práticas pedagógicas escolares, que serão de uso obrigatório aos municípios que aderirem ao Programa Educa Juntos;

X - desenvolver mecanismos específicos para fortalecer a capacidade institucional entre o Estado do Paraná e seus municípios;

XI - integrar, no território, a oferta de educação escolar pública com os programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

XII - organizar e dimensionar as demandas municipais, com apoio do Estado, como forma de subsidiar o planejamento regional da oferta de educação escolar pública;

XIII - criar subsídios para a elaboração das diretrizes e estratégias:

a) de transição entre etapas, modalidades e redes de ensino, considerando a equidade de aprendizagem e a progressão adequada dos estudantes;

b) para a seleção e formação de gestores escolares;

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Prefeitura de Foz do Iguaçu 48
Prefeitura de Foz do Iguaçu 47

XIV - implementar a articulação dos calendários escolares do sistema estadual e dos sistemas municipais de ensino;

XV - criar diretrizes para quantificação, identificação e implementação compartilhada de programas de:

a) busca ativa e outras estratégias voltadas às crianças e aos adolescentes fora da escola;
b) apoio e outras estratégias voltadas às crianças e aos adolescentes, visando ao combate e à prevenção da violência doméstica e sexual.

Art. 4º A participação dos municípios no Programa Educa Juntos será formalizada por meio de celebração de termo de adesão ou instrumento congênere com a Secretaria de Estado da Educação - SEED. (Redação dada pela Lei nº 21.388/2023)

§ 1º O termo de adesão poderá conter, no mínimo, as seguintes obrigações para a Secretaria de Estado da Educação - SEED: (Redação dada pela Lei nº 21.388/2023)

I - ampliação da oferta do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEP para as redes municipais de ensino, por meio de:

a) avaliação de desempenho do 2º e 5º ano do Ensino Fundamental I;
b) avaliação diagnóstica do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental;

II - disponibilização dos seguintes recursos tecnológicos aos municípios, que poderão vir a ser custeados pelo Estado:

a) Plataforma de Matemática;
b) Plataforma de Redação;
c) Plataforma de Inglês;
d) Sistema Estadual de Registro Escolar - SERE;
e) Livro de Registro de Classe Online - LRCO;
f) equipamentos tecnológicos;
g) outras tecnologias ou sistemas regulamentados por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º O termo de adesão poderá conter, no mínimo, as seguintes obrigações para o município:

I - utilização obrigatória das plataformas custeadas pelo Estado:

a) Plataforma de Matemática;
b) Plataforma de Redação;
c) Plataforma de Inglês;
d) Sistema Estadual de Registro Escolar - SERE;
e) Livro de Registro de Classe Online - LRCO;

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Prefeitura de Foz do Iguaçu 49

Prefeitura de Foz do Iguaçu 48

f) Outras tecnologias ou sistemas regulamentados por ato do poder executivo;

II - realização das avaliações de desempenho e diagnóstico definidas como obrigatórias pela Secretaria de Estado da Educação - SEED. (Redação dada pela Lei nº 21.388/2023)

Art. 5º Serão beneficiados pelo Programa Educa Juntos os municípios do Paraná que firmarem termo de adesão ou instrumento congênere com a Secretaria de Estado da Educação - SEED, desde que preenchidos os critérios para adesão ao Programa, de acordo com o previsto no art. 4º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 21.388/2023)

Art. 6º O Programa Educa Juntos será implementado por meio de ações conjuntas entre a Secretaria de Estado da Educação - SEED e as secretarias municipais, de modo a atender às especificidades das seguintes etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental. (Redação dada pela Lei nº 21.388/2023)

Art. 7º Os municípios que participarem do Programa Educa Juntos poderão ser beneficiários de serviços ofertados pelo Governo do Estado do Paraná, de acordo com os objetivos do Programa.

Art. 8º O Programa Educa Juntos contará com um Comitê Executivo Estadual, órgão mobilizador e de acompanhamento, que será designado pelo Secretário de Estado da Educação, constituído por um representante titular e um suplente das seguintes entidades: (Redação dada pela Lei nº 21.388/2023)

I - Secretaria de Estado da Educação - SEED; (Redação dada pela Lei nº 21.388/2023)

II - União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação - UNDIME/PR;

III - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME/PR;

IV - Associação dos Municípios do Paraná - AMP;

V - Conselho Estadual de Educação - CEE/PR.

§ 1º Compete ao Comitê Executivo Estadual o acompanhamento das estratégias educacionais para a execução dos objetivos do Programa, constantes no art. 3º desta Lei.

§ 2º A participação dos membros no Comitê é considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 9º As instituições públicas e privadas poderão contribuir com o desenvolvimento do Programa Educa Juntos mediante a celebração de convênios, termos de cooperação, instrumentos de parceria, contrato de gestão e congêneres, com o Estado do Paraná ou com os municípios.

Parágrafo único. As instituições a que se refere o caput deste artigo poderão contribuir

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Prefeitura de Foz do Iguaçu 50
Prefeitura de Foz do Iguaçu 49

financeiramente ou por meio de cooperação técnica com o Programa Educa Juntos, desde que os aportes financeiros ou propostas técnicas estejam alinhados com os objetivos do Programa.

Art. 10. As despesas decorrentes deste Programa, descritas nesta Lei, ficam restritas à disponibilidade orçamentária e financeira consignada na Lei Orçamentária Anual.

Art. 11. As disposições constantes na presente Lei poderão ser regulamentadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 20 de dezembro de 2022.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

Publicado no Diário Oficial nº 11323 de 20 de Dezembro de 2022

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Publicação no Leis.org: 21/12/2022

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 8
Mov. 4

PARANÁ
GOVERNO
DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

TERMO DE ADESÃO – PROGRAMA EDUCA JUNTOS

TERMO DE ADESÃO que celebram entre si o **Estado do Paraná**, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação – SEED e o **Município de FOZ DO IGUAÇU**, na forma e condições a seguir estabelecidas, para a consecução dos objetivos do Programa Educa Juntos.

O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, inscrita no CNPJ sob o n.º 76.416.965/0001-21, com sede na Avenida Água Verde, n.º 2.140, Vila Izabel, em Curitiba-PR, CEP 80.240-900, neste ato representado pelo Senhor Secretário de Estado da Educação, **RONI MIRANDA VIEIRA**, RG n.º **8.298.160-8**, **SSP/PR**, CPF n.º **031.851.659-42**, doravante denominado PROPONENTE, e o Município de **FOZ DO IGUAÇU**, inscrito no CNPJ sob o n.º **76.206.606/0001-40**, com sede na **PRACA GETULIO VARGAS , nº 280**, **CENTRO**, **FOZ DO IGUAÇU**, CEP **85851-340**, neste ato representado pelo(a) Senhor(a) Prefeito(a), **FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO**, RG n.º **12.359.696-0**, **SSP/PR**, CPF n.º **537.366.564-91**, e pelo(a) Senhor(a) Secretário(a) Municipal de Educação, **MARIA JUSTINA DA SILVA**, RG n.º **4.346.104-4**, **SSP/PR**, CPF n.º **756.977.429-91**, doravante denominado ADERENTE, firmam o presente TERMO DE ADESÃO, mediante as seguintes cláusulas e compromissos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Adesão visa a estabelecer esforços entre os partícipes para execução do Programa Educa Juntos, instituído pela Lei n.º 21.323/2022, com a consecução de objetivos comuns, no sentido de viabilizar o acesso ao compartilhamento de estratégias educacionais para execução dos objetivos do Programa.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTÍCIPES

Os partícipes se submetem às seguintes atribuições e competências:

2.1 Compete ao PROPONENTE:

2.1.1 A ampliação da oferta do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEP, por meio do Programa Educa Juntos, com a assistência na aplicação de:

2.1.1.1 Avaliação de desempenho dos 2º e 5º anos do Ensino Fundamental;

2.1.1.2 Avaliação diagnóstica do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental;

2.1.2 A disponibilização dos seguintes recursos tecnológicos aos municípios, que poderão vir a ser custeados pelo Estado:

2.1.2.1 Plataforma de Matemática;

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Assinatura Qualificada realizada por: **Francisco Lacerda Brasileiro** em 03/08/2023 09:14. Assinatura Simples realizada por: **Maria Justina da Silva (XXX.977.429-XX)** em 03/08/2023 16:25 Local: CIDADAO. Inserido ao protocolo **20.827.579-8** por: **Jacqueline de Oliveira Chaves** em: 31/07/2023 16:28. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento**

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

2.1.2.2 Plataforma de Redação;
2.1.2.3 Plataforma de Inglês;
2.1.2.4 Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE;
2.1.2.5 Livro de Registro de Classe Online – LRCO;
2.1.2.6 Equipamentos tecnológicos;
2.1.2.7 Outras tecnologias ou sistemas regulamentados por ato do Chefe do Poder Executivo.
2.2 Compete ao ADERENTE:
2.2.1 A utilização obrigatória das plataformas que possam vir a ser custeadas pelo Estado:
2.2.1.1 Plataforma de Matemática;
2.2.1.2 Plataforma de Redação;
2.2.1.3 Plataforma de Inglês;
2.2.1.4 Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE;
2.2.1.5 Livro de Registro de Classe Online – LRCO;
2.2.1.6 Outras tecnologias ou sistemas regulamentados por ato do Poder Executivo.
2.2.2 A realização das avaliações de desempenho e avaliações diagnósticas definidas como obrigatórias pela SEED.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GOVERNANÇA DO PROGRAMA EDUCA JUNTOS
3.1 Fica a PROPONENTE responsável pela execução e gestão do Programa, tendo como referência para a coordenação das ações o Núcleo de Cooperação Pedagógica com Municípios – NCPM.
3.2. Fica reservado ao ADERENTE a decisão de participar nas demais iniciativas de assistência do Programa Educa Juntos promovidas pela SEED, não constantes na Cláusula Segunda deste Termo, a partir de consulta por ofício, excetuando-se a participação na avaliação de desempenho do 2.º e 5.º anos do Ensino Fundamental I, Prova Paraná Mais do SAEP, em função da Lei n.º 21.359, de 2023, que estabelece os indicadores e critérios previstos no inciso III do art. 1.º da Lei Complementar n.º 249, de 2022, em vigor para todos os municípios do Paraná.

CLÁUSULA QUARTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
4.1 O PROPONENTE, na condição de controlador, e o ADERENTE, na condição de operador, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, observados os ditames da Lei Federal n.º 13.709/2019 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e do Decreto Estadual n.º 6.474/2020.
4.2 O tratamento de dados pessoais, indispensáveis à execução do Termo de Adesão por parte do ADERENTE, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Assinatura Qualificada realizada por: **Francisco Lacerda Brasileiro** em 03/08/2023 09:14. Assinatura Simples realizada por: **Maria Justina da Silva (XXX.977.429-XX)** em 03/08/2023 16:25 Local: CIDADAO. Inserido ao protocolo **20.827.579-8** por: **Jacqueline de Oliveira Chaves** em: 31/07/2023 16:28. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento**

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

do PROPONENTE, observados os princípios do art. 6.º da LGPD, especialmente o da necessidade, bem como as diretrizes e instruções transmitidas pelo PROPONENTE.

4.3 Os dados pessoais tratados pelo ADERENTE somente poderão ser utilizados na execução das atividades concernentes à persecução dos objetivos do Programa Educa Juntos, vedada sua utilização para outros fins.

4.4 O compartilhamento de dados pessoais com possíveis SUBADERENTES dependerá de autorização prévia do PROPONENTE, hipótese em que a SUBADERENTE ficará sujeita aos mesmos limites e obrigações legais impostas à ADERENTE.

4.5 O ADERENTE deverá manter registro dos tratamentos de dados pessoais que realizar em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo, disponibilizando-o quando solicitado.

4.6 O ADERENTE deverá comprovar a adoção de medidas técnicas e administrativas de segurança aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observados os segredos comercial e industrial, respeitando-se os padrões definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade aplicáveis, sem prejuízo das obrigações relacionadas à segurança da informação e ao dever de sigilo aplicáveis às PARTES.

4.7 O ADERENTE responderá pelos danos que causar em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas na subcláusula 4.6, destinadas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

4.8 O ADERENTE dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas na Cláusula Quarta, inclusive no tocante à Política de Privacidade do PROPONENTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

4.9 O ADERENTE é responsável pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas utilizados para o tratamento dos dados pessoais.

4.10 A critério do controlador e do encarregado de dados do PROPONENTE, o ADERENTE poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente ao objeto contratado.

4.11 O encarregado do ADERENTE deverá comunicar formal e imediatamente ao PROPONENTE no caso de ocorrência, suspeita ou risco de violação de dados pessoais, indicando, no mínimo, a data e hora do incidente e da ciência do ADERENTE; a relação dos tipos de dados e titulares afetados; a descrição das possíveis consequências do incidente e a indicação das medidas de saneamento e prevenção adotadas.

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Assinatura Qualificada realizada por: **Francisco Lacerda Brasileiro** em 03/08/2023 09:14. Assinatura Simples realizada por: **Maria Justina da Silva (XXX.977.429-XX)** em 03/08/2023 16:25 Local: CIDADAO. Inserido ao protocolo **20.827.579-8** por: **Jacqueline de Oliveira Chaves** em: 31/07/2023 16:28. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento**

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

4.12 Caso o ADERENTE não disponha de todas as informações elencadas na subcláusula 4.11 no momento da comunicação, deverá enviá-las, gradualmente, à medida que forem obtidas, concluindo a comunicação integral no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da sua ciência do incidente.

4.13 O PROPONENTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao ADERENTE, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento da LGPD.

4.14 A observância das subcláusulas 4.11, 4.12 e 4.13 não exclui ou diminui a responsabilidade do ADERENTE na hipótese de descumprimento da LGPD ou demais cláusulas do presente Termo de Adesão.

4.15 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do ADERENTE, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1.º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474/2020.

4.16 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos arts. 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474/2020.

4.17 O ADERENTE deverá repassar as manifestações do titular de dados ou de seu representante legal, ao PROPONENTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, podendo responder diretamente eventuais solicitações somente se instruída e autorizada formalmente pelo PROPONENTE.

4.18 Encerrada a vigência do Termo de Adesão ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o ADERENTE deverá realizar a transferência dos dados ao PROPONENTE, assegurada a integridade e disponibilidade dos dados recebidos, e excluir definitivamente os dados pessoais compartilhados, coletados e tratados, exceto quando tenham se tornado públicos devido à própria finalidade que justificou o tratamento dos dados ou quando a guarda seja necessária para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória.

4.19 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do PROPONENTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada, na forma do Decreto n.º 6.474/2020.

4.20 O descumprimento da LGPD ou demais cláusulas do presente Termo de Adesão, devidamente comprovadas, possibilitará a imediata aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente, incluindo a rescisão do Termo de Adesão.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E PUBLICAÇÃO

5.1 O presente Termo terá vigência por tempo indeterminado a contar da data de publicação do extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná.

Assinatura Qualificada realizada por: **Francisco Lacerda Brasileiro** em 03/08/2023 09:14. Assinatura Simples realizada por: **Maria Justina da Silva (XXX.977.429-XX)** em 03/08/2023 16:25 Local: CIDADAO. Inserido ao protocolo **20.827.579-8** por: **Jacqueline de Oliveira Chaves** em: 31/07/2023 16:28. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento**

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 12
Mov. 4

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

5.2 O município aderente poderá solicitar a rescisão do presente Termo de Adesão a qualquer momento mediante requerimento encaminhado ao Núcleo de Cooperação Pedagógica com Municípios – NCPM.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 As partes não poderão ser responsabilizadas pelo descumprimento, total ou parcial, do presente Termo de Adesão, em virtude da ocorrência de caso fortuito ou força maior, devendo a situação ser expressamente justificada.

E por estarem de pleno acordo, assinam as partes o presente Termo de Adesão, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos.

FOZ DO IGUAÇU, *datado eletronicamente.*

Assinado eletronicamente
Secretário de Estado da Educação: **RONI MIRANDA VIEIRA**

Assinado eletronicamente
Prefeito(a) Municipal: **FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO**

Assinado eletronicamente
Secretário(a) Municipal de Educação: **MARIA JUSTINA DA SILVA**

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Assinatura Qualificada realizada por: **Francisco Lacerda Brasileiro** em 03/08/2023 09:14. Assinatura Simples realizada por: **Maria Justina da Silva (XXX.977.429-XX)** em 03/08/2023 16:25 Local: CIDADAO. Inserido ao protocolo **20.827.579-8** por: **Jacqueline de Oliveira Chaves** em: 31/07/2023 16:28. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento**

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

ePROTOCOLO

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 12a
Mov. 4

Documento: **FOZ_DO_IGUACU_TERMO_ADESAO_EDUCA_JUNTOS_FOZ_DO_IGUACU.pdf.**

Assinatura Qualificada realizada por: **Francisco Lacerda Brasileiro** em 03/08/2023 09:14.

Assinatura Simples realizada por: **Maria Justina da Silva (XXX.977.429-XX)** em 03/08/2023 16:25 Local: CIDADAO.

Inserido ao protocolo **20.827.579-8** por: **Jacqueline de Oliveira Chaves** em: 31/07/2023 16:28.

Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **53dcb090153dea3366bda8ea3ef25ce1.**

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 21
Mov. 9

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - DPGE

ORIENTAÇÃO CONJUNTA N.º 010/2025 – DEDUC/DPGE/SEED

Dispõe sobre a implantação do componente Língua Estrangeira Moderna – Inglês, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, por meio da adesão à iniciativa denominada "Inglês Paraná Kids", no âmbito do Programa Educa Juntos.

A Diretoria de Educação e a Diretoria de Planejamento e Gestão Escolar, no uso de suas atribuições legais e considerando:

- Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabelece o ensino de Inglês, a partir do Ensino Fundamental;
- Lei Estadual n.º 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a criação do Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências;
- Resolução CNE/CEB n.º 04, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica;
- Resolução CNE/CEB n.º 07, de 14 dezembro de 2010, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos;
- Resolução GS/SEED n.º 5.448/2025, que visa a fomentar a oferta da Língua Estrangeira Moderna – Inglês do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, nas Redes Municipais de Ensino do Estado do Paraná, por meio do Inglês Paraná Kids;
- a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reconhece a importância da aprendizagem de Línguas Estrangeiras para o desenvolvimento de competências cognitivas, comunicativas, culturais e sociais;
- o papel estratégico do domínio da Língua Estrangeira Moderna – Inglês na formação integral dos estudantes e na ampliação de suas oportunidades acadêmicas, profissionais e de participação cidadã em um mundo globalizado;
- que a inserção do componente Língua Estrangeira Moderna – Inglês, nos Anos Iniciais, favorece a aprendizagem sequencial e articulada da Língua Inglesa nos Anos Finais do Ensino Fundamental;
- a necessidade de fortalecimento da cooperação entre a Secretaria de Estado da Educação e as Secretarias Municipais de Educação para o aprimoramento da

Assinatura Avançada realizada por: **Graziele Andriola (XXX.122.949-XX)** em 13/10/2025 13:04. Inserido ao protocolo **24.754.297-3** por: **Tatiane Valeria Rogerio de Carvalho** em: 13/10/2025 10:56. Demais assinaturas na folha 31a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **d5dbbf5bb7562434418481123aa6a3d2.**

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

qualidade da Educação Básica no estado, uma vez que a rede estadual recebe os estudantes oriundos da rede municipal; e

- a necessidade de orientações complementares para subsidiar as Secretarias Municipais de Educação e instituições de ensino da rede pública municipal sobre a oferta do Inglês Paraná Kids.

ORIENTA:

1. DA ORGANIZAÇÃO

1.1 A iniciativa Inglês Paraná Kids tem como objetivo ofertar a Língua Estrangeira Moderna – Inglês nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, no âmbito do Programa Educa Juntos, partindo do pressuposto de que quanto mais cedo for o contato do estudante com o ensino da língua estrangeira, maior será a sua apropriação.

1.2 Esta iniciativa considera essencial ofertar aos estudantes possibilidades de uso da Língua Estrangeira Moderna – Inglês a partir de materiais didáticos e recursos pedagógicos que incluam a ludicidade, respeitem as fases do desenvolvimento infantil e promovam a sua participação em experiências culturais.

1.3 Para essa oferta é necessária a inclusão do componente Língua Estrangeira Moderna – Inglês, na Parte Diversificada da Matriz Curricular do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com, no mínimo, 2 (duas) aulas semanais para cada ano/série, com duração de 50 minutos cada, no turno regular, a partir do ano de 2026.

1.4 A inclusão do componente Língua Estrangeira Moderna – Inglês, na Parte Diversificada da Matriz dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, demanda a seguinte organização:

I - Profissionais habilitados para ministrar o componente curricular;

II - Livro Registro de Classe para o componente curricular;

III - Frequência obrigatória para os estudantes;

IV - Registro obrigatório do desenvolvimento do estudante no Sistema Estadual de Registro Escolar - SERE, conforme o Sistema de Avaliação adotado pela instituição de ensino - parecer descritivo, nota ou conceito conforme definido no Projeto Político-Pedagógico - PPP e no Regimento Escolar.

Assinatura Avançada realizada por: **Graziele Andriola (XXX.122.949-XX)** em 13/10/2025 13:04. Inserido ao protocolo **24.754.297-3** por: **Tatiane Valeria Rogerio de Carvalho** em: 13/10/2025 10:56. Demais assinaturas na folha 31a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **d5dbbf5bb7562434418481123aa6a3d2.**

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 23 Mov. 9

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - DPGE

2. DA SOLICITAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DO COMPONENTE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - INGLÊS

2.1 A Secretaria Municipal de Educação deverá assinar, junto ao seu Núcleo Regional de Educação - NRE, o Termo de Compromisso para adesão.

2.1.1 Para o Inglês Paraná Kids a oferta será em todas as instituições de ensino que ofertam do 1º ano ao 5º ano (turno Regular e Integral Turno Único, não se aplicando às atividades de Ampliação de Jornada).

2.2 A solicitação de implementação do componente Língua Estrangeira Moderna - Inglês deverá ser realizada mediante a apresentação da nova Matriz Curricular junto ao Núcleo Regional de Educação - NRE, via *e*-Protocolo.

2.2.1 Para a oferta do componente em 2026, a Matriz Curricular deve ser aprovada em 2025, conforme cronograma estabelecido pelo NRE.

2.3 As instituições de ensino deverão anexar ao protocolo os seguintes documentos:

I - Ofício da Secretaria Municipal de Educação (mantenedora) informando a oferta ao NRE;

II - Ata da reunião realizada com o Conselho Escolar - rede pública e Comunidade Escolar -, aprovando a nova Matriz Curricular;

III - Matriz Curricular;

IV - Atos legais vigentes da instituição de ensino.

2.4 Após a solicitação de implementação, as instituições de ensino devem prever a atualização do PPP e da Proposta Pedagógica Curricular - PPC, abrangendo as especificidades do componente Língua Estrangeira Moderna - Inglês, bem como a atualização do Regimento Escolar em consonância com o PPP e a PPC, conforme prazo da legislação vigente.

3. DAS ATRIBUIÇÕES

3.1 Compete à Secretaria de Estado da Educação:

I - Disponibilizar às Secretarias Municipais de Educação - SME que aderirem e implantarem o Inglês Paraná Kids:

a) a formação continuada para professores que ministrarem Língua Estrangeira Moderna – Inglês nos Anos Iniciais;

b) os materiais didáticos e recursos pedagógicos;

Assinatura Avançada realizada por: **Graziele Andriola (XXX.122.949-XX)** em 13/10/2025 13:04. Inserido ao protocolo **24.754.297-3** por: **Tatiane Valeria Rogerio de Carvalho** em: 13/10/2025 10:56. Demais assinaturas na folha 31a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **d5dbbf5bb7562434418481123aa6a3d2.**

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

c) as ferramentas para avaliações diagnósticas, a fim de acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes;

d) os recursos educacionais digitais que favoreçam a inovação pedagógica e a ampliação das práticas de ensino e aprendizagem de Inglês.

II - Disponibilizar parceria técnica e pedagógica para a adequação curricular e acompanhamento das práticas pedagógicas.

3.2 Compete aos Núcleos Regionais de Educação:

3.2.1 Técnicos do Núcleo de Cooperação Pedagógica com Municípios:

I - Orientar as Secretarias Municipais de Educação - SME e instituições de ensino que manifestarem interesse na referida oferta;

II - Orientar as SME e instituições de ensino quanto à elaboração dos documentos que compõem o processo de solicitação da oferta;

III - Reunir o Termo de Compromisso assinado por suas SME e abrir um protocolo endereçado ao SEED/DEDUC/NCPM;

IV - Orientar a atualização do PPP/PPC, considerando a adesão à iniciativa Inglês Paraná Kids.

3.2.2 Técnicos do Setor de Estrutura e Funcionamento:

I - Receber, analisar e emitir Parecer de Legalidade da Matriz Curricular das instituições de ensino, conforme a legislação vigente, mediante abertura de protocolo;

II - Orientar, analisar e emitir Parecer de Legalidade do Regimento Escolar, regulamentando a oferta;

III - Analisar e emitir Parecer de Legalidade do PPP/PPC, considerando a adesão à iniciativa Inglês Paraná Kids.

3.3 Compete às Secretarias Municipais de Educação:

I - Assinar, junto ao seu NRE, o Termo de Compromisso para adesão à iniciativa Inglês Paraná Kids para todas as suas instituições escolares de sua rede que ofertam 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental;

II - Orientar as instituições de ensino de sua rede sobre os trâmites de mudança da Matriz Curricular;

Assinatura Avançada realizada por: **Graziele Andriola (XXX.122.949-XX)** em 13/10/2025 13:04. Inserido ao protocolo **24.754.297-3** por: **Tatiane Valeria Rogerio de Carvalho** em: 13/10/2025 10:56. Demais assinaturas na folha 31a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **d5dbbf5bb7562434418481123aa6a3d2.**

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 25
Mov. 9

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - DPGE

III - Dispor de profissional habilitado para ministrar o componente curricular Língua Estrangeira Moderna - Inglês. A seleção dos professores para este componente deverá contemplar etapas com prova objetiva de conhecimentos e prova prática;

IV - Organizar espaços de incentivo e prática da leitura da Língua Estrangeira Moderna - Inglês apropriados à faixa etária dos estudantes;

V - Orientar as instituições de ensino a (re)organizarem seus Projetos Político-Pedagógicos - PPP e Regimento Escolar, explicitando a oferta conforme Anexos I, II e III;

VI - Garantir a participação dos professores de sua rede que ministram aulas de Língua Estrangeira Moderna - Inglês, nas formações ofertadas pela SEED;

VII - Garantir e acompanhar a utilização dos materiais didáticos, dos recursos educacionais digitais e das práticas pedagógicas.

3.4 Compete às instituições de ensino:

I - Seguir os trâmites legais para mudança da Matriz Curricular e (re)organização de seus Projetos Político-Pedagógicos - PPP e Regimento Escolar;

II - Utilizar os materiais didáticos e recursos pedagógicos ofertados pela SEED;

III - Participar das formações ofertadas pela SEED;

IV - Acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes.

4. DISPOSIÇÃO FINAL

4.1 Casos omissos serão deliberados em conjunto pela Diretoria de Educação - DEDUC e pela Diretoria de Planejamento e Gestão Escolar - DPGE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*

Eliane Alves Bernardi Benatto
Coordenadora do Núcleo de Cooperação Pedagógica com Municípios

Anderfábio Oliveira dos Santos
Diretor de Educação

Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

Assinatura Avançada realizada por: **Graziele Andriola (XXX.122.949-XX)** em 13/10/2025 13:04. Inserido ao protocolo **24.754.297-3** por: **Tatiane Valeria Rogerio de Carvalho** em: 13/10/2025 10:56. Demais assinaturas na folha 31a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **d5dbbf5bb7562434418481123aa6a3d2.**

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 26
Mov. 9

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - DPGE

ANEXO I
COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LINGUAGENS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL - BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.
2. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.
3. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação.
4. Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo.
5. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.
6. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.

Assinatura Avançada realizada por: **Graziele Andriola (XXX.122.949-XX)** em 13/10/2025 13:04. Inserido ao protocolo **24.754.297-3** por: **Tatiane Valeria Rogerio de Carvalho** em: 13/10/2025 10:56. Demais assinaturas na folha 31a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **d5dbbf5bb7562434418481123aa6a3d2.**

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 27
Mov. 9

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - DPGE

ANEXO II

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LÍNGUA INGLESA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL - BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A BNCC não exige competências específicas para os Anos Iniciais, mas recomenda que as instituições de ensino promovam o contato com outras linguagens e culturas, o que abre espaço para vivências lúdicas e significativas em inglês, portanto seus princípios devem permear essa fase.

1. Identificar o lugar de si e o do outro em um mundo plurilíngue e multicultural, refletindo criticamente sobre como a aprendizagem da língua inglesa contribui para a inserção dos sujeitos no mundo globalizado, inclusive no que concerne ao universo do trabalho.
2. Comunicar-se na língua inglesa, por meio do uso variado de linguagens em mídias impressas ou digitais, reconhecendo-a como ferramenta de acesso ao conhecimento, de ampliação das perspectivas e de possibilidades para a compreensão dos valores e interesses de outras culturas e para o exercício do protagonismo social.
3. Identificar similaridades e diferenças entre a língua inglesa e a materna/outras línguas, articulando-as a aspectos sociais, culturais e identitários, em uma relação intrínseca entre língua, cultura e identidade.
4. Elaborar repertórios linguístico-discursivos da língua inglesa, usados em diferentes países e por grupos sociais distintos em um mesmo país, de modo a reconhecer a diversidade linguística como direito e valorizar os usos heterogêneos, híbridos e multimodais emergentes nas sociedades contemporâneas.
5. Utilizar novas tecnologias, com distintas linguagens e modos de interação, para pesquisar, selecionar, compartilhar, posicionar-se e produzir sentidos em práticas de letramento na língua inglesa, de forma ética, crítica e responsável.
6. Conhecer diferentes patrimônios culturais, materiais e imateriais, difundidos na língua inglesa, com vistas ao exercício da fruição e da ampliação de perspectivas no contato com diferentes manifestações artístico-culturais.

Assinatura Avançada realizada por: **Graziele Andriola (XXX.122.949-XX)** em 13/10/2025 13:04. Inserido ao protocolo **24.754.297-3** por: **Tatiane Valeria Rogerio de Carvalho** em: 13/10/2025 10:56. Demais assinaturas na folha 31a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **d5dbbf5bb7562434418481123aa6a3d2.**

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 28 Mov. 9

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - DPGE

ANEXO III
QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR DOS ANOS INICIAIS (1° AO 5°ANO) DO ENSINO FUNDAMENTAL

COMPONENTE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - INGLÊS

EIXO	UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM
Oralidade: Práticas de compreensão e produção oral de Língua Estrangeira Moderna - Inglês, em diferentes contextos discursivos presenciais ou simulados, com repertório de falas diversas incluída a fala do professor. *Com o estudante surdo, este eixo será desenvolvido por meio da Língua Brasileira de Sinais – Libras.	**Interação Discursiva** **Produção oral** **Compreensão oral**	- Noções iniciais da prática da oralidade para a construção de laços afetivos e convívio social em relação ao seu lugar no mundo e ao outro; - Produção de textos orais, com a mediação do professor; - Gêneros discursivos das esferas sociais de circulação escolar, cotidiana, entre outras, com a mediação do professor Aquisição de repertório lexical inicial de acordo com o conhecimento prévio; - Funções e usos da Língua Estrangeira Moderna - Inglês em sala de aula; - Gêneros discursivos orais: interação e início de compreensão auditiva de músicas, trechos de	- Utilizar os conhecimentos da Língua Estrangeira Moderna - Inglês para expressar-se em situações cotidianas de intercâmbio oral, engajando-se em jogos e brincadeiras, observando os turnos da fala, com a mediação do professor (apresentar-se ao grupo, fazer uso de palavras que expressem cumprimentos, saudações, entre outros); - Participar de atividades lúdicas (cantar, dançar, brincar); - Conhecer e compreender o significado de palavras e expressões em textos condizentes com a rotina, ou presentes no cotidiano do estudante, que servirão de subsídios para a aquisição do próprio repertório lexical; - Reconhecer e produzir vocabulário oralmente em contexto lúdico;

Assinatura Avançada realizada por: **Graziele Andriola (XXX.122.949-XX)** em 13/10/2025 13:04. Inserido ao protocolo **24.754.297-3** por: **Tatiane Valeria Rogerio de Carvalho** em: 13/10/2025 10:56. Demais assinaturas na folha 31a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **d5dbbf5bb7562434418481123aa6a3d2.**

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 29
Mov. 9

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - DPGE

		filmes, desenhos animados, entre outros; - Pronúncia.	- Construir repertório lexical em língua inglesa relativo ao cotidiano infantil; - Reconhecer com o apoio de palavras cognatas e pistas do contexto discursivo, o assunto e as informações principais em textos orais sobre temas cotidianos, familiares, escolares, entre outros, como forma de aprimorar a compreensão oral; - Reconhecer a pronúncia de palavras, sua sonoridade e associar à representação gráfica com auxílio do professor; - (Re)conhecer o uso da língua em situações de intercâmbio oral.
Leitura/ Escuta: Práticas de leitura de textos diversos em Língua Estrangeira Moderna - Inglês (verbais, verbo-visuais, multimodais) presentes em diferentes suportes e esferas de circulação. Tais práticas envolvem articulação com os conhecimentos prévios dos estudantes em língua materna e/ou outras línguas.	**Estratégias e práticas de leitura**	- Gêneros discursivos; - Finalidade do texto; - Construção de repertório lexical e autonomia leitora.	- Compreender textos por meio de recursos verbo-visuais e/ou relato do professor; - Reconhecer a finalidade do texto por meio de recursos multimodais e/ou relato do professor; - Explorar gêneros discursivos para construir e ampliar repertório lexical; - Explorar ambientes virtuais e/ou aplicativos, conforme a realidade da escola; - Interessar-se pelo texto lido, compartilhando suas ideias, sobre o que o texto informa/comunica, a fim de promover o desenvolvimento linguístico.

Assinatura Avançada realizada por: **Graziele Andriola (XXX.122.949-XX)** em 13/10/2025 13:04. Inserido ao protocolo **24.754.297-3** por: **Tatiane Valeria Rogerio de Carvalho** em: 13/10/2025 10:56. Demais assinaturas na folha 31a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **d5dbbf5bb7562434418481123aa6a3d2.**

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 30
Mov. 9

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - DPGE

Escrita: Práticas de produção de textos em Língua Estrangeira Moderna - Inglês relacionados ao cotidiano dos estudantes, presentes em diferentes suportes e esferas de circulação. Tais práticas envolvem a escrita mediada pelo professor ou colegas e articulada com os conhecimentos prévios dos estudantes em língua materna e/ou outras línguas.	**Estratégias e práticas de escrita**	- Gêneros discursivos; - Finalidade do texto; - Compreensão de textos imagéticos e escritos; - Produção de registros com mediação do professor.	- Listar ideias para a produção de textos, levando em conta o tema, assunto, as características típicas do gênero e sua esfera social de circulação; - Produzir registros, por meio de representações pictóricas, gráficas ou fotográficas, considerando o tema e o assunto.
Conhecimentos Linguísticos – Práticas de análise linguística para a reflexão sobre o funcionamento da Língua Inglesa, com base nos usos de linguagem trabalhados nos eixos Oralidade, Leitura, Escrita e Dimensão Intercultural.	**Análise Linguística e Semiótica**	- Construção de repertório lexical; - Estratégias de compreensão de textos orais por meio de linguagem verbal e não verbal - Funções e usos da língua; - Elementos linguísticos empregados na construção de sentido em textos orais e escritos, em seus processos de interação, compreensão e produção.	- Construir repertório lexical em Língua Estrangeira Moderna - Inglês relativo ao cotidiano infantil e às expressões usadas para o convívio social; - Construir repertório lexical relativo a temas familiares (escola, família, rotina diária, cores, atividades de lazer, esportes, animais, alimentos, partes do corpo, números, profissões, vestuário entre outros), a fim de ampliar o vocabulário utilizado em contextos que sejam significativos para os estudantes.
Dimensão Intercultural - Reflexão sobre aspectos relativos à interação entre culturas (dos estudantes e aquelas	**A Língua Inglesa no mundo e no cotidiano da sociedade brasileira/ comunidade;**	- Países que têm a Língua Inglesa como língua materna e/ou oficial e aspectos da cultura de povos em que a língua inglesa é falada;	- Identificar a presença da Língua Inglesa na sociedade brasileira/ comunidade (palavras, expressões, suportes e esferas de circulação e consumo) e seu significado, de modo a compreender a

Assinatura Avançada realizada por: **Graziele Andriola (XXX.122.949-XX)** em 13/10/2025 13:04. Inserido ao protocolo **24.754.297-3** por: **Tatiane Valeria Rogerio de Carvalho** em: 13/10/2025 10:56. Demais assinaturas na folha 31a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **d5dbbf5bb7562434418481123aa6a3d2.**

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 31
Mov. 9

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - DPGE

relacionadas a demais falantes de Língua Inglesa, de modo a favorecer o convívio, o respeito, a superação de conflitos e a valorização da diversidade entre os povos. (As discussões para este eixo serão efetivadas em língua materna).	**Manifestações culturais.**	- A Língua Inglesa e as suas particularidades em diferentes contextos de utilização; - Presença da Língua Inglesa no cotidiano; - Percepção da língua como meio para a compreensão de outras culturas e valorização da própria cultura.	necessidade de seu estudo e sua influência em nossa cultura; - Conhecer aspectos culturais de países anglófonos, relacionando-os com os nossos; - Desenvolver o interesse por outras culturas e suas diferenças, estimulando o respeito à diversidade cultural.

Assinatura Avançada realizada por: **Graziele Andriola (XXX.122.949-XX)** em 13/10/2025 13:04. Inserido ao protocolo **24.754.297-3** por: **Tatiane Valeria Rogerio de Carvalho** em: 13/10/2025 10:56. Demais assinaturas na folha 31a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **d5dbbf5bb7562434418481123aa6a3d2.**

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

ePROTOCOLO

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 31a
Mov. 9

Documento: **010_Orientacao_Conjunta_LEM_PRKids_Anos_Iniciais.pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Graziele Andriola (XXX.122.949-XX)** em 13/10/2025 13:04 Local: SEED/DPGE/CH, **Anderfabio Oliveira dos Santos (XXX.722.749-XX)** em 13/10/2025 13:49 Local: SEED/DEDUC/CH.

Inserido ao protocolo **24.754.297-3** por: **Tatiane Valeria Rogerio de Carvalho** em: 13/10/2025 10:56.

Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **d5dbbf5bb7562434418481123aa6a3d2.**

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

TERMO DE COMPROMISSO – INGLÊS PARANÁ KIDS

TERMO DE COMPROMISSO que celebram entre si o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação – SEED, e o Município de Foz do Iguaçu, na forma e condições a seguir estabelecidas, para a implantação do componente curricular Língua Estrangeira Moderna – Inglês, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, por meio da adesão à iniciativa denominada "Inglês Paraná Kids", no âmbito do Programa Educa Juntos.

O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, inscrita no CNPJ sob o n.º 76.416.965/0001-21, com sede na Avenida Presidente Kennedy, n.º 2.511, Guaira, em Curitiba-PR, CEP 80.610-011, neste ato representado pelo Senhor Secretário de Estado da Educação, Roni Miranda Vieira, RG n.º X.XXX.160-8 SSP/PR, CPF n.º XXX.851.659.XX, e o Município de Foz do Iguaçu, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.206.606/0001-40, com sede na rua/avenida: Praça Getúlio Vargas, 280 - Centro, CEP: 85851-340, neste ato representado pelo(a) Senhor(a) Prefeito(a), Joaquim Silva e Luna, RG n.15.903.844-0 SSP/PR, CPF n.º 334.864.767-34 e pelo(a) Senhor(a) Secretário(a) Municipal de Educação, Silvana Garcia André, RG 4.956.361-2 n.º SSP/PR, CPF n.º 725.258.949-87 firmam o presente TERMO DE COMPROMISSO, mediante as seguintes cláusulas e compromissos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Compromisso visa estabelecer esforços entre os partícipes para aderir à iniciativa denominada "Inglês Paraná Kids". Essa ação visa ofertar o componente curricular Língua Estrangeira Moderna – Inglês, nos anos iniciais do Ensino Fundamental na rede municipal de ensino, em consonância com o Art. 3º e o Art. 4º da Lei n.º 21.323, de 20 de dezembro de 2022 que institui o Programa Educa Juntos, bem como o Decreto n.º 2.435 de 07 de junho de 2023 que regulamenta a Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETIVO

Para o alcance do objeto pactuado descrito na cláusula primeira, os partícipes obrigam-se a implementar políticas e ações para a oferta do componente curricular Língua Estrangeira Moderna – Inglês nos anos iniciais do Ensino Fundamental, por meio da adesão à iniciativa Inglês Paraná Kids.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO

A iniciativa Inglês Paraná Kids será implementada pelos municípios, em articulação com a Secretaria de Estado da Educação, com foco na assistência pedagógica para instrumentalizar os

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

municípios na organização da oferta do componente de Língua Estrangeira Moderna – Inglês para os estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, por meio de estratégias de atuação destinadas à aprendizagem e melhoria da qualidade da educação na primeira etapa do ensino fundamental, respeitadas as singularidades desse segmento da Educação Básica.
As estratégias de implementação da iniciativa Inglês Paraná Kids serão operacionalizadas por meio de ações integradas nos eixos:

- Materiais e recursos de apoio pedagógico;
- Ferramentas para avaliação diagnóstica;
- Recurso educacional digital;
- Formação continuada de professores.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTÍCIPES
Os partícipes se submetem às seguintes atribuições e competências:

Compete à Secretaria de Estado da Educação:

- Disponibilizar materiais de apoio pedagógico para utilização dos municípios que aderirem a esta oferta;
- Disponibilizar ferramentas para avaliações diagnósticas;
- Disponibilizar recurso educacional digital aos municípios;
- Ofertar formação continuada de professores;
- Orientar oferta de Língua Estrangeira Moderna – Inglês nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
- Disponibilizar parceria técnica e pedagógica para a adequação curricular e acompanhamento das práticas pedagógicas.

Compete à Secretaria Municipal de Educação:

- Atuar em regime de colaboração, por meio da conjugação dos esforços de Estado e municípios com a finalidade de implantar o componente curricular de Língua Estrangeira Moderna – Inglês nos anos iniciais do Ensino Fundamental nas escolas da sua rede municipal de ensino;
- Ofertar, no mínimo, 1 (aula) aula semanal de Língua Estrangeira Moderna – Inglês, para cada ano do 3° ao 5° ano do Ensino Fundamental na rede municipal de ensino, sendo a oferta para 1° e 2° ano facultativa;
- No decorrer da implementação, deverá dispor de profissional habilitado para ministrar o componente curricular Língua Estrangeira Moderna - Inglês. A seleção dos professores deste componente poderá contemplar etapas com prova objetiva de conhecimentos e prova prática;
- Organizar espaços de incentivo e prática da leitura da Língua Estrangeira Moderna - Inglês apropriados à faixa etária dos estudantes;
- Cumprir as Orientações publicadas pela Secretaria de Estado da Educação referentes à Língua Estrangeira Moderna – Inglês nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
- Incluir o componente curricular Língua Estrangeira Moderna - Inglês na Matriz Curricular;

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

- Orientar as instituições de ensino a (re)organizarem seus Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) e Regimento Escolar explicitando a oferta.
- Garantir a participação dos professores de sua rede que ministram aulas de Língua Estrangeira Moderna - Inglês, nas formações ofertadas pela SEED.
- Garantir e acompanhar a utilização dos materiais didáticos, dos recursos educacionais digitais e das práticas pedagógicas.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E PUBLICAÇÃO

O presente Termo terá vigência por tempo indeterminado a contar da data de assinatura. O município aderente poderá solicitar a rescisão do presente Termo de Compromisso a qualquer momento mediante Ofício encaminhado ao Núcleo de Cooperação Pedagógica com Municípios – NCPM/SEED.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes não poderão ser responsabilizadas pelo descumprimento, total ou parcial, do presente Termo de Compromisso, em virtude da ocorrência de caso fortuito ou força maior, devendo a situação ser expressamente justificada

E por estarem de pleno acordo, assinam as partes o presente Termo de Adesão, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos.

Foz do Iguaçu, 30/10/2025.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

Joaquim Silva e Luna
Prefeito Municipal.

Silvana Garcia André
Secretária Municipal de Educação

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

TERMO DE COMPROMISSO – ROBÓTICA PARANÁ KIDS

TERMO DE COMPROMISSO que celebram entre si o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação – SEED, e o Município de .Foz do Iguaçu, na forma e condições a seguir estabelecidas, para a implantação do componente curricular Educação Digital e Computação: Robótica para 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, por meio da adesão à iniciativa denominada "Robótica Paraná Kids", no âmbito do Programa Educa Juntos.

O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, inscrita no CNPJ sob o n.º 76.416.965/0001-21, com sede na Avenida Presidente Kennedy, n.º 2.511, Guaira, em Curitiba-PR, CEP 80.610-011, neste ato representado pelo Senhor Secretário de Estado da Educação, Roni Miranda Vieira, RG n.º X.XXX.160-8 SSP/PR, CPF n.º XXX.851.659.XX, e o Município de Foz do Iguaçu, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.206.606/0001-40, com sede na Praça Getúlio Vargas, n.º280, bairro: Centro, CEP: 85851-340, neste ato representado pelo Senhor Prefeito, **Joaquim Silva e Luna** , RG n.º 15.903.844-0/SSP/PR, CPF n.º334.864.767-34, e pela Senhora Secretária Municipal de Educação, **Silvana Garcia André**, RG n.º 4.956.361-2 SSP/PR, CPF n.º 72525894987, firmam o presente TERMO DE COMPROMISSO, mediante as seguintes cláusulas e compromissos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Compromisso visa estabelecer esforços entre os partícipes para aderir à iniciativa denominada "Robótica Paraná Kids". Essa ação visa ofertar o componente curricular Educação Digital e Computação: Robótica, no 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, em consonância com o Art. 3º e o Art. 4º da Lei n.º 21.323, de 20 de dezembro de 2022 que institui o Programa Educa Juntos, bem como o Decreto n.º 2.435 de 07 de junho de 2023 que regulamenta a Lei, e a Deliberação n.º 04/2025 do Conselho Estadual de Educação do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETIVO

Para o alcance do objeto pactuado descrito na cláusula primeira, os partícipes obrigam-se a políticas e ações para a oferta do componente curricular Educação Digital e Computação: Robótica no 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, por meio da adesão à iniciativa Robótica Paraná Kids.

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO

A iniciativa Robótica Paraná Kids será implementada pelos municípios, em articulação com a Secretaria de Estado de Educação, com foco na assistência pedagógica para instrumentalizar os municípios na organização da oferta do componente curricular no 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, por meio de estratégias estabelecidas neste termo, respeitadas as singularidades desse segmento da Educação Básica.
As estratégias de implementação da iniciativa Robótica Paraná Kids serão operacionalizadas por meio de ações integradas nos eixos:

- Material de apoio pedagógico com experiências práticas;
- Formação continuada de professores;

CLÁUSULA QUARTA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTÍCIPES

Os partícipes se submetem às seguintes atribuições e competências:

Compete à Secretaria de Estado da Educação:

- Disponibilizar materiais de apoio pedagógico com experiências práticas para utilização dos municípios que aderirem e implantarem a esta oferta;
- Ofertar formação continuada de professores;
- Orientar a implantação do componente curricular Educação Digital e Computação: Robótica no 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, na rede municipal de ensino;
- Disponibilizar parceria técnica e pedagógica para a adequação curricular e acompanhamento das práticas pedagógicas.

Compete à Secretaria Municipal de Educação:

- Atuar em regime de colaboração, por meio da conjugação dos esforços de Estado e municípios com a finalidade de implantar o componente curricular Educação Digital e Computação: Robótica no 4º e 5º anos do Ensino Fundamental nas escolas da rede municipal de ensino que atendem à infraestrutura mínima necessária;
- Possuir, nas escolas participantes, a infraestrutura mínima necessária com, pelo menos, 10 (dez) computadores e/ou notebooks e/ou chromebooks e/ou tablets disponível para os alunos, conectados à Internet;
- Ofertar, no mínimo, 2 (duas) aulas semanais de componente curricular Educação Digital: Robótica no 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, preferencialmente geminadas;
- Dispor de profissional para ministrar o componente curricular Educação Digital e Computação: Robótica, podendo ser o próprio docente da turma;
- Cumprir as Orientações publicadas pela Secretaria de Estado da Educação referentes ao componente curricular Educação Digital e Computação: Robótica;
- Incluir o componente curricular Educação Digital e Computação: Robótica na

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0
Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Matriz Curricular;

- Orientar as instituições de ensino a (re)organizarem seus Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) e Regimento Escolar explicitando a oferta;
- Garantir a participação dos professores de sua rede que ministram aulas de Educação Digital e Computação: Robótica, nas formações ofertadas pela SEED;
- Garantir e acompanhar a utilização dos materiais didáticos e das práticas pedagógicas.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E PUBLICAÇÃO

O presente Termo terá vigência por tempo indeterminado a contar da data de assinatura. O município aderente poderá solicitar a rescisão do presente Termo de Compromisso a qualquer momento mediante Ofício encaminhado ao Núcleo de Cooperação Pedagógica com Municípios – NCPM/SEED.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes não poderão ser responsabilizadas pelo descumprimento, total ou parcial, do presente Termo de Compromisso, em virtude da ocorrência de caso fortuito ou força maior, devendo a situação ser expressamente justificada

E por estarem de pleno acordo, assinam as partes o presente Termo de Adesão, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos.

Foz do Iguaçu, 30 de Outubro de 2025.

Assinado eletronicamente por:
RONI MIRANDA VIEIRA
Secretário de Estado da Educação

Assinado eletronicamente por:
JOAQUIM SILVA E LUNA
Prefeito Municipal

Assinado eletronicamente por:
SIVANA GARCIA ANDRÉ
Secretária Municipal de Educação

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

ANEXO

TERMO DE COMPROMISSO – ROBÓTICA PARANÁ KIDS

ESCOLAS ELEGÍVEIS DE ACORDO COM A CLÁUSULA QUARTA

Possuir, nas escolas participantes, a infraestrutura mínima necessária com, pelo menos, 10 (dez) computadores e/ou notebooks e/ou chromebooks e/ou tablets disponível para os alunos, conectados à Internet;

NRE	CÓDIGO IBGE DO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	CÓDIGO MEC DO ESTABELECIMENTO	NOME DO ESTABELECIMENTO
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41075862	ACACIO PEDROSO E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41358740	ADELE ZANOTTO SCALCO E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41075870	ADEMAR MARQUES CURVO E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41380070	ALTAIR F DA SILVA ZIZO E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41075943	ANTONIO GONCALVES DIAS E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41075951	ANTONIO SAMPAIO E M C BRIGEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076001	ARNALDO ISIDORO DE LIMA E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076010	AUGUSTO WERNER E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41380100	BELVEDERE E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076079	BENEDICTO J CORDEIRO E M PROFEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076109	CANDIDO PORTINARI E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076117	CARLOS GOMES E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076176	CAXIAS E M DQEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076192	CECILIA MEIRELES E MEF

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

NRE	CÓDIGO IBGE DO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	CÓDIGO MEC DO ESTABELECIMENTO	NOME DO ESTABELECIMENTO
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076249	CERES DE FERRANTE E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076362	CORA CORALINA E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076303	DIRCEU LOPES E M DREF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41146123	ELENICE MILHORANCA E M PROFAEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076320	ELEODORO EBANO PEREIRA E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41358759	ELOI LOHMANN E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076338	EMILIO DE MENEZES E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076346	ERICO VERISSIMO E MEI EF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076400	FREDERICO ENGEL E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076419	GABRIELA MISTRAL E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076427	GETULIO VARGAS E M PRESEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076451	IRIO MANGANELLI E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076460	ISABEL E M PRINCEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076478	JARDIM NAIPI E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076494	JOAO ADAO DA SILVA E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076508	JOAO DA COSTA VIANA E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076516	JOAO PAULO I E M PAPAEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076524	JOAO XXIII E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41373790	JORGE AMADO E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076583	JOSINETE H A SANTOS E M PROF EF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076591	JULIO PASA E MEF

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

NRE	CÓDIGO IBGE DO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	CÓDIGO MEC DO ESTABELECIMENTO	NOME DO ESTABELECIMENTO
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41358724	LUCIA MARLENE P NIERADKA E M PFAEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41358767	LUIGI SALVUCCI E M PEEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076664	MONTEIRO LOBATO E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076672	NAJLA BARAKAT E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076680	OLAVO BILAC E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076699	OLIMPIO RAFAGNIN E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076702	OSVALDO CRUZ E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076729	PEDRO V P SOUZA E M PROFEI EF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076753	PONTE DA AMIZADE E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41358775	ROSALIA A SILVA E M PROFAEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076842	SUZANA MORAES BALEN E M PROFAEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076788	SANTA RITA DE CASSIA E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41358732	TRES BANDEIRAS E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076915	VILA SHALON E MEF
FOZ DO IGUAÇU	4108304	FOZ DO IGUAÇU	41076931	VINICIUS DE MORAES E MEF

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU

Estado do Paraná
www.pmfi.pr.gov.br

Foz do Iguaçu, 05 de dezembro de 2025.

Ofício nº 15641/25 – SMED - GAB - ASSESSORIA TÉCNICA JURÍDICA

Assunto: **SOLICITAÇÃO DE APRECIAÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA – MINUTA DA MATRIZ CURRICULAR 2026 E ANEXOS**

Ao
Presidente do Conselho Municipal de Educação – CME/Foz
Sr. Edilson Carlos Balzan

Assunto: Solicitação de apreciação **em caráter de urgência –** Minuta da Matriz Curricular 2026 e Anexos.

Senhor Presidente,

A Secretaria Municipal da Educação de Foz do Iguaçu (SMED), no uso de suas atribuições legais, vem solicitar a este Conselho Municipal de Educação a **apreciação em regime de urgência** dos documentos abaixo relacionados:

1. **Minuta da Proposta de Matriz Curricular para o ano letivo de 2026**;
2. **Anexos complementares** contendo justificativas pedagógicas, enquadramento normativo e detalhamento técnico da organização curricular. (Arquivos anexos ao presente Ofício.)

1. Fundamentação do pedido de urgência
Nos termos do **Art. 20, §1º do Regimento Interno do CME** (Decreto nº 32.691/2024), que admite tramitação em regime de urgência **quando presentes situação excepcional, relevante fundamentação e risco de prejuízo pedagógico ou administrativo**, justificamos o pedido pelos seguintes elementos:

I – Situação excepcional (Art. 20, §1º, I)
A Matriz Curricular 2026 consolida:
– as determinações federais obrigatórias decorrentes da **Lei nº 14.533/2023** (Educação Digital e Computação);

– a implementação dos componentes de **Educação Digital e Computação** e **Língua Inglesa** nos anos iniciais, em consonância com as diretrizes estaduais (Resoluções SEED e Deliberações CEE/PR vigentes);

– as orientações nacionais recentemente publicadas pelo MEC, com

Autenticado com senha por SILVANA GARCIA ANDRE - SIGNATÁRIO - 05/12/2025 às 16:48:05
Documento Código: 6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d
3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU

Estado do Paraná
www.pmfi.pr.gov.br

Foz do Iguaçu, 05 de dezembro de 2025.

Ofício nº 15641/25 – SMED - GAB - ASSESSORIA TÉCNICA JURÍDICA

Assunto: **SOLICITAÇÃO DE APRECIAÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA – MINUTA DA MATRIZ CURRICULAR 2026 E ANEXOS**

implementação **obrigatória para 2026.**
Trata-se, portanto, de alteração curricular imposta por legislação e normativas superiores, com vigência imediata no próximo ano letivo.

II – Relevante fundamentação (Art. 20, §1º, II)
Os documentos submetidos apresentam:

– embasamento legal nacional, estadual e municipal;
– alinhamento à BNCC e às Diretrizes Curriculares Nacionais;
– justificativas pedagógicas detalhadas;
– estudo de impacto pedagógico e organizacional;
– contribuições enviadas pelas unidades escolares após a consulta formal (M.I. nº 83773/2025 – SMED).

III – Risco de prejuízo administrativo e pedagógico em caso de demora (Art. 20, §1º, III)
A ausência de apreciação tempestiva pelo CME acarretará prejuízo grave e imediato, pois impede:

1. **a organização do ano letivo de 2026**, incluindo distribuição de turmas, lotação docente, planejamento pedagógico e elaboração dos PPP e PPC pelas unidades;
2. **a implantação obrigatória** das políticas educacionais federais e estaduais vigentes;
3. **o cumprimento dos prazos legais de sistemas oficiais**, tais como SERE, LRCO e demais plataformas integradas obrigatórias;
4. **o atendimento às condicionalidades do FUNDEB (VAAR)**, que exigem alinhamento curricular à BNCC e execução das políticas suplementares.

Assim, o atraso na análise comprometeria diretamente a legalidade, continuidade administrativa, planejamento escolar e segurança jurídica da Rede Municipal de Ensino.

2. Pedido
Diante do exposto, solicitamos que o Conselho Municipal de Educação proceda:

- à **distribuição imediata** da matéria à Comissão competente;

Autenticado com senha por SILVANA GARCIA ANDRE - SIGNATÁRIO - 05/12/2025 às 16:48:05
Documento Código: 6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d
3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Prefeitura de Foz do Iguaçu 80
Prefeitura de Foz do Iguaçu 79
Prefeitura de Foz do Iguaçu 3

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU

Estado do Paraná

www.pmfi.pr.gov.br

Foz do Iguaçu, 05 de dezembro de 2025.

Ofício nº 15641/25 – SMED - GAB - ASSESSORIA TÉCNICA JURÍDICA

Assunto: **SOLICITAÇÃO DE APRECIAÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA – MINUTA DA MATRIZ CURRICULAR 2026 E ANEXOS**

- à **convocação de reunião extraordinária**, se necessário;
- à apreciação **em caráter de urgência**, nos termos do Art. 20, §1º do Regimento Interno do CME.

Reforçamos nossa plena disposição para prestar esclarecimentos técnicos, pedagógicos e jurídicos, bem como para comparecimento em reuniões da Comissão ou do Plenário.

Atenciosamente,

Silvana Garcia André

Secretária Municipal da Educação

6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d
3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por SILVANA GARCIA ANDRE - SIGNATÁRIO - 05/12/2025 às 16:48:05
Documento Código: 6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Dispõe sobre a Matriz Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Sistema Municipal de Ensino de Foz do Iguaçu a partir do ano letivo de 2026.

A Secretaria Municipal da Educação, através da Diretoria de Educação e a Diretoria de Planejamento e Gestão Escolar, no uso de suas atribuições legais e considerando a/o:

– Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

– Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas alterações;

– Resolução CNE/CEB n.º 04, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica;

– Resolução CNE/CEB n.º 07, de 14 de dezembro de 2010, que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos;

– Resolução CNE/CP n.º 02, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica;

- Resolução CNE/CEB nº 2, de 21 de março de 2025 que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e a integração curricular de educação digital e midiática.

– Deliberação CEE/PR n.º 03, de 10 de dezembro de 2018, que institui o Referencial Curricular do Paraná e orientam a sua implementação no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná;

- Instrução n.º 16/2018 - SUED/SEED, que institui a Implantação e/ou regulamentação da oferta da Educação em Tempo Integral nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental nas instituições de ensino vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino do Paraná;

- Lei n. o 14.533/2023, que inclui a Educação Digital e Computação na Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

- Lei nº 14.533/2023 que institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED,)

- Lei nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que Dispõe sobre a criação do Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências;

- Resolução CNE/CEB n. o 1/2022 e o Parecer CNE/CEB n. o 2/2022, que tratam da Computação na Educação Básica;

- Deliberação CEE/PR n. o 04/2025 e seus anexos, que orientam a organização curricular e definem competências e habilidades a serem desenvolvidas;

- Instrução Normativa Conjunta n. o 001/2025 – DPGE/DEDUC/SEED que trata da implementação da Educação Digital e Computação no currículo da Educação Básica nas instituições de ensino vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino.

6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d
3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por SILVANA GARCIA ANDRE - SIGNATÁRIO - 05/12/2025 às 16:48:05
Documento Código: 6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

- Orientação Conjunta – DEDUC/DTI/SEED - que dispõe sobre a implantação do componente Educação Digital e Computação: Robótica, no 4° e 5° anos do Ensino Fundamental, por meio da adesão à iniciativa denominada "Robótica Paraná Kids", no âmbito do Programa Educa Juntos.

- Resolução nº 6.172/2025 – GS/SEED que Institui a política de fomento da oferta da Língua Estrangeira Moderna – Inglês nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

- Orientação nº 010/2025 DEDUC/SEED que dispõe sobre a implantação do componente Língua Estrangeira Moderna – Inglês, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, por meio da adesão à iniciativa denominada "Inglês Paraná Kids" , no âmbito do Programa Educa Juntos.

- Deliberação CME/FI nº 002, de 04 de outubro de 2024, que dispõe normas para a elaboração ou reelaboração do Projeto Político-Pedagógico, da Proposta Pedagógica Curricular e do Regimento Escolar das instituições de Educação Básica que integram o Sistema Municipal de Ensino de Foz do Iguaçu/PR;

- Resolução CNE/CP nº 02, de 22 de dezembro de 2017 que Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica;

- Lei nº 5.247 de 17 de abril de 2023 que dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Ensino - SME, do Município de Foz do Iguaçu;

– a necessidade de definir as Matrizes Curriculares para a Educação Infantil e Ensino Fundamental nas instituições pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino.

INSTRUI:

1. As Matrizes Curriculares integram a Proposta Pedagógica Curricular - PPC do Projeto Político-Pedagógico - PPP, portanto as adequações devem ser realizadas sempre que houver alteração na oferta de ensino, conforme estabelecido pela Deliberação nº 002/2024 – Conselho Municipal de Educação;

2. Para as instituições de ensino do Sistema Municipal de Ensino, as Matrizes Curriculares são únicas em cada tipo de oferta, cabendo à Diretoria de Educação encaminhar à Diretoria de Planejamento e Gestão Escolar - DPGE para que seja providenciada a inserção em sistema específico;

3. Quanto à necessidade de contemplar a diversificação de currículo, destaca-se que, tendo em vista a aprovação da BNCC pela Resolução CNE/CP n.º 02/2017, os conhecimentos poderão ser previstos na Matriz Curricular de duas maneiras:

a) nos componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular – BNCC; e

b) na Parte Diversificada, considerando as características regionais e locais integradas, constituindo um todo orgânico, conforme Cap. III, Art. 7º da referida Resolução;

6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d
3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por SILVANA GARCIA ANDRE - SIGNATÁRIO - 05/12/2025 às 16:48:05
Documento Código: 6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

4. As Matrizes Curriculares das instituições de ensino pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino que ofertam a Educação Infantil não sofrerão alterações;

6. Na Matriz Curricular dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental Turno Parcial e Integral das escolas regulares e do campo está inserida a Unidade Curricular: "*Educação digital e Computação: Robótica*", em adequação à nomenclatura anterior denominada Informática Educacional, que sofreu alteração e ampliação de 1 (uma) para 2 (duas) aulas semanais no 4º e 5º ano;

6.1 Na Matriz Curricular dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental Turno Parcial e Integral das escolas regulares e do campo está inserida a Unidade Curricular: "*Língua Estrangeira Moderna - Língua Inglesa*", com 1 (uma) aula semanal para o 3º, 4º e 5º ano;

7. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em Tempo Integral a carga horária relógio semanal é de 45 horas semanais;

8. A carga horária de 45 (quarenta) horas semanais será distribuída em 8 (oito) horas-aula diárias, e 01 (uma) hora reservada para o horário de almoço, que será realizado intrajornada escolar, com atividades pedagógicas e lúdicas orientadas e monitoradas pelos professores.

8.1 As Matrizes Curriculares para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental em Tempo Integral com carga horária de 45 horas semanais, terão na Parte Diversificada o termo "*Itinerários Formativos*", em que os componentes serão escolhidos de acordo com a disponibilidade de profissional docente, estrutura física e recursos tecnológicos da unidade.

9. A carga horária de 45 horas semanais deverá ser distribuída em 8 (oito) aulas diárias, perfazendo uma jornada semanal de 40 (quarenta) aulas de 1 (uma) hora;

9.1 Os estudantes terão 1 (uma) hora de almoço e dois intervalos de 15 (quinze) minutos, um pela manhã e outro à tarde, computados na carga horária, totalizando a permanência de 9 (nove) horas diárias na instituição de ensino;

10. O horário de almoço será computado como carga horária de efetivo trabalho escolar, por isso deve ser contemplado na Proposta Pedagógica Curricular, sob responsabilidade de professor habilitado;

17. Caberá ao Sistema Municipal de Ensino acompanhar a implementação das Matrizes Curriculares, conforme apresentadas nesta Instrução;

18. Os casos omissos a esta Instrução serão resolvidos conjuntamente pela Diretoria de Educação e a Diretoria de Planejamento e Gestão Escolar;

CONTEXTUALIZAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DAS MATRIZES CURRICULARES PARA O ANO DE 2026

Da inserção do Componente Curricular de Educação Digital e Computação na nova Matriz Curricular do Ensino Fundamental – Anos Iniciais

6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d
3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por SILVANA GARCIA ANDRE - SIGNATÁRIO - 05/12/2025 às 16:48:05
Documento Código: 6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

A inserção do Componente Curricular de Educação Digital e Computação na proposta da nova Matriz Curricular do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, do Município de Foz do Iguaçu, tem por base a **Lei Federal nº 14.533/2023**, que estabeleceu a inserção da Educação Digital e Computação na Educação Básica, complementando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas redes e instituições do Sistema Estadual de Ensino.

Anterior a esta lei supracitada, foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) a Resolução nº 1/2022, que estabelece as diretrizes para a inclusão da Computação e do pensamento computacional na Educação Básica, abrangendo desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

Já a Resolução do CNE/CEB nº 2/2025, instituiu as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e integração curricular de educação digital e midiática, trazendo no Art. 24 a orientação de que "*A elaboração dos novos currículos, acompanhados de plano de formação docente, deve se dar ao longo do ano de 2025, com efetiva implementação obrigatória a partir do ano de 2026*".

O documento que precedeu tal resolução, foi o Parecer CNE/CEB n.º 2/2022 que forneceu a base legal e pedagógica para a Resolução e promoveu a integração do pensamento computacional, do mundo digital e da cultura digital no cotidiano escolar.

O documento orientador, elaborado em 2025 pelo Ministério da Educação, intitulado "Educação Digital e Midiática" apresenta definições, marcos legais e fundamentos pedagógicos para a orientação deste trabalho, bem como justifica a importância da abordagem deste componente para a Educação Básica e orienta a elaboração e implementação do currículo nas Escolas.

Neste documento, a importância da implementação deste componente justifica-se por fornecer

> "uma base de conhecimentos, aprendizagens e competências para que os estudantes acompanhem as novas complexidades do mundo globalizado e digital, para que possam se inserir com autonomia crítica no mundo digital e colaborar com práticas éticas, sustentáveis e igualitárias relativas a soluções tecnológicas para problemas sociais brasileiros. (BRASIL, 2025, p. 5)

6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d
3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por SILVANA GARCIA ANDRE - SIGNATÁRIO - 05/12/2025 às 16:48:05
Documento Código: 6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Para compreender o que é a Educação Digital e Midiática, o componente curricular foi explicitado em três partes: Educação Digital Escolar, Educação Midiática e Pensamento Computacional.

A Educação Digital Escolar, conforme a definição da PNED (Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023) "*compreende o conjunto de competências, habilidades e conhecimentos necessários ao pleno exercício da cidadania digital na contemporaneidade*" (p. 07), compreendendo os desafios da era digital e as transformações no mundo do trabalho.

A Educação Midiática é definida no documento como "*A educação para as mídias deve ser encarada como uma prática que possibilita a leitura do mundo, que é "a competência das competências*", (BRASIL, 2025 p. 8) e complementa afirmando que essa formação atua como uma ferramenta que se relaciona com a cultura, formação da identidade, e nos auxilia a compreender o mundo em que vivemos.

O Pensamento Computacional tem como referência a "*habilidade de compreender, analisar definir, modelar, resolver, comparar e automatizar problemas e suas soluções de forma metódica e sistemática*", e abordando os processos de desenvolvimento da lógica e do raciocínio, afirmou que a temática promove a "*capacidade de criar e adaptar algoritmos, aplicando fundamentos da computação para alavancar e aprimorar a aprendizagem e o pensamento criativo e crítico nas diversas áreas do conhecimento*" (BRASIL, 2025, p. 9)

Além dos limites da escola, os três conceitos abordados também contribuem para que o indivíduo possa "*navegar em um mundo permeado de códigos computacionais e de conversão do mundo em dispositivos digitais*", além de desenvolver seu "lado criativo" e construir "uma cidadania digital ativa, capaz de interferir e criar soluções computacionais éticas para problemas de sua comunidade". (BRASIL, 2025, ibidem)

Além do Pensamento Computacional, o documento abordou outros dois eixos organizadores da BNCC Computação, explicitados na íntegra:

> 2. Mundo Digital: envolve aprendizagens sobre artefatos digitais, compreendendo tanto elementos físicos (computadores, celulares, tablets) quanto virtuais (internet, redes sociais e nuvens de dados). Compreender o mundo contemporâneo requer conhecimento sobre o poder da informação e a importância de armazená-la e protegê-la, entendendo os códigos utilizados para a sua representação em diferentes tipologias informacionais, bem como as formas de processamento, transmissão e distribuição segura e confiável; e

Autenticado com senha por SILVANA GARCIA ANDRE - SIGNATÁRIO - 05/12/2025 às 16:48:05
Documento Código: 6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d
3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

> 3. Cultura Digital: envolve aprendizagens voltadas à participação consciente e democrática por meio das tecnologias digitais, o que pressupõe compreensão dos impactos da revolução digital e seus avanços na sociedade contemporânea; bem como a construção de atitude crítica, ética e responsável em relação à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais, e os diferentes usos das tecnologias e dos conteúdos veiculados; assim como fluência no uso da tecnologia digital para proposição de soluções e manifestações culturais contextualizadas e críticas. (BRASIL, 2025, p. 10)

Para além da legislação que determina a implementação da Educação Digital e Computação na Educação Básica definidas pela Lei nº 14.533/2023 e pelas orientações do Estado do Paraná, o Município de Foz do Iguaçu, como Sistema Próprio, busca não só cumprir a lei, mas também justifica sua implementação como disciplina da Matriz Curricular por privilegiar o aprofundamento dos conteúdos, reflexões e construção de uma educação voltada para o desenvolvimento de um indivíduo apto para compreender e agir no mundo contemporâneo.

Para contextualizar a proposta pela alteração da Matriz, foram analisados estudos e pesquisas que demonstraram a eficácia da abordagem tecnológica no ambiente educacional e a melhoria no aprendizado dos alunos.

Os dados trazidos por um estudo sobre Políticas Públicas para Implementação Tecnológica na Educação Escolar, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), constatou que "*constatou-se que houve um aumento significativo, quase 30%, quando os OA foram usados em conjunto com uma variedade de estratégias de ensino, o que levou os autores a concluir que os OA são uma ferramenta de ensino viável ao ambiente escolar*". (FILHO, 2018, p. 71). Para explicitar o que são os OA citados acima, o autor explica que,

> [...] os OA são; recursos digitais, tais como vídeos, imagens, áudios, textos, gráficos, tabelas, mapas, jogos, simulações, animações e infográficos. Estes recursos podem ser disponibilizados de forma individual ou agrupados em uma única aplicação com a finalidade de auxiliar na aprendizagem e se constituem numa das linhas de pesquisas que mais vem se desenvolvendo dentro do uso das TIC na educação. (FILHO, 2018, p. 68)

Corroborando com os dados acima, o autor Libâneo (2012, p.70) afirmou que as mídias apresentam-se de três maneiras: "*como conteúdo escolar integrante das várias disciplinas do currículo; como competências e atitudes profissionais; e como meios tecnológicos de comunicação humana*". E explica que tais recursos são utilizados para "*ensinar a pensar, ensinar a aprender a aprender*", cuja culminância é o "desenvolvimento de pensamento autônomo, estratégias cognitivas, autonomia para

6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d
3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por SILVANA GARCIA ANDRE - SIGNATÁRIO - 05/12/2025 às 16:48:05
Documento Código: 6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

organizar e dirigir seu próprio processo de aprendizagem, facilidade de análise e resolução de problemas, etc".

O propósito da educação é, sem dúvida, preparar as gerações mais jovens para a vida adulta, capacitando-as a compreender o mundo em que estão inseridas e a se tornarem cidadãos ativos e engajados na sociedade. A mídia tem desempenhado um papel central e incontestável em áreas como economia, política, cultura e vida pública, além de moldar nossas interações pessoais, agora profundamente influenciadas pelos meios digitais.

Dessa forma, se o objetivo da educação é preparar as crianças para este cenário, é imprescindível que sejam constantemente instruídas sobre o funcionamento das tecnologias. Não basta que compreendam apenas os aspectos tecnológicos dessas ferramentas, mas também sua função enquanto formas de linguagem e produtoras de sentido. As crianças devem ser capazes de identificar as dimensões políticas, sociais e econômicas que permeiam as mídias, e desenvolver a capacidade de realizar julgamentos críticos e sistemáticos sobre os conteúdos que consomem e as plataformas que utilizam. Tais competências são essenciais e devem ser abordadas no ambiente escolar.

A **Resolução nº 01/2022 (SEED)** sugere que a educação digital, midiática e computacional seja implementada com base na BNCC e documentos normativos atuais, podendo ser abordada de forma transversal entre disciplinas ou como componente curricular específico. A priorização de abordar a temática como componente curricular específico, ou seja, em forma de disciplina da Base Nacional Comum se justifica pelos seguintes aspectos (BRASIL, 2025, p. 19):

1- Muitos currículos já incluem o uso de tecnologias digitais, mas com foco principalmente no aspecto instrumental, ou seja, como ferramentas para ensinar habilidades e competências. É necessário expandir esse enfoque para incluir competências críticas, criativas e éticas, superando a visão limitada da tecnologia como apenas recurso ou meio.
2- Alguns currículos já incentivam uma visão crítica das tecnologias, ajudando os alunos a entenderem como a informação é produzida e disseminada. No entanto, é preciso aprofundar o entendimento das tecnologias, considerando seus aspectos históricos, sociais e culturais, e discutindo as questões éticas relacionadas a elas.

Autenticado com senha por SILVANA GARCIA ANDRE - SIGNATÁRIO - 05/12/2025 às 16:48:05
Documento Código: 6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d
3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

3- A educação digital e midiática deve incorporar competências críticas e criativas, alinhadas à BNCC. Isso inclui formar os alunos para serem criadores de soluções tecnológicas éticas e conscientes das implicações sociais, políticas e ambientais dessas tecnologias. Os currículos devem abordar a cultura digital, os direitos digitais, a integridade da informação e a análise crítica de algoritmos, com foco também no pensamento computacional e no desenvolvimento sustentável.

Da inserção do Componente Curricular Língua Inglesa na Matriz Curricular

Considerando a crescente relevância das línguas estrangeiras no cenário educacional e social contemporâneo, e a vivência em um município de região fronteiriça, destaca-se a necessidade de inclusão da **Língua Inglesa** na Matriz Curricular dos Anos Iniciais. A Base Nacional Comum Curricular (2017) definiu o Inglês como língua franca e componente curricular obrigatório nos anos Finais do Ensino Fundamental, reconhecendo sua função no acesso a conhecimentos científicos, culturais e tecnológicos.

No âmbito estadual, a **Lei nº 21.323**, de 20 de dezembro de 2022, dispõe sobre a inclusão da língua inglesa no currículo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais. A referida lei, não deixa espaço para interpretações diversas quanto traz em seu Artigo 4º, **§ 2º** que:

> O termo de adesão poderá conter, no mínimo, as seguintes obrigações para o município:
>
> **I -** utilização obrigatória das plataformas custeadas pelo Estado:
>
> **a)** Plataforma de Matemática;
>
> **b)** Plataforma de Redação;
>
> **c)** Plataforma de Inglês;
>
> **d)** Sistema Estadual de Registro Escolar - SERE;
>
> **e)** Livro de Registro de Classe Online - LRCO;
>
> **f)** Outras tecnologias ou sistemas regulamentados por ato do poder executivo;

Vale salientar que a adesão do município ao programa Educa Juntos, foi publicada em Diário Oficial do Governo Estadual realizada no dia 24 de novembro de

6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d
3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por SILVANA GARCIA ANDRE - SIGNATÁRIO - 05/12/2025 às 16:48:05
Documento Código: 6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

2023, ratificando o compromisso firmado pela gestão com a adesão ao programa e suas responsabilidades com a aplicação dos objetos da lei.

Nesse contexto, a **Lei Estadual nº 21.323/2022**, **ao instituir a obrigatoriedade do ensino de Língua Inglesa a partir do Ensino Fundamental - Anos Iniciais** em todas as instituições públicas do Paraná, alcança igualmente as redes municipais, independentemente de estas possuírem ou não sistema próprio. Como não há qualquer decisão judicial que suspenda ou limite a aplicação da lei, sua observância é impositiva, integrando-se automaticamente às diretrizes educacionais que regem os currículos dos municípios paranaenses. Portanto, ainda que a legislação federal não exija língua estrangeira nos anos iniciais, a norma estadual, ao atuar no âmbito de sua competência suplementar, cria uma obrigatoriedade válida e vinculante.

Desse modo, de acordo com o programa supracitado, uma matriz curricular municipal do 3º ao 5º ano que não inclua Língua Inglesa, encontra-se em desacordo com a legislação estadual vigente, comprometendo sua legalidade no Estado do Paraná.

Em complementação à legislação estadual, a **Resolução GS/SEED nº 6.172/2025**, em seu Art. 3º institui que

> O Inglês Paraná Kids é uma política educacional implementada pela SEED, em articulação com os municípios, com foco na assistência pedagógica para instrumentalizar a organização da oferta do componente de Língua Estrangeira Moderna – Inglês para os estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, por meio de estratégias de atuação destinadas à aprendizagem e melhoria da qualidade da educação na primeira etapa do ensino fundamental, respeitadas as singularidades desse segmento da Educação Básica.

Neste sentido, ainda que os municípios possuam Sistema Próprio de Ensino, estes não estão dispensados de cumprir a legislação estadual suplementar, quando esta trata de matérias de competência comum e concorrente, como é o caso da educação. A Constituição Federal, em seus artigos 23, 24 e 30, estabelece que a educação é uma responsabilidade compartilhada entre União, Estados e Municípios, sendo que os Estados possuem competência para legislar de forma suplementar sobre educação básica, definindo normas que devem ser observadas pelas redes municipais.

Autenticado com senha por SILVANA GARCIA ANDRE - SIGNATÁRIO - 05/12/2025 às 16:48:05
Documento Código: 6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d
3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Outra consideração significativa é a Lei nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que traz o seguinte texto:

> Art. 14. A complementação-VAAR será distribuída às redes públicas de ensino que cumprirem as condicionalidades e apresentarem melhoria dos indicadores referidos no inciso III do **caput** do art. 5º desta Lei.
>
> § 1º As condicionalidades referidas no **caput** deste artigo contemplarão: (...)
> **IV - regime de colaboração entre Estado e Município formalizado na legislação estadual e em execução, nos termos do inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal e do art. 3º da Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020**;
> V - referenciais curriculares alinhados à Base Nacional Comum Curricular, aprovados nos termos do respectivo sistema de ensino.

Assim, a existência de Sistema Municipal de Ensino implica autonomia administrativa, pedagógica e organizacional, mas tal autonomia não é impeditiva para firmar parcerias com o Estado tendo em vista os benefícios que possam ser garantidos para a manutenção de melhorias na educação municipal.

Os benefícios garantidos com a adesão estão explicitados por meio da Resolução nº 6172 /2025 - GS/SEED - de 23 de Outubro de 2025, conforme segue:

> **Art. 1°** Instituir a política de fomento da oferta da Língua Estrangeira Moderna – Inglês, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, por meio da iniciativa denominada "Inglês Paraná Kids", vinculada ao Programa Educa Juntos, em parceria com as secretarias municipais de educação do estado do Paraná.
> **Art. 2º** A Secretaria de Estado da Educação – SEED disponibilizará às secretarias municipais de educação que aderirem e implantarem o "Inglês Paraná Kids":
> **I – formação continuada para professores que ministrarem Língua Estrangeira Moderna – Inglês nos anos iniciais do Ensino Fundamental;**
> **II – materiais didáticos e recursos pedagógicos;**
> **III – ferramentas para avaliações diagnósticas, a fim de acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes;**
> **IV – recursos educacionais digitais que favoreçam a inovação pedagógica e a ampliação das práticas de ensino e aprendizagem do Inglês.**
> **Art. 3.º** A Secretaria de Estado da Educação – SEED também disponibilizará parceria técnica e pedagógica às secretarias municipais de educação que aderirem e implantarem o "Inglês Paraná Kids", especialmente no que se refere a apoio técnico-pedagógico para a adequação curricular e o acompanhamento das práticas pedagógicas.
> **Art. 4.º** Compete às Secretarias Municipais de Educação assegurar a inclusão da Língua Estrangeira Moderna – Inglês na parte diversificada da matriz curricular, com oferta obrigatória para o 3.º, 4.º e 5.º ano do Ensino Fundamental e facultativa para o 1.º e 2.º, nas instituições de ensino de suas redes, a partir de 2026, conforme segue:
> **I –** no mínimo uma aula semanal, com duração mínima de quarenta e cinco minutos, nas instituições de ensino que ofertam jornada regular;
> **II –** no mínimo duas aulas semanais, com duração mínima de quarenta e cinco minutos cada, nas instituições de ensino que ofertam educação em

6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d
3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por SILVANA GARCIA ANDRE - SIGNATÁRIO - 05/12/2025 às 16:48:05
Documento Código: 6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

> tempo integral em turno único, com carga horária mínima de trinta e cinco horas semanais;

Adicionalmente, tal autonomia não confere ao município a possibilidade de contrariar uma lei estadual plenamente válida, especialmente quando essa lei se aplica ao Ensino Fundamental, etapa cuja responsabilidade é comum entre Estado e Município.

Ressalta-se, ainda, que a BNCC — instituída pela **Resolução CNE/CP nº 02/2017 —** estabelece, em seu Art. 7º, que:

> Os currículos devem contemplar conhecimentos, competências e habilidades considerando as características sociais, culturais, econômicas e tecnológicas do contexto local e das demandas educacionais contemporâneas.

Esse princípio sustenta a necessidade da incorporação tanto da cultura digital quanto da Língua Inglesa como elementos estruturantes da formação integral.

A organização da distribuição de aulas em cada etapa escolar, conforme previsto na minuta e seus anexos seguiram as orientações estabelecidas, especialmente quanto ao cumprimento da carga horária mínima anual de **800 (oitocentas) horas** para o Ensino Fundamental ofertado em turno parcial, e o mínimo anual de 1600 **(mil e seiscentas) horas** e à garantia dos componentes obrigatórios que integram a Matriz Curricular Comum.

Tendo em vista as atualizações normativas e a necessidade de alinhamento às políticas públicas vigentes, destaca-se que a Matriz Curricular Comum foi ampliada com a incorporação desses componentes curriculares.

A participação das instituições de ensino, em resposta ao **M.I. nº 83773/2025-SMED**, enviando contribuições para a consolidação da proposta, constituiu-se etapa fundamental para assegurar a construção de uma Matriz Curricular coerente, contextualizada e comprometida com a formação integral dos estudantes da rede municipal.

Dessa forma, o entendimento da ampliação da Matriz Curricular configura-se como medida necessária, coerente e plenamente alinhada às políticas públicas educacionais vigentes, contribuindo para a atualização curricular e para o atendimento às demandas formativas contemporâneas.

REFERÊNCIAS

6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d
3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por SILVANA GARCIA ANDRE - SIGNATÁRIO - 05/12/2025 às 16:48:05
Documento Código: 6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

LIBÂNEO, José Carlos**. Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Porto Alegre: Alternativa, 2012. 182 p.

ESTEVES, Rodolfo Fernandes. **Políticas públicas para implementação tecnológica na educação escolar**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) **–** Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, SP, 2018.

PARANÁ. Conselho Estadual De Educação Do Paraná (CEE/PR). Resolução CEE/PR nº 04, de 8 de agosto de 2025. **Estabelece normas e orienta o processo de implementação da educação digital e computação na educação básica, em complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no Sistema Estadual de Ensino do Paraná**. Curitiba, 2025.

6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d
3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por SILVANA GARCIA ANDRE - SIGNATÁRIO - 05/12/2025 às 16:48:05
Documento Código: 6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

PREFEITURA FOZ DO IGUAÇU

MINUTA DE MATRIZ CURRICULAR

Anexo I

Matriz Curricular Parcial

Áreas de Conhecimento			Disciplinas	Carga Horária Anual: 800h no mínimo				
				1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
Base Nacional Comum*	Componentes Curriculares	Ciências da natureza	Ciências	2	2	2	2	1
		Ciências humanas	Geografia	2	2	1	1	2
			História	1	1	1	1	1
		Linguagens	Arte	1	1	1	1	1
			Educação Física	2	2	2	2	2
			Língua Portuguesa	6	6	6	5	5
		Matemática	Matemática	5	5	5	5	5
			Educação digital e computação: robótica	1	1	1	2	2
Parte diversificada		Língua Estrangeira Moderna	Língua inglesa	-	-	1	1	1
TOTAL DE HORAS SEMANAIS				20 horas	20 horas	20 horas	20 horas	20 horas

Autenticado com senha por SILVANA GARCIA ANDRE - SIGNATÁRIO - 05/12/2025 às 16:48:05
Documento Código: 6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d
3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

PREFEITURA FOZ DO IGUAÇU

MINUTA DE MATRIZ CURRICULAR

Anexo II

Matriz Curricular Integral

Áreas de Conhecimento			Disciplinas	Carga Horária Anual: 800h no mínimo				
				1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
Base Nacional Comum*	Componentes Curriculares	Ciências da natureza	Ciências	3	3	3	3	3
		Ciências humanas	Geografia	2	2	2	2	2
			História	2	2	2	2	2
		Linguagens	Arte	2	2	2	2	2
			Educação Física	2	2	2	2	2
			Língua Portuguesa	7	7	7	7	7
		Matemática	Matemática	6	6	6	6	6
			Educação digital e computação: robótica	2	2	2	2	2
Parte diversificada		Língua Estrangeira Moderna	Língua inglesa	1	1	2	2	2
		Língua Estrangeira Moderna	Língua espanhola	1	1	2	2	2
		Atividades Curriculares a partir dos Macrocampos	Disciplinas eletivas	12	12	10	10	10
			Promoção à saúde	5	5	5	5	5
TOTAL DE HORAS SEMANAIS				45 horas	45 horas	45 horas	45 horas	45 horas

Autenticado com senha por SILVANA GARCIA ANDRE - SIGNATÁRIO - 05/12/2025 às 16:48:05
Documento Código: 6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d
3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

PREFEITURA FOZ DO IGUAÇU

MINUTA DE MATRIZ CURRICULAR

Anexo III

Matriz Curricular - EJA						
Disciplinas/Atividades Curriculares			Carga Horária Anual do curso: 1200h no mínimo			
			1ª etapa	2ª etapa	3ª Etapa	4ª etapa
Base Nacional Comum*	Componentes Curriculares	Ciências Humanas (Geografia e História)	1	1	1	1
		Ciências da Natureza (Ciências)	1	1	1	1
		Linguagens (Língua Portuguesa)	6	6	6	6
		Matemática (Matemática)	6	6	5	5
Parte diversificada		Educação Digital e Computação	1	1	1	1
		Língua Estrangeira Moderna (Língua Inglesa)	-	-	1	1
TOTAL DE HORAS SEMANAIS			15 horas	15 horas	15 horas	15 horas

Autenticado com senha por SILVANA GARCIA ANDRE - SIGNATÁRIO - 05/12/2025 às 16:48:05
Documento Código: 6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d
3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Prefeitura de Foz do Iguaçu 96
Prefeitura de Foz do Iguaçu 95
Prefeitura de Foz do Iguaçu 19

conforme manual da marca fornecida por ela.

Art. 15. As campanhas periódicas serão promovidas pelos operadores lotéricos, conforme determinado em atos normativos específicos para o tema, para esclarecimento público quanto aos riscos e às consequências da dependência em jogos, enfatizando que se trata de uma prática de entretenimento que não pode ser vista como fonte de renda.

§1º Nas campanhas publicitárias relativas ao produto ofertado pelo operador lotérico ou fortalecimento de sua marca, deverá haver aviso dos riscos de dependência que o jogo provoca, bem como a vedação de participação de menores de dezoito anos e civilmente incapazes.

§2º As ações de *marketing* e publicidade deverão enfatizar a responsabilidade social e promover a conscientização do jogo responsável, objetivando a segurança coletiva e o combate a apostas ilegais.

Art. 16. Os operadores lotéricos deverão combater:

I - a propaganda falsa ou enganosa relativa aos jogos em operação no Estado do Paraná;

II - a publicidade contrária à decência, dignidade, honestidade e/ou ofensiva a qualquer tipo de público;

III - a publicidade por operadores não autorizados pela LOTTOPAR.

CAPÍTULO V

DIREITOS DO APOSTADOR

Art. 17. São direitos do apostador:

I - ter sua identidade preservada, tendo como prerrogativa manter o anonimato, conforme determina a Lei Federal nº 13.709, de 2018 - LGPD;

II - receber a premiação que lhe é devida, seguindo a legislação vigente e o regulamento do jogo em que apostou;

III - ter acesso ao SAC e ao canal de atendimento exclusivo para usuários compulsivos - ludopatas, disponibilizado pelo operador lotérico, bem como ao canal de Ouvidoria oficial da LOTTOPAR;

IV - ter acesso às descrições e às regras de cada aposta ofertada pelo operador lotérico;

V - receber seus créditos ou saldo existente em conta informada quando solicitar a autoexclusão, desde que em conta de mesma titularidade;

VI - definir limite máximo de depósito diário, semanal e/ou mensal para apostas, quando entender essa necessidade e assim solicitar;

VII - definir pausa ou período de afastamento das apostas sempre que entender cabível e fizer tal solicitação;

VIII - solicitar ao operador lotérico a autoexclusão quando lhe for conveniente.

CAPÍTULO VI

DAS OBRIGAÇÕES DA LOTTOPAR

Art. 18. São obrigações da LOTTOPAR:

I - manter sigilo acerca de informações confidenciais às quais venha a ter acesso, assim entendidas como aquelas que não podem ser compartilhadas sem causar prejuízos aos apostadores e aos operadores lotéricos, desde que tais informações estejam expressamente identificadas e rotuladas desta forma;

II - realizar mediação entre usuário e operador lotérico quando as solicitações não forem resolvidas em qualquer canal de atendimento;

III - aprimorar e divulgar a qualquer tempo medidas que incentivem a prática de jogos responsáveis e ou estimulem o desenvolvimento do setor;

IV - disseminar periodicamente informações educacionais por meio de sítio eletrônico como forma de prevenção à prática ilegal de combinações de jogos;

V - manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confiabilidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos/transmitidos eletronicamente pelos usuários;

VI - suspender a exploração da modalidade lotérica de AQF quando entender que existe prejuízo ou ameaça iminente de prejuízo grave à segurança pública, à saúde pública, à saúde dos apostadores, à segurança financeira dos apostadores, à reputação do Estado ou outra razão imperiosa de interesse público;

VII - disponibilizar aos apostadores um Canal de Ouvidoria, visando receber e dar encaminhamento às solicitações, sugestões, reclamações, denúncias e elogios.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. De maneira a salvaguardar o interesse público na exploração da modalidade lotérica AQF, a LOTTOPAR expedirá, nos limites de suas competências institucionais, normas complementares com vistas ao cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 07 de junho de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

ELISANDRO PIRES FRIGO
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

61023/2023

DECRETO Nº 2.435

Regulamenta a Lei nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022 – Programa Educa Juntos.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87, da Constituição Estadual, e tendo em vista o contido no protocolo nº 20.079.021-9,

DECRETA:

Art. 1º Regulamenta o Programa Educa Juntos, de que trata a Lei n.º 21.323, de 20 de dezembro de 2022.

Art. 2º A participação dos municípios no Programa Educa Juntos será formalizada mediante a celebração de Termo de Adesão com a Secretaria de Estado da Educação – SEED, conforme modelo contido no Anexo Único deste Decreto.

Art. 3º As ações de apoio técnico, pedagógico e de gestão, para melhoria da aprendizagem dos estudantes matriculados na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública de ensino, serão implementadas por meio de estratégias que promovam a aquisição e o desenvolvimento do processo de compreensão da escrita e leitura.

Art. 4º A avaliação de desempenho dos 2º e 5º anos do Ensino Fundamental de que trata a alínea "a" do inciso I do § 1º do art. 4º da Lei nº 21.323, de 2022, será aplicada nas redes públicas municipais da seguinte forma:

I - avaliação dos estudantes dos 2º e 5º anos do Ensino Fundamental compreenderá teste de Língua Portuguesa e Matemática, bem como questionário sociocontextual;

II - questionário aplicado aos diretores das instituições de ensino e professores de Língua Portuguesa e de Matemática.

Art. 5º A avaliação diagnóstica do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental I, de que trata a alínea "b" do inciso I do § 1º do art. 4º da Lei nº 21.323, de 2022, será aplicada aos estudantes das redes públicas municipais e compreenderá os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia e História.

Parágrafo único. A avaliação diagnóstica será elaborada com base no Referencial Curricular do Paraná.

Art. 6º Poderão ser disponibilizadas às redes públicas municipais que aderirem ao Programa as Plataformas de Matemática, de Redação, de Inglês, o Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE e o Livro Registro de Classe Online – LRCO.

§1º A Plataforma de Matemática apresenta metodologia de ensino ativa gamificada, com recursos digitais de aprendizagem, em ambiente lúdico e personalizado.

§2º A Plataforma de Redação possui foco no desenvolvimento das habilidades de produção textual, articulado entre o sistema de inteligência artificial e o professor.

§3º A Plataforma de Inglês oferta recursos que contemplam habilidades da Base Nacional Comum Curricular e objetivos de aprendizagem de acordo com o Referencial Curricular do Paraná.

§4º O Sistema Estadual de Registro Escolar tem a finalidade principal de racionalizar as atividades burocráticas das secretarias das instituições de ensino, armazenando os dados gerados.

§5º O Livro Registro de Classe Online consiste no documento eletrônico destinado ao registro de frequências, conteúdos/planejamentos e avaliação dos estudantes.

Art. 7º A oferta de equipamentos tecnológicos, novas tecnologias ou sistemas aos municípios parceiros será realizada por meio de termo de convênio ou instrumento equivalente, no qual constarão as regras do repasse.

Parágrafo único. A implementação do controle de frequência dos estudantes matriculados na rede estadual de ensino que utilizam o transporte escolar também será disponibilizada aos municípios parceiros.

Art. 8º O Programa Educa Juntos contará com um Comitê Executivo Estadual, órgão mobilizador e de acompanhamento das estratégias educacionais para a execução do Programa, que será designado pelo Secretário de Estado da Educação por meio de resolução.

Parágrafo único. A participação dos membros no Comitê é considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 9º A transferência de recursos financeiros, logísticos ou tecnológicos aos municípios será realizada por meio de termo de convênio ou instrumento equivalente, no qual constarão as regras para o repasse.

Art. 10. A Secretaria de Estado da Educação, em conjunto com as redes municipais, fornecerá apoio técnico-pedagógico a todas as instituições das redes municipais de ensino, incluindo as que adotam o modelo cívico-militar, integral e/ou sustentável.

Art. 11. As despesas decorrentes do Programa Educa Juntos, descritas na Lei n.º 21.323, de 2022, ficam restritas à disponibilidade orçamentária e financeira consignada na Lei Orçamentária Anual.

Art. 12. Caberá à Secretaria de Estado da Educação, no âmbito de suas competências, a responsabilidade pela elaboração de atos complementares para o atendimento ao disposto neste Decreto.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revoga o Decreto nº 5.857, de 5 de outubro de 2020.

Curitiba, em 07 de junho de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

RONI MIRANDA
Secretário de Estado da Educação

61025/2023

Autenticado com senha por SILVANA GARCIA ANDRE - SIGNATÁRIO - 05/12/2025 às 16:48:05
Documento Código: 6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d
3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Prefeitura de Foz do Iguaçu 97
Prefeitura de Foz do Iguaçu 96
Prefeitura de Foz do Iguaçu 20

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANEXO ÚNICO 2435/2023

MINUTA DO TERMO DE ADESÃO

TERMO DE ADESÃO – PROGRAMA EDUCA JUNTOS

TERMO DE ADESÃO que celebram entre si o **Estado do Paraná**, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação – SEED, e o **Município de .....**, na forma e condições a seguir estabelecidas, para a consecução dos objetivos do Programa Educa Juntos.

O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, inscrita no CNPJ sob o n.º 76.416.965/0001-21, com sede na Avenida Água Verde, n.º 2.140, Vila Izabel, em Curitiba-PR, CEP 80.240-900, neste ato representado pelo Senhor Secretário de Estado da Educação, ..., RG n.º ..... SSP/PR, CPF n.º ....., doravante denominado PROPONENTE, e o Município de ....., inscrito no CNPJ sob o n.º ....., com sede na (logradouro), n.º (número), (bairro), (cidade), CEP (número do CEP), neste ato representado pelo(a) Senhor(a) Prefeito(a), ..., RG n.º ..... SSP/PR, CPF n.º ....., e pelo(a) Senhor(a) Secretário(a) Municipal de Educação, ..., RG n.º ..... SSP/PR, CPF n.º ....., doravante denominado ADERENTE, firmam o presente TERMO DE ADESÃO, mediante as seguintes cláusulas e compromissos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Adesão visa estabelecer esforços entre os partícipes para execução do Programa Educa Juntos, instituído pela Lei n.º 21.323, de 20 de dezembro de 2022, com a consecução de objetivos comuns, no sentido de viabilizar o acesso ao compartilhamento de estratégias educacionais para execução dos objetivos do Programa.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTÍCIPES

Os partícipes se submetem às seguintes atribuições e competências:

2.1 Compete ao PROPONENTE:

2.1.1 A ampliação da oferta do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEP, por meio do Programa Educa Juntos, com a assistência na aplicação de:

2.1.1.1 Avaliação de desempenho dos 2º e 5º anos do Ensino Fundamental;

2.1.1.2 Avaliação diagnóstica do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental;

2.1.2 A disponibilização dos seguintes recursos tecnológicos aos municípios, que poderão vir a ser custeados pelo Estado:

2.1.2.1 Plataforma de Matemática;

2.1.2.2 Plataforma de Redação;

2.1.2.3 Plataforma de Inglês;

2.1.2.4 Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE;

Autenticado com senha por SILVANA GARCIA ANDRE - SIGNATÁRIO - 05/12/2025 às 16:48:05
Documento Código: 6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d
3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Prefeitura de Foz do Iguaçu 98
Prefeitura de Foz do Iguaçu 97
Prefeitura de Foz do Iguaçu 21

2.1.2.5 Livro de Registro de Classe Online – LRCO;
2.1.2.6 Equipamentos tecnológicos;
2.1.2.7 Outras tecnologias ou sistemas regulamentados por ato do Chefe do Poder Executivo.
2.2 Compete ao ADERENTE:
2.2.1 A utilização obrigatória das plataformas que possam vir a ser custeadas pelo Estado:
2.2.1.1 Plataforma de Matemática;
2.2.1.2 Plataforma de Redação;
2.2.1.3 Plataforma de Inglês;
2.2.1.4 Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE;
2.2.1.5 Livro de Registro de Classe Online – LRCO;
2.2.1.6 Outras tecnologias ou sistemas regulamentados por ato do Poder Executivo.
2.2.2 A realização das avaliações de desempenho e avaliações diagnósticas definidas como obrigatórias pela SEED.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GOVERNANÇA DO PROGRAMA EDUCA JUNTOS
3.1 Fica a PROPONENTE responsável pela execução e gestão do Programa, tendo como referência para a coordenação das ações o Núcleo de Cooperação Pedagógica com Municípios – NCPM.
3.2. Fica reservado ao ADERENTE a decisão de participar nas demais iniciativas de assistência do Programa Educa Juntos promovidas pela SEED, não constantes na Cláusula Segunda deste Termo, a partir de consulta por ofício, excetuando-se a participação na avaliação de desempenho do 2.º e 5.º anos do Ensino Fundamental I, Prova Paraná Mais do SAEP, em função da Lei nº 21.359, de 05 de janeiro de 2023, que estabelece os indicadores e critérios previstos no inciso III do art. 1.º da Lei Complementar nº 249, de 23 de agosto de 2022, em vigor para todos os municípios do Paraná.

CLÁUSULA QUARTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
4.1 O PROPONENTE, na condição de controlador, e o ADERENTE, na condição de operador, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, observados os ditames da Lei Federal n.º 13.709/2019 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e do Decreto Estadual nº 6.474, de 14 de dezembro de 2020.
4.2 O tratamento de dados pessoais, indispensáveis à execução do Termo de Adesão por parte do ADERENTE, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do PROPONENTE, observados os princípios do art. 6.º da LGPD, especialmente o da necessidade, bem como as diretrizes e instruções transmitidas pelo PROPONENTE.
4.3 Os dados pessoais tratados pelo ADERENTE somente poderão ser utilizados na execução das atividades concernentes à persecução dos objetivos do Programa Educa Juntos, vedada sua utilização para outros fins.
4.4 O compartilhamento de dados pessoais com possíveis SUBADERENTES dependerá de autorização prévia do PROPONENTE, hipótese em que a SUBADERENTE ficará sujeita aos mesmos limites e obrigações legais impostas à ADERENTE.

Autenticado com senha por SILVANA GARCIA ANDRE - SIGNATÁRIO - 05/12/2025 às 16:48:05
Documento Código: 6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d
3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Prefeitura de Foz do Iguaçu 99
Prefeitura de Foz do Iguaçu 98
Prefeitura de Foz do Iguaçu 22

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

4.5 O ADERENTE deverá manter registro dos tratamentos de dados pessoais que realizar em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo, disponibilizando-o quando solicitado.

4.6 O ADERENTE deverá comprovar a adoção de medidas técnicas e administrativas de segurança aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observados os segredos comercial e industrial, respeitando-se os padrões definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade aplicáveis, sem prejuízo das obrigações relacionadas à segurança da informação e ao dever de sigilo aplicáveis às PARTES.

4.7 O ADERENTE responderá pelos danos que causar em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas na subcláusula 4.6, destinadas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

4.8 O ADERENTE dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas na Cláusula Quarta, inclusive no tocante à Política de Privacidade do PROPONENTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

4.9 O ADERENTE é responsável pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas utilizados para o tratamento dos dados pessoais.

4.10 A critério do controlador e do encarregado de dados do PROPONENTE, o ADERENTE poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente ao objeto contratado.

4.11 O encarregado do ADERENTE deverá comunicar formal e imediatamente ao PROPONENTE no caso de ocorrência, suspeita ou risco de violação de dados pessoais, indicando, no mínimo, a data e hora do incidente e da ciência do ADERENTE; a relação dos tipos de dados e titulares afetados; a descrição das possíveis consequências do incidente e a indicação das medidas de saneamento e prevenção adotadas.

4.12 Caso o ADERENTE não disponha de todas as informações elencadas na subcláusula 4.11 no momento da comunicação, deverá enviá-las, gradualmente, à medida que forem obtidas, concluindo a comunicação integral no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da sua ciência do incidente.

4.13 O PROPONENTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao ADERENTE, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento da LGPD.

4.14 A observância das subcláusulas 4.11, 4.12 e 4.13 não exclui ou diminui a responsabilidade do ADERENTE na hipótese de descumprimento da LGPD ou demais cláusulas do presente Termo de Adesão.

4.15 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do ADERENTE, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1.º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474/2020.

Autenticado com senha por SILVANA GARCIA ANDRE - SIGNATÁRIO - 05/12/2025 às 16:48:05
Documento Código: 6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d
3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Prefeitura de Foz do Iguaçu 100
Prefeitura de Foz do Iguaçu 99
Prefeitura de Foz do Iguaçu 23

4.16 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos arts. 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474/2020.
4.17 O ADERENTE deverá repassar as manifestações do titular de dados ou de seu representante legal, ao PROPONENTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, podendo responder diretamente eventuais solicitações somente se instruída e autorizada formalmente pelo PROPONENTE.
4.18 Encerrada a vigência do Termo de Adesão ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o ADERENTE deverá realizar a transferência dos dados ao PROPONENTE, assegurada a integridade e disponibilidade dos dados recebidos, e excluir definitivamente os dados pessoais compartilhados, coletados e tratados, exceto quando tenham se tornado públicos devido à própria finalidade que justificou o tratamento dos dados ou quando a guarda seja necessária para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória.
4.19 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do PROPONENTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada, na forma do Decreto n.º 6.474/2020.
4.20 O descumprimento da LGPD ou demais cláusulas do presente Termo de Adesão, devidamente comprovadas, possibilitará a imediata aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente, incluindo a rescisão do Termo de Adesão.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E PUBLICAÇÃO
5.1 O presente Termo terá vigência por tempo indeterminado a contar da data de publicação do extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná.
5.2 O município aderente poderá solicitar a rescisão do presente Termo de Adesão a qualquer momento mediante requerimento encaminhado ao Núcleo de Cooperação Pedagógica com Municípios – NCPM.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
6.1 As partes não poderão ser responsabilizadas pelo descumprimento, total ou parcial, do presente Termo de Adesão, em virtude da ocorrência de caso fortuito ou força maior, devendo a situação ser expressamente justificada.

E por estarem de pleno acordo, assinam as partes o presente Termo de Adesão, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos.

(Local), (dia) de (mês) de (ano).

Secretário de Estado da Educação: .....

Prefeito(a) Municipal: .....

Secretário(a) Municipal de Educação: .....

61028/2023

Autenticado com senha por SILVANA GARCIA ANDRE - SIGNATÁRIO - 05/12/2025 às 16:48:05
Documento Código: 6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d
3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Prefeitura de Foz do Iguaçu 101
Prefeitura de Foz do Iguaçu 100
Prefeitura de Foz do Iguaçu 24

NRE	MUNICÍPIO	PREFEITO	DIRIGENTE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARANAVAÍ	ALTO PARANÁ	CLAUDENIR JÓIA PEREIRA	ADRIANO VASCOLCELOS RIATO
PARANAVAÍ	AMAPORÃ	MAURO LEMOS	ARIADNY RAYANI SANTOS ROCHA
PARANAVAÍ	CRUZEIRO DO SUL	MARCOS CESAR SUGIGAN	ESBELTA FERREIRA PINTO
PARANAVAÍ	GUAIRAÇÁ	MARCELO ALVES DE OLIVEIRA	SILVANA APARECIDA DE SOUZA MINUZZO
PARANAVAÍ	INAJÁ	CLEBER GERALDO DA SILVA	MARIA DE FÁTIMA DA SILVA ALMEIDA
PARANAVAÍ	ITAGUAJÉ	CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR	DAIANA BERTAZZO MACHADO
PARANAVAÍ	JARDIM OLINDA	LUCIMAR DE SOUZA MORAIS	WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
PARANAVAÍ	MIRADOR	FABIANO MARCOS DA SILVA TRAVAIN	MARTA FERREIRA RODRIGUES
PARANAVAÍ	NOVA ALIANÇA	ULISSES DE SOUZA	VILMA CORREIA DE MATTOS CONELHEIRO
PARANAVAÍ	NOVA ESPERANÇA	MOACIR OLIVATTI	EDNO GUANDALIN
PARANAVAÍ	PARAÍSO DO NORTE	CARLOS ALBERTO VIZZOTTO	EDNA MARIA CAPELARI
PARANAVAÍ	PARANACITY	WALDEMAR JUNIOR NAVES COCCO JUNIOR	MIRLEY CRISTIANE MARTINS BERTONI
PARANAVAÍ	PARANAPOEMA	SIDNEI FRAZATTO	ELZI DE JESUS FRAZATTO
PARANAVAÍ	PARANAVAÍ	CARLOS HENRIQUE ROSSATO GOMES	ADÉLIA PAIXÃO
PARANAVAÍ	SANTA INÊS	BRUNO VIEIRA LUVISOTTO	MARIA SOCORRO APARECIDA ALCÂNTARA PACHECO
PARANAVAÍ	SANTO ANTONIO DO CAIUÁ	JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO	LIDIANI DOS SANTOS DE SOUZA
PARANAVAÍ	SÃO CARLOS DO IVAÍ	JOSE LUIZ SANTOS	VERA LÚCIA DE OLIVEIRA
PARANAVAÍ	SÃO JOÃO DO CAIUÁ	STEFAN TOMÉ PAUKA	ALICE MARA DE OLIVEIRA SILVA
PARANAVAÍ	TAMBOARA	ANTONIO CARLOS CAUNETO	FRANCISCA SONIA DA SILVA DOS REIS
PARANAVAÍ	TERRA RICA	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	ALEXSANDER BRUNO MEDEIROS
PARANAVAÍ	UNIFLOR	JOSE BASSI NETO	MARILEY NEVES RIBEIRO ZANCHETTI

130805/2023

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
EXTRATO DOS TERMOS DE ADESÃO DOS MUNICÍPIOS AO PROGRAMA EDUCA JUNTOS – 2023

Protocolo n.º 20.827.579-8
Extrato dos Termos de Adesão ao Programa Educa Juntos, criado pela Lei n.º 21.323, de 20 de dezembro de 2022, em regime de colaboração com os municípios, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Educação – SEED, pactuados com os municípios listados a seguir:
Fundamentação Legal: Lei Estadual n.º 21.323, de 20 de dezembro de 2022, e Decreto Estadual n.º 2.435, de 7 de junho de 2023.
Objeto: Regulamenta a participação dos municípios no Programa Educa Juntos.
Vigência: O termo de adesão terá vigência por tempo indeterminado a partir da data de publicação do extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação
Curitiba, 24 de novembro de 2023.

NRE	MUNICÍPIO	PREFEITO	DIRIGENTE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
FOZ DO IGUAÇU	FOZ DO IGUAÇU	FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO	MARIA JUSTINA DA SILVA
FOZ DO IGUAÇU	ITAIPULÂNDIA	CLEIDE INÊS GRIEBELER PRATES	VERÔNICA SZERWIESKI RUI
FOZ DO IGUAÇU	MATELÂNDIA	MAXIMINO PIETROBON	GABRIEL CARVALHO
FOZ DO IGUAÇU	MEDIANEIRA	ANTONIO FRANÇA BENJAMIM	CLAIR TERESINHA RUGERI
FOZ DO IGUAÇU	MISSAL	ADILTO LUIS FERRARI	CLARICE MARIA GRINGS FRIEDRICH
FOZ DO IGUAÇU	RAMILÂNDIA	EDSON DOS SANTOS	MARCIA ZAMPIERI GONÇALVES
FOZ DO IGUAÇU	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	KARLA FRANCIELI GALENDE	SIMARA CORDEIRO DA SILVA JORGE
FOZ DO IGUAÇU	SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	BOAVENTURA MANOEL JOAO MOTTA	SOLANGE GAMBA MOTTA
FOZ DO IGUAÇU	SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU	IVO ROBERTI	LEANDRO LUIZ HIPPLER

130104/2023

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
EXTRATO DOS TERMOS DE ADESÃO DOS MUNICÍPIOS AO PROGRAMA EDUCA JUNTOS – 2023

Protocolo n.º 20.827.764-2
Extrato dos Termos de Adesão ao Programa Educa Juntos, criado pela Lei n.º 21.323, de 20 de dezembro de 2022, em regime de colaboração com os municípios, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Educação – SEED, pactuados com os municípios listados a seguir:
Fundamentação Legal: Lei Estadual n.º 21.323, de 20 de dezembro de 2022, e Decreto Estadual n.º 2.435, de 7 de junho de 2023.
Objeto: Regulamenta a participação dos municípios no Programa Educa Juntos.
Vigência: O termo de adesão terá vigência por tempo indeterminado a partir da data de publicação do extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação
Curitiba, 21 de novembro de 2023.

NRE	MUNICÍPIO	PREFEITO	DIRIGENTE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
APUCARANA	APUCARANA	SEBASTIÃO FERREIRA MARTINS JUNIOR	MARLI REGINA FERNANDES DA SILVA
APUCARANA	ARAPONGAS	SERGIO ONOFRE DA SILVA	CRISTIANE CESÁRIA PABLOS ROSSETTI
APUCARANA	BOM SUCESSO	JOSE ROBERTO DA SILVA	RONITA APARECIDA DE CARVALHO
APUCARANA	BORRAZÓPOLIS	DALTON FERNANDES MOREIRA	CLEIDE DA SILVA MICHELIN
APUCARANA	CALIFÓRNIA	PAULO WILSON MENDES	AGDA MARY FERNANDES VIOTTO
APUCARANA	CAMBIRA	EMERSON TOLEDO PIRES	ELIANA SAPATINI NAVARRO
APUCARANA	CRUZMALTINA	NATAL CASAVECHIA	DIVA ROSA MORADOR
APUCARANA	FAXINAL	YLSON ALVARO CANTAGALLO	ELIANE FELICIO DE SOUZA TONIN
APUCARANA	JANDAIA DO SUL	LAURO DE SOUZA SILVA JUNIOR	SHEILA CRISTINA DA SILVA
APUCARANA	KALORÉ	EDMILSON LUIS STENCEL	CAMILA MARIA MELOQUERO CIVIDINI
APUCARANA	MARILÂNDIA DO SUL	AQUILES TAKEDA FILHO	IONICE APARECIDA PEREIRA
APUCARANA	MARUMBI	ADHEMAR FRANCISCO REJANI	CRISTIANI BRIONIS DE BRITO GOMES
APUCARANA	MAUÁ DA SERRA	HERMES WICTHOFF	VÂNIA ALENCAR COUTINHO DOS SANTOS
APUCARANA	NOVO ITACOLOMI	MOACIR ANDREOLLA	EDIMÁRIA NABARRETE FRANCO
APUCARANA	RIO BOM	MOISÉS JOSÉ DE ANDRADE	CLAUDIUS SALOMÃO PRESTES SOUTO
APUCARANA	SABÁUDIA	MOISES SOARES RIBEIRO	CLAUDINEIA DA SILVA RIBEIRO

130179/2023

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
EXTRATO DOS TERMOS DE ADESÃO DOS MUNICÍPIOS AO PROGRAMA EDUCA JUNTOS – 2023

Protocolo n.º 20.830.407-0
Extrato dos Termos de Adesão ao Programa Educa Juntos, criado pela Lei n.º 21.323, de 20 de dezembro de 2022, em regime de colaboração com os municípios, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Educação – SEED, pactuados com os municípios listados a seguir:
Fundamentação Legal: Lei Estadual n.º 21.323, de 20 de dezembro de 2022, e Decreto Estadual n.º 2.435, de 7 de junho de 2023.
Objeto: Regulamenta a participação dos municípios no Programa Educa Juntos.
Vigência: O termo de adesão terá vigência por tempo indeterminado a partir da data de publicação do extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação
Curitiba, 21 de novembro de 2023.

Autenticado com senha por SILVANA GARCIA ANDRE - SIGNATÁRIO - 05/12/2025 às 16:48:05
Documento Código: 6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d
3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Prefeitura de Foz do Iguaçu
102

Prefeitura de Foz do Iguaçu
122

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **OFÍCIO**

Número: **15.641/2025**

Assunto: **SOLICITAÇÃO DE APRECIAÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA – MINUTA DA MATRIZ CURRICULAR 2026 E ANEXOS**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.
Para verificar as assinaturas clique no link:

https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação:
6a32ee04-4c58-43e1-a2f7-8cb9369c409d

Hash do Documento

9AACE8E27D7D11C63D32CDDC9D7ECD79B228A3416D43179B74425262043D1C05

Anexos

MINUTA - PROPOSTA MATRIZ CURRICULAR 2026.pdf - **9a30e22d-7309-4f84-8a65-4a5cc16273f0**
ANEXOS.pdf - **508931a8-8ca4-4bd9-bc35-4a46c200091a**
ORIENTACAO_CONJUNTA0102025_DEDUCDPGESEED_PROT247542973_INGLES_PARANA_KIDS.pdf - **e577303e-ff74-44d7-892c-465e5d3f3a74**
TERMO_DE_COMPROMISSO_–_INGLES_PARANA_KIDS_ASS SILVANAASSINADO (2).pdf - **ad16709d-7b95-4d87-9d09-d1d427429833**
TERMO_DE_COMPROMISSO_ROBOTICA_PARANA_KIDS_ASSINADOASSINADO (1).pdf - **69913d5d-37f0-42ed-80ac-0478f4fd4a1c**
PROPOSTA DAS MATRIZES CURRICULARES 2026.pdf - **89482503-138a-4ca7-b515-3b41af388034**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 11/12/2025 é(são) :

SILVANA GARCIA ANDRE (Signatário) - CPF: ***25894987** em 05/12/2025 16:48:05 - OK
Tipo: Assinatura Eletrônica

A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536 , DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo , produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta , Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Prefeitura de Foz do Iguaçu
103

Prefeitura de Foz do Iguaçu
123

3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com senha por FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA - SIGNATÁRIO - 12/05/2026 às 18:01:17 e JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 13/05/2026 às 10:44:57
Documento Código: 3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **MEMORANDO INTERNO**

Número: **33.838/2026**

Assunto: **R: REQUERIMENTO Nº 266/2026**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.
Para verificar as assinaturas clique no link:

https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação:
3907912a-851c-4a76-a5b6-21c9bdb70256

Hash do Documento

869244BBDC66C3FFD3D79ACC714411C0256F93F1478FA94BA9EA1A170BA36C06

Anexos

1. 14.12.2010 - RESOLUÇÃO FEDERAL 07-2010 - INCLUI LINGUA ESTRANGEIRA MODERNA NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS.pdf - **1c10d26e-0952-4105-a981-a3e5ac27ff4d**
2. 20.12.2022 - LEI 21.323-2022 - CRIA PROGRAMA EDUCA JUNTOS.pdf - **2ee37313-3d96-49d6-9fbf-ca843ccae474**
3. 03.08.2023 - TERMO DE ADESÃO EDUCA JUNTOS.pdf - **935dc4c3-328f-4e49-a456-f27cb8292e16**
4. 13.10.2025 - ORIENTAÇÃO SEED - INGLES PARANA KIDS.pdf - **bbd65ec2-5ea9-4ab2-baa8-9c31cb071592**
5. 30.10.2025 - TERMO_DE_COMPROMISSO_–_INGLES_PARANA_KIDS_ASS SILVANAASSINADO (2) (1).pdf - **1a44ce41-ba5f-4ade-bd89-7990b342662e**
6. 30.10.2025 - TERMO_DE_COMPROMISSO_ROBOTICA_PARANA_KIDS_ASSINADOASSINADO (1) (1).pdf - **45c4631e-cf68-4821-8fe1-31d9c1535ded**
7. 05.12.2025 - OFÍCIO- Nº 15641-2025 - SOLICITAÇÃO DE APRECIAÇÃO REGIME DE URGENCIA MATRIZ 2026.pdf - **4441b3dd-b84c-402e-ace6-3a092e495bc1**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/05/2026 é(são) :

FERNANDO FERREIRA SOUZA LIMA (Signatário) - CPF: ***16201925** em 12/05/2026 18:01:17 - OK

Tipo: Assinatura Eletrônica

JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA (Signatário) - CPF: ***89580905** em 13/05/2026 10:44:57 - OK

Tipo: Assinatura Eletrônica

2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536 , DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo , produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta , Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Autenticado com certificado digital por JOAQUIM SILVA E LUNA - PREFEITO MUNICIPAL - 22/05/2026 às 09:00:26
Documento Código: 2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0 - consulta à autenticidade em
https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **OFÍCIO**

Número: **5.962/2026**

Assunto: **RESPOSTA AO REQUERIMENTO Nº 266/2026**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.
Para verificar as assinaturas clique no link:

https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação:
2bfab3bc-d534-41e0-bd37-2416b6f486e0

Hash do Documento

E812E1CD1DE8E2506E4237C95E89C0EF7AE9B855FDADB25ED2A8EADC7621EF0B

Anexos

REQ 266-2026.pdf - **1710ac08-b247-49c9-afba-df69b13cecca**
RESPOSTA REQ 266-2026 - MEMORANDO INTERNO- Nº 33838-2026 - SMED ANEXO.pdf - **e4031fab-284d-47cf-965c-3a563ce9f1fe**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/05/2026 é(são) :

JOAQUIM SILVA E LUNA (Signatário) - CPF: ***86476734** em 22/05/2026 9:00:26 - OK
Tipo: Assinatura Digital

A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536 , DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo , produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta , Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.